

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLAUDEMIRA VIEIRA GUSMÃO LOPES

O CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO
VARZEÃO, DR. ULYSSES (PR): NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL

CURITIBA

2010

CLAUDEMIRA VIEIRA GUSMÃO LOPES

O CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO
VARZEÃO, DR. ULYSSES (PR): NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em Agronomia,
Programa de Pós-Graduação em Agronomia-
Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Nilce Nazareno da Fonte
Co-Orientadora: Prof. Dra. Clarice Azevedo de
Luna Freire

CURITIBA

2010

Lopes, Claudemira Vieira Gusmão.

O conhecimento etnobotânico da comunidade quilombola do Varzeão, Dr. Ulysses (PR): no contexto do desenvolvimento rural sustentável / Claudemira Vieira Gusmão Lopes. – Curitiba, 2010. 162 f. : il.

Orientador: Nilce Nazareno da Fonte

Co-orientador: Clarice Azevedo de Luna Freire

Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Produção Vegetal, 2010

1. Etnobotânica – Paraná. 2. Quilombos – Etnobotânica. 3. Plantas úteis. 4. Plantas e civilização. I. Fonte, Nilce Nazareno da. II. Freire, Clarice Azevedo de Luna. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Produção Vegetal. IV. Título.

CDU 581.6.39(816.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA E FITOSSANITARISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA
PRODUÇÃO VEGETAL

PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal, reuniram-se para realizar a arguição da Tese de DOUTORADO, apresentada pela candidata **CLAUDEMIRA VIEIRA GUSMÃO LOPES**, sob o título "**O CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, MUNICÍPIO DE DR. ULYSSES, PR, NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**", para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata são de parecer pela "**APROVAÇÃO**" da Tese.

Curitiba, 19 de Março de 2010.

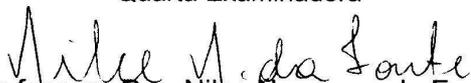
Professora Dra. Francine Lorena Cuquel
Coordenadora do Programa

Professor Dr. José Flávio Pessoa de Barros
Primeiro Examinador

Professora Dra. Celina Wisniewski
Segunda Examinadora

Professora Dra. Márcia Marzagão Ribeiro
Terceira Examinadora


Professora Dra. Clarice Azevedo de Luna Freire
Quarta Examinadora


Professora Dra. Nilce Nazareno da Fonte
Presidente da Banca e Orientadora

Dedico

À Comunidade Quilombola do Varzeão, detentora do saber aqui transcrito.

AGRADECIMENTOS

À Iemanjá e Ossain, meus protetores espirituais, agradeço o axé.

Aos meus pais (Claudine e Geralda), irmãs (Claudia, Luciana e Lucelena), filhas (Thaís e Izabella) e sobrinho (Arthur), Agradeço o apoio e o incentivo, sem os quais não teria finalizado este trabalho.

Aos meus irmãos e pais espirituais do Ilé Axé Omin, agradeço a acolhida e o axé.

À tia Maria Vieira (*in memoriam*) agradeço os primeiros ensinamentos etnobotânicos, os mitos e a história dos meus ancestrais paternos.

À Comunidade Quilombola do Varzeão, obrigada por terem me recebido e ensinado o que tinham de mais precioso: o saber etnobotânico.

À minha orientadora Nilce Nazareno da Fonte, obrigada pela paciência, pela disponibilidade e pelos preciosos ensinamentos.

À minha co-orientadora Clarice Azevedo de Luna Freire, obrigada pelo carinho e pela ajuda com a estatística.

Ao Jefferson de Oliveira Salles, agradeço a paciência, os conselhos e o companheirismo durante essa etapa da minha vida.

À família Okoinski Siqueira (Rose, Ana Beatriz e Evandro) sou grata pelo carinho e colaboração.

Ao meu grande amigo Osmar Ribas, sou muito agradecida por ter me acompanhado no trabalho de campo, pela oportunidade de estágio no MBM, pela identificação botânica das plantas, pela amizade, carinho e disponibilidade.

Ao meu amigo e irmão Jayro Pereira de Jesus, sou grata pelos "puxões de orelha" e por ter me ajudado a tomar consciência da minha negritude.

Ao Glauco Souza Lobo, tenho muito a agradecer, principalmente pela insistência para que eu conhecesse um professor amigo dele que tinha escrito vários livros sobre etnobotânica. Muito agradecida pela dica.

Aos meus companheiros de Gepeti (Liz, Homero Michelle, Nilce, Ivo e Silvia) sou grata pela oportunidade dos preciosos debates e por tantas outras coisas...

Ao meu grande amigo Edmilson Paglia muito obrigada pelo incentivo e pela amizade.

Ao Grupo de Trabalho Clovis Moura (Dudu, Glauco, Jayro, Fernanda, Eunice, Agnaldo, Cristina, Jorge, Nará, Zoé, João, Paulo, Carlinhos, Tosca, Willian, Elias), obrigada pela convivência e solidariedade.

À Eloísa Flores agradeço os desenhos e o carinho.

À minha amiga Rozana Teixeira, muito mais do que uma amiga, uma irmã, sou grata pelo incentivo e pelo carinho.

À Natalia agradeço o carinho e a disponibilidade.

À minha amiga Renata Helen Perez, agradeço a amizade, o carinho e as orações.

À minha amiga Michelle Althaus que mesmo estando em Nova Iorque, contribuiu bastante com esta tese, lendo os textos produzidos, escrevendo artigos em conjunto e dando a maior força.

Ao Adilson Anacleto, muito agradecida pelas "aulas particulares" de SWOT.

À Karin Graeml e família, sou grata pela amizade, carinho e pela ajuda com as traduções para o inglês.

À banca examinadora: Nilce Nazareno da Fonte, Clarice Azevedo Freire, José Flavio Pessoa de Barros, Márcia Marzagão Ribeiro e Celina Wisniewski, sou grata pelas preciosas contribuições.

A todos e a todas que de alguma forma contribuíram com a elaboração deste trabalho, obrigada!

"A escrita é uma coisa, e o saber outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si.
O saber é uma luz que existe no homem. É a herança de tudo aquilo que nossos ancestrais
puderam conhecer e que se encontra latente em tudo que nos transmitiram, assim como o baobá
já existe em potencial em sua semente".

Amadou Hampâté Bâ

RESUMO

Esta tese analisa as potencialidades e desafios ao desenvolvimento rural sustentável de uma comunidade quilombola, situada no Vale do Ribeira, PR, Brasil, a partir do levantamento do seu conhecimento etnobotânico. Esse conhecimento serviu de instrumento para diagnosticar as principais fortalezas e fragilidades presentes na comunidade e as principais oportunidades e ameaças presentes no meio externo que poderiam limitar ou potencializar seu desenvolvimento sustentável. Na atualidade o desenvolvimento sustentável de comunidades quilombola, num contexto de pós-Revolução Verde apresenta-se como um desafio aos profissionais das Ciências Agrônômicas. Compreender as especificidades das comunidades quilombola poderá contribuir para o sucesso dos planos de desenvolvimento sustentável. A metodologia está organizada em três etapas. Na primeira etapa consultou-se a bibliografia necessária, visitou-se a comunidade para pedir o consentimento da mesma, aplicou-se um questionário piloto, e escolheram-se as técnicas que seriam utilizadas. O trabalho de campo consistiu na coleta das informações sobre os usos que a comunidade fazia dos vegetais, na coleta de material botânico para as esxicatas (para posterior identificação botânica), na coleta de informações sobre as fortalezas e fragilidades locais, na entrevista com gestores que atuam em DRS no serviço público estadual e na consulta à bibliografia para a identificação das oportunidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável. Posteriormente, todos os dados levantados sofreram análise usando a abordagem quantitativa para o levantamento etnobotânico (Valor de Uso) e qualitativa para os dados inerentes às potencialidades e desafios ao DRS (metodologia DAFO). Os quilombolas citaram diversos usos para os vegetais, porém, a categoria medicinal foi a que apresentou maior número de citações com 85 espécies, distribuídas em 81 gêneros e 46 famílias botânicas, sendo que houve destaque para Asteraceae com 14 espécies. Depois do conhecimento etnobotânico, talvez a ocorrência de *Baccharis dracunculifolia* D.C. possa vir a ser uma fortaleza para a comunidade com potencial de gerar renda, por meio da produção de própolis. Dentre as fragilidades existentes na comunidade, destaca-se o fato dos jovens terem perdido o interesse pelo conhecimento dos mais velhos. Para mitigar essa situação, os quilombolas contam com as Leis N.º 10.639/2003 e 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino dos pressupostos civilizatórios africanos e indígenas em todas as escolas públicas do ensino fundamental ao médio. Dentre as oportunidades que a comunidade poderá usar para promover o seu DRS merece destaque a existência de recursos financeiros por parte do governo federal para o financiamento dos seus projetos e a possibilidade dos mesmos contarem com assistência técnica e a existência de uma política nacional de assistência técnica e extensão rural com ênfase no DRS de comunidades tradicionais. A ameaça ao DRS da comunidade representada pelo *Pinus* spp, poderá ser amenizada por meio do cumprimento por parte dos órgãos competentes da Portaria 125/2007 do IAP, criada para solucionar o problema no Estado com a contaminação biológica com as exóticas invasoras

Palavras-chave: Conhecimento etnobotânico. Desenvolvimento Rural Sustentável. Fortalezas e deficiências. Oportunidades e ameaças.

ABSTRACT

This thesis analyzes the potentialities and challenges for the sustainable development of a Quilombola Community Black remnant community located in Vale do Ribeira, Paraná, Brazil. The analyses will focus on an ethnobotany study that were used as a tool to describe the main strengths and weakness found in the community as well as describe the main external opportunities and threats, which could increase or decrease its sustainable development. Nowadays, Quilombola Communities' sustainable development, specially after The Green Revolution in Agriculture field shows up as a challenge to be faced by the Agronomy Science professionals and understand the peculiarities of the Quilombola Communities can help the success of the projects that involve this subject. The methodology of this study was organized in three phases. In the first phase the specific bibliography was consulted, also were done some visitings to the community with the purpose to ask them to accept to be part of the study and also a pilot questionnaire was given to the people as a way to choose the best tools to be used in the study. The field phase was conducted through information collection about how the community use the plants; botanic samples collection to expert's identification; strengths and weakness information collection, interviews with government managers and research about the external opportunities and threats that were/are affecting the community. After that, the collected botanic data were submitted to a quantitative analysis Use Value, all the data about the local strengths and weakness and external opportunities and threats were submitted to a qualitative analysis (SWOT Analysis). The community pointed out many uses for the plants, but the use of plants as medicines was the category that appeared most, 85 species distributed in 81 different botanic genres and 46 botanic families being distinguished the Asteaceae family with 14 species. The main strength found that maybe could generate income benefit to the community was the propolis production using the plant *Baccharis dracunculifolia* D.C. Propolis could be considered an opportunity for the community sustainable development. Although, the weakness found out was about the young people that lost their interest on the elderly people's knowledge. This way, to minimize this problem, the elderly people's knowledge is protected by the law 10.639/2003 and 11.645/2008, that obligates all the public schools brazilians to teach the African and indigenous knowledge. The opportunities observed in the community studied to reach the sustainable development can be described as the governmental financial resources for the community projects and a national policy, which offers a technical support to the communities' projects emphasizing the sustainable development. The community sustainable development is also threatened by the *Pinus* spp. crops that surround its area. It is recommended that the community has to require the laws' accomplishment by the governmental institutions as the Portaria 125/2007 from IAP (Instituto Ambiental do Paraná) in order to soften the biological contamination with alien plants such pine.

Key-words: ethnobotany knowledge, rural sustainable development, strengths and weakness; opportunities and threats.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO.....	46
FIGURA 2	- ESQUEMA DA METODOLOGIA DAFO.....	53
FIGURA 3	- RENDA MENSAL DOS MORADORES EM LEVANTAMENTO REALIZADO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, MUN. DE DR. ULYSSES, PR(JAN/2006).....	54
FIGURA 4	- DA ESQUERDA PARA DIREITA: O SENHOR LUIZINHO, D. NATÁLIA, O SENHOR DONATO E O FUNCIONÁRIO DO MBM.....	56
FIGURA 5	- O SENHOR DONATO EM SUA ROÇA DE MANDIOCA.....	65
FIGURA 6	- FIGURA 6 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES EM LEVANTAMENTO REALIZADO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, MUN. DE DR. ULYSSES, PR(JAN/2006).....	69
FIGURA 7	- DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES POR CATEGORIA DE USO EXPRESSA EM %, CITADAS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, DR. ULYSSES, PR (JAN A DEZ 2006).....	86
FIGURA 8	- DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES BOTÂNICAS EM RELAÇÃO PARTE VEGETAL UTILIZADA (EM %) PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, DR. ULYSSES, PR. (JAN-2006/ NOV DE 2007).....	88
FIGURA 9	- FERIMENTO OCASIONADO POR PICADA DE OFÍDIO EM PERNA DE UMA SENHORA QUILOMBOLA UM MÊS APÓS O TRATAMENTO COM ERVAS MEDICINAIS E SIMPATIAS.....	96
FIGURA 10	- AS 17 ESPÉCIES COM MAIOR VU, CITADAS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO.....	98
FIGURA 11	- SÍNTESE DA ANÁLISE DAFO CONTENDO AS POTENCIALIDADES E DESAFIOS AO DRS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO.....	122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, DE ACORDO COM FAMÍLIA, ESPÉCIE, NOME POPULAR, NU, VU, VUF, IU, CAT USO, PU, FP E FORMA DE OCORRÊNCIA.....	72
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	- Associação Brasileira de Antropologia
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
BM	- Banco Mundial
CEAED	- Comissão Econômica para a Ásia e Extremo Oriente
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
DAFO	- Debilidades, ameaças, fortalezas e oportunidades
DRS	- Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER	- Empresa Paranaense de Assistência e Extensão Rural, atual Instituto Emater do Paraná
EUA	- Estados Unidos da América
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FCP	- Fundação Cultural Palmares
GEPETI	- Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares e Interdisciplinares
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
INESC	- Instituto de Estudos Socioeconômicos
MBM	- Museu Botânico de Curitiba
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social
MS	- Ministério da Saúde
NOEI	- Nova Ordem Econômica
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	- Orçamento Geral da União
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONG	- Organização Não Governamental
PBQ	- Programa Brasil Quilombola
PNATER	- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPCT	- Política Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	- Secretaria de Agricultura Familiar
SBPC	- Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência
SEAB	- Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEED	- Secretaria de Estado da Educação
SUS	- Sistema Único de Saúde
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	- Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS.....	18
1.1.1 Objetivos gerais.....	18
1.1.2 Objetivos específicos.....	18
1.2 NATUREZA DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	19
1.2.1 Questões norteadoras do trabalho.....	20
2 O CONTEXTO QUE LEVOU À CONSTRUÇÃO DESTA TESE	21
2.1 MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA.....	21
3 REFERENCIAL TEÓRICO	24
3.1 O CONCEITO DE COMPLEXIDADE.....	24
3.2 A COMPLEXIDADE DO CONCEITO HISTÓRICO DO TERMO QUILOMBO E O SIGNIFICADO ATUAL DE COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS.....	26
3.2.1 O processo de reconhecimento das Comunidades quilombola.....	29
3.3 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ETNOBOTÂNICA.....	30
3.4 REFLEXÃO SOBRE A EVOLUÇÃO DO TERMO DESENVOLVIMENTO ATÉ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	33
3.4.1 O equívoco dos modelos desenvolvimentistas baseados no crescimento econômico.....	37
3.5 O planejamento local, metodologia DAFO e o desenvolvimento rural sustentável.....	41
4 MÉTODO E METODOLOGIA	43
4.1 MÉTODO.....	43
4.2 METODOLOGIA.....	45
4.2.1 Localização da comunidade e caracterização da área de estudo quanto aos aspectos físicos e ambientais.....	45
4.2.2 Ponto de partida.....	47
4.2.3 Execução do trabalho de campo.....	48
4.2.3.1 Técnicas utilizadas para a realização do levantamento etnobotânico (dados do contexto interno à comunidade).....	48
4.2.3.2 Técnicas utilizadas para identificar as ameaças e oportunidades ao DRS da Comunidade (dados externos).....	50
4.2.4 Ponto de chegada.....	50
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	54

5.1 A COMUNIDADE DO VARZEÃO.....	54
5.1.1 Contexto sócio-econômico.....	54
5.1.2 Contexto histórico.....	54
5.1.3 Contexto ambiental.....	59
5.1.4 Contexto cultural.....	64
5.1.5 Contexto educacional.....	68
5.1.6 Contexto da sabedoria empírica: caracterização do conhecimento etnobotânico.....	71
5.1.6.1 As categorias de uso citadas pelos quilombolas.....	86
5.1.6.2 Partes dos vegetais mais utilizadas.....	88
5.1.6.3 Especificidades quanto ao uso dos vegetais como terapêuticos.....	89
5.1.6.3.1 A preferência por estruturas verdes.....	89
5.1.6.3.2 Conhecimentos técnicos para obtenção de subprodutos.....	90
5.1.6.3.3 Adição de plantas ao chimarrão.....	90
5.1.6.3.4 As doenças de atenção primária e os remédios caseiros.....	91
5.1.6.4 As plantas, as enfermidades e os sistemas do corpo humano mais citados.....	91
5.1.6.5 Valor de uso global das espécies.....	96
5.1.7 Contexto político do ponto de vista das opiniões.....	98
5.1.8 Contexto legal.....	108
5.1.8.1 Alguns pontos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.....	108
5.1.8.2 Alguns pontos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	111
5.1.8.3 A Portaria N.º 125 (Paraná, 2009).....	113
5.1.8.4 A Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008.....	114
6 A ANÁLISE DAFO.....	111
6.1 FORTALEZAS E DEFICIÊNCIAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE DO VARZEÃO.....	111
6.2 OPORTUNIDADES.....	118
6.2.1 Síntese das principais fortalezas, debilidades, ameaças e oportunidades ao desenvolvimento rural sustentável da comunidade do Varzeão.....	120
7 CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E ANÁLISES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICES.....	136

1 INTRODUÇÃO

Um dos desafios das Ciências Agrônômicas na contemporaneidade é sem dúvida buscar alternativas que possibilitem o acesso de comunidades rurais, totalmente excluídas do processo de desenvolvimento, a políticas de crédito, geração de renda e de tecnologias agrícolas apropriadas, visando seu desenvolvimento rural sustentável. O desafio se torna maior ainda quando as comunidades rurais em questão pertencem à categoria comunidade quilombola, que só ganharam visibilidade em termos nacionais com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em função de seu artigo 68¹.

O termo quilombola² passou por um processo de ressemantização e tem hoje significado diferente daquele ainda presente em muitos livros didáticos. Nesses, a referência geralmente é o quilombo palmarino. Entretanto, após a Constituição de 1988, a Associação Brasileira de Antropologia impulsionada pelos movimentos sociais e a pedido do Ministério Público resignificou esse termo. Assim, o termo quilombo neste estudo possui esse significado mais amplo, se referindo a grupos de pessoas que não necessariamente possuem as mesmas características biológicas (são formados por negros, indígenas e brancos), são heterogêneos, não são grupos isolados, nem sempre são oriundos de grupos fugitivos. Porém, compartilham experiências de vida e trajetória comum. Para sobreviver na terra desenvolveram práticas cotidianas de resistência, manutenção e reprodução social.

No Paraná, a preocupação em buscar alternativas para promover o desenvolvimento rural sustentável dessas comunidades é muito recente, porque o Estado desconhecia o fato de ter um grande número de comunidades negras rurais e / ou mesmo de comunidades quilombola. Porém, em 2010 36 comunidades³ já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombos no Paraná. Além disso, há seis comunidades negras rurais e 28 indicativos de comunidades que poderão receber a certificação como quilombolas. Essas comunidades se tornaram conhecidas do público a partir da criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura em 2005, responsável no Estado por realizar o levantamento das necessidades mais urgentes das comunidades negras rurais e das

¹ Esse assunto será melhor esclarecido no corpo da tese.

² O termo quilombola será melhor explicado no item 3.2.

³ Conforme dados fornecidos pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

comunidades quilombola de uma maneira geral. O trabalho realizado pelo referido grupo culminou em um relatório que divulgou a necessidade urgente de políticas públicas que não só promovessem o desenvolvimento rural sustentável dessas comunidades como as retirassem da grave situação de exclusão em que ainda se encontram na atualidade (Relatório do GT Clovis Moura, 2008).

Quando se fala em políticas que promovam o desenvolvimento dessas comunidades, é preciso mencionar que o termo desenvolvimento, principalmente quando atrelado ao adjetivo sustentável, por si só envolve muitas discussões envoltas em intermináveis debates ideológicos (TEIXEIRA, 2006). Embora essa discussão não seja pertinente nesse momento, esse debate nos remete invariavelmente ao conceito de desenvolvimento que para fins desta pesquisa está baseado no paradigma da sustentabilidade. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável defendido nesta pesquisa implica em um desenvolvimento que coloque os seres humanos no centro do processo, considerando o crescimento econômico como um meio e não como um fim em si mesmo, e que além disso, proteja as oportunidades de vida para as gerações atuais e futuras, respeitando a integridade dos sistemas que dão suporte à vida (GUIMARÃES, 2006).

Partindo-se do pressuposto que o desenvolvimento sustentável implica em conservação da biodiversidade⁴, e que essa conservação envolve além dos usuais aspectos biológicos, outros aspectos também importantes como os sociais e culturais, o conhecimento de culturas locais poderá fornecer subsídios não só para a conservação dos recursos biológicos, mas para a elaboração de planos de desenvolvimento locais (ALBUQUERQUE, 2005).

O levantamento etnobotânico, uma das ferramentas utilizadas neste trabalho, é um excelente instrumento para se trabalhar o desenvolvimento sustentável, porque além de permitir a coleta de dados relacionados aos aspectos biológicos, importantes para a conservação da biodiversidade, também possibilita a coleta de informações relativas aos aspectos culturais das comunidades quilombola. Além disso, permite ao pesquisador observar a existência de potencialidades e desafios presentes no ambiente interno que poderiam impulsionar ou limitar o complexo processo de desenvolvimento dessas comunidades. O fato de a autora

⁴ Biodiversidade pode ser definida como a variedade e variabilidade existentes entre organismos vivos e as complexidades ecológicas nas quais eles ocorrem. Pode ser entendida como uma associação de vários componentes hierárquicos: ecossistemas, comunidades, espécies, populações e genes em uma área definida (GUERRA; NODARI, 2007).

ser bióloga, afrodescendente e ter experiência no trabalho com as comunidades quilombola paranaenses facilitou muito o uso desse instrumento.

O conhecimento etnobotânico presente hoje nas comunidades quilombola do Vale do Ribeira, PR, local escolhido para a realização deste estudo, é o resultado da interação entre afrodescendentes, indígenas e eurodescendentes. Esses grupos étnicos são os responsáveis pela formação das bases culturais e biológicas no que se refere ao conhecimento dos vegetais no Brasil. Dessa forma, o uso da flora local na confecção de remédios caseiros e diversos outros usos, foi uma das contribuições dadas ao povo brasileiro, tanto pelos negros oriundos da África quanto pelos povos indígenas que aqui viviam. Culturalmente, a existência da relação homem / vegetal é de suma importância tanto para o negro (BARROS, 1993), quanto para o índio. Para muitos povos africanos e indígenas o conhecimento dos vegetais era preponderante nas relações que estabeleciam com o mundo em que viviam. Por meio deste relacionamento, conheciam, organizavam, classificavam e experimentavam os vegetais, estabelecendo uma ponte entre o mundo natural e o social a partir de um ponto de vista particular (BARROS, NAPOLEÃO, 2007).

Os povos africanos que chegaram ao Brasil por motivo de escravização, tiveram que interromper essa relação que tinham com os vegetais em seus países de origem. Entretanto, a chegada desses povos ao continente americano impôs a eles como condição para não perder sua identidade, encontrar aqui espécies que pudessem reproduzir a flora de seus locais de origem. Assim, sobreviver física e culturalmente, implicou não só em conhecer a biodiversidade brasileira, como foi preciso transplantar o sistema vegetal africano para cá (BARROS; NAPOLEÃO).

Entretanto, muitas das espécies de que necessitam e que não puderam ser substituídas, foram trazidas para o Brasil por meio de estratégias desenvolvida pelos negros, como nos navios negreiros que costumavam trazer cargas clandestinas de pimenta-da-costa e obi (BARROS, 1993). Assim, as espécies vinham da África para o Brasil e também iam daqui para lá. Essa disseminação de espécies vegetais ocorreu também com a Ásia.

No que se refere a contribuição indígena BARBOSA RODRIGUES (1992), apresenta um trabalho sobre indígenas da família lingüística Tupi-Guarani, afirmando que possuíam um método sintético para a classificação das plantas. São capazes de designar espécies por nomes tirados dos caracteres das folhas, das flores, dos frutos, ou usando as propriedades como o cheiro, o sabor, a dureza, a

duração, a cor, o emprego, dentre outros. HAVERROTH (2007) ao estudar os Kaingang da TI Xaçepó demonstrou que o conhecimento vegetal desses índios aponta para três formas de classificação: morfoecológica, utilitária e simbólica.

Por tudo isso é possível afirmar que no processo histórico brasileiro os negros e indígenas tiveram um papel importante. Os negros porque tanto transplantaram o sistema de classificação botânica da África para o Brasil, quanto introjetaram plantas nativas do Brasil na sua cultura (CREPALDI, 2007). E o conhecimento dos indígenas sobre a biodiversidade brasileira é igualmente relevante.

As comunidades quilombola por serem constituídas de descendentes de negros, africanos e de europeus (principalmente o português), herdaram e ainda conservam grande parte desse patrimônio imaterial.

A partir deste contexto, que considera as supracitadas peculiaridades de uma comunidade quilombola, situada numa região que foi aclamada como patrimônio da humanidade (por estar em domínio de Floresta Atlântica), sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, o enfoque principal desta pesquisa está no levantamento das potencialidades e desafios presentes em uma comunidade quilombola do Vale do Ribeira (PR), a partir do seu inventário etnobotânico, da análise de documentos e entrevistas com os atores envolvidos no processo. As potencialidades e desafios aqui mencionadas dizem respeito à ameaças e oportunidades, deficiências e fortalezas ao desenvolvimento sustentável.

No que se refere ao conteúdo da estrutura do documento, o capítulo 2 apresenta a história de vida da autora, importante para entender os motivos que a levaram à escolha do tema e do método de estudo.

No capítulo 3 está a fundamentação teórica do estudo, contemplando os conceitos de complexidade, etnobotânica, comunidade quilombola, desenvolvimento rural sustentável e metodologia DAFO.

O capítulo 4 apresenta os conceitos de método e metodologia adotados neste estudo, além da metodologia utilizada.

O capítulo 5 apresenta os dados obtidos no inventário etnobotânico, o contexto local, a caracterização sócio-econômica, e a caracterização do conhecimento etnobotânico dos quilombolas a partir de uma classificação utilitária. Também apresenta uma abordagem quantitativa do valor de uso das espécies e famílias botânicas, comparando-a com autores que já realizaram estudos em

comunidades tradicionais. Além disso, contém a análise das entrevistas realizadas com gestores e com o representante das comunidades tradicionais, a análise do texto das leis que instituíram a Pnater, a PNCPT, a Portaria N.º 125/2009 do IAP e as Leis 10.639/2003 e 11. 645/2008 buscando identificar oportunidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável da comunidade.

O capítulo 6 concentra as informações e reflexões sobre as fortalezas, deficiências, ameaças e oportunidades ao desenvolvimento rural sustentável da comunidade do Varzeão.

E, por fim, o capítulo 7 é portador das considerações, reflexões e análises finais da pesquisa.

As análises que são apresentadas foram baseadas em muitas horas de estudo, na experiência da pesquisadora de mais de 20 anos trabalhando como professora na rede pública de ensino e no recente trabalho de levantamento etnobotânico que vem realizando no Estado do Paraná com as comunidades quilombola. Assim, espera-se que esta pesquisa incentive outros estudos em comunidades quilombola e contribua com subsídios para as instituições governamentais e não-governamentais na hora de elaborarem planos de desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombola paranaenses.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos gerais

Tendo como ponto de partida a necessidade de se levantar dados para o desenvolvimento rural das comunidades remanescentes de quilombos no Paraná, o objetivo da pesquisa foi fazer um levantamento etnobotânico e diagnosticar os principais desafios e potencialidades presentes na comunidade quilombola do Varzeão, localizada no Vale do Ribeira.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Levantar, descrever e sistematizar o conhecimento etnobotânico dos quilombolas do Varzeão nos seus mais diversos usos, além de identificar botanicamente os vegetais usados pela comunidade.

- b) Verificar dentre os vegetais citados quais e quantos são usados com finalidades medicinais, bem como as partes mais utilizadas, o modo de preparo e as indicações de uso, confrontando os dados obtidos com dados da literatura;
- c) Tratar os dados obtidos com a coleta dos vegetais usando técnicas tanto da pesquisa qualitativa, quanto da quantitativa (técnica de Valor de Uso);
- d) Levantar e identificar as principais deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades presentes na comunidade quilombola do Varzeão que podem potencializar ou limitar seu desenvolvimento rural sustentável;
- e) Produzir uma análise da realidade local a partir das potencialidades e desafios levantados durante todo o processo e proceder à recomendações finais.

1.2 NATUREZA DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Existem poucas pesquisas científicas sobre as potencialidades e desafios e sobre o uso de recursos vegetais existentes nas comunidades quilombola. Estes, uma vez conhecidos e analisados, poderiam contribuir para a elaboração de futuros planos de desenvolvimento rural sustentável e de saúde pública.

No Paraná, os estudos sobre o conhecimento de comunidades quilombola sobre a flora local e as potencialidades locais são ainda mais incipientes, mesmo porque essas comunidades só começaram a ganhar visibilidade no cenário estadual em 2005. Assim, os estudos de cunho etnobotânico realizados em domínio de Floresta Atlântica, por exemplo, estão concentrados em comunidades tradicionais na região norte do litoral do estado, região de Guaraqueçaba, reconhecida pela UNESCO, desde 1992, como uma das áreas da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (NEGRELLE; FORNAZZARI, 2007).

As comunidades quilombola possuem por sua própria natureza uma complexidade intrínseca ao seu processo de formação que faz delas grandes conhecedoras dos recursos vegetais localizados ao seu redor. São constituídas por afrodescendentes cujos conhecimentos etnobotânicos trazidos pelos ancestrais africanos sofreram a influência de outras etnias como, por exemplo, a indígena e a européia.

A comunidade quilombola participante desta pesquisa vive há mais de 150 anos na região do Vale do Ribeira, no bioma Floresta Atlântica, sobrevivendo todos esses anos com acesso restrito aos grandes centros urbanos, no que tange a obtenção de atendimento à saúde, políticas de segurança alimentar e geração de renda, às políticas de assistência técnica, dentre outras. Esse fato fez com que se inferisse que a mesma fosse grande conhecedora dos recursos vegetais ao seu redor, usados inclusive como estratégias de sobrevivência.

É dentro desse contexto que o problema desta pesquisa se enuncia: quais as principais deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades presentes na comunidade quilombola do Varzeão, que poderiam limitar ou potencializar o seu desenvolvimento rural sustentável?

1.2.1 Questões norteadoras do trabalho

1ª) A comunidade do Varzeão é detentora de um amplo conhecimento etnobotânico do seu ecossistema local? Esse conhecimento uma vez inventariado poderá ser considerado como uma fortaleza a favor do seu desenvolvimento sustentável? É possível durante o levantamento desse conhecimento etnobotânico e com o uso da ferramenta DAFO também identificar, com a ajuda da comunidade, tanto suas fortalezas quanto as debilidades visando a elaboração de uma análise da realidade local que subsidie um futuro plano de desenvolvimento rural sustentável?

2ª) Que tipo de usos a comunidade do Varzeão faz dos vegetais do seu ecossistema local? Dentre os diversos tipos de usos, que categoria se destaca?

3ª) É possível que haja espécies vegetais presentes na comunidade, ainda desconhecidas dos quilombolas, que poderão ser consideradas potencialidades ao desenvolvimento local?

4ª) Dentre as ameaças ao desenvolvimento sustentável indicadas pela comunidade durante o levantamento de suas deficiências e fortalezas, quais as que poderão ser superadas ou amenizadas, mediante aplicação da legislação ambiental vigente?

2 O CONTEXTO QUE LEVOU À CONSTRUÇÃO DESTA TESE

2.1 MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA

É importante mencionar aqui um pouco da minha origem para que se compreenda o contexto pessoal que levou à construção desta tese. Nasci mulher, negra, na América Latina e em uma família muito pobre que desde cedo me ensinou o valor de se conhecer as plantas para o tratamento das doenças, na complementação da alimentação, na higiene, dentre outros, principalmente, quando se é excluído do sistema oficial de saúde e não se tem acesso às políticas públicas de uma maneira geral. Meus pais são ex-agricultores do norte de Minas Gerais que migraram para a cidade do Rio de Janeiro na esperança de conseguir uma melhor qualidade de vida. Costumavam tratar as doenças dos seus quatro filhos, dos quais sou a mais velha, com remédios caseiros à base de plantas. O primeiro remédio caseiro que lembro de ter tomado foi um chá de sabugueiro para ajudar na erupção do sarampo. Depois do sarampo, apareceram outras doenças como catapora, sarna, febres e outros problemas que meus pais solucionavam na maioria das vezes usando as ervas.

Nasci no norte de Minas Gerais, divisa com o Sul da Bahia. Meu pai é filho de um casal de afrodescendentes que por sua vez, eram filhos de negros escravizados. Meu avô paterno que se chamava Ricardo, ficou órfão de pai e mãe aos quinze anos de idade e teve que criar seus oito irmãos menores sozinho. A primeira providência que precisou tomar foi registrar os irmãos no cartório local. Como era filho de ex-escravizados que sequer tinham um sobrenome, teve que inventar um sobrenome para ele e para os irmãos para que pudessem ser registrados. O fato de viverem à beira mar em uma região onde havia uma grande quantidade do crustáceo *vieira*, influenciou na adoção do sobrenome Vieira da Costa. Além dos irmãos, meu avô criou 27 filhos biológicos.

Já a minha mãe é bisneta de indígena com um homem branco. Meu avô materno era filho de uma indígena com um descendente de espanhol. Residiam todos no Sul da Bahia. Portanto, além de ser afrodescendente, também sou indigenadescendente, duas etnias que tinham um profundo conhecimento sobre o uso das plantas locais para as questões de sobrevivência.

Quando completei cinco anos, meus pais se mudaram de Minas Gerais para a periferia do Estado do Rio de Janeiro, onde cursei o antigo ensino fundamental e o

ensino médio. Casei-me com 19 anos e permaneci casada por 23 anos com um engenheiro agrônomo (de onde vem meu interesse por desenvolvimento rural sustentável). Tivemos duas filhas, a Thaís que hoje já terminou a graduação em arquitetura e a Izabella que está cursando o segundo ano do curso de direito. Depois do casamento que foi no Rio de Janeiro, meu ex-marido veio trabalhar como extensionista local da Emater, atual Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater. Fomos morar em uma cidade do interior do Paraná, chamada Pérola D'Oeste, onde nasceu a minha filha Thaís.

Cursei licenciatura em ciências na Universidade de Ijuí no Rio Grande do Sul. Por motivo de transferência do meu ex-marido, acabei indo morar em Toledo e concluindo o curso de ciências e matemática na cidade de Umuarama, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama, atual UNIPAR. Durante todo o tempo em que cursei a faculdade, sempre lecionei para o ensino fundamental e médio na rede pública estadual de ensino e também para a rede particular.

Nunca me conformei com a forma tradicional com que eram ministradas as aulas de ciências e biologia para os jovens nas escolas públicas e nas outras escolas de uma maneira geral. Sempre achei que era possível fazer da aprendizagem dessas disciplinas algo mais prazeroso. Em 1998, após ter terminado a licenciatura em biologia, resolvi fazer um curso de especialização em metodologia da ciência. Isso me deu coragem para implementar na escola em que trabalhava, uma outra forma de trabalhar com as ciências. Incentivei meus alunos a desenvolverem projetos de pesquisa. Posteriormente, costumava inscrever esses projetos nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), ou na SBPC jovem ou ainda, no concurso “Cientistas de Amanhã”, que existe há mais de cinquenta anos e atualmente é patrocinado pela embaixada da França. Dentre os diversos projetos que orientei no ensino fundamental e médio, o que mais me marcou como orientadora e professora foi o do aluno Everton Lisboa que aos doze anos de idade, enquanto cursava a sexta série do ensino fundamental, resolveu estudar o controle biológico em lavouras de feijão. Escreveu uma monografia de trinta páginas intitulada: “Avaliação do *Calligrapha polyspila* no controle biológico de plantas invasoras da cultura de *Phaseolus vulgaris* L.(feijão)” A joaninha de nome complicado, na ocasião infestava as lavouras de feijão na cidade da Lapa (PR). Esse aluno me fez várias perguntas e para muitas delas nem sempre tive respostas. Foi aí que resolvi fazer o curso de mestrado em solos na UFPR, pois

era necessário enriquecer meus conhecimentos e proporcionar mais qualidade às minhas orientações e às minhas aulas.

Durante meu mestrado na UFPR, conheci alunos que estudavam agroecologia e participavam de grupos de estudos onde se discutia, dentre outras coisas, a Teoria do Pensamento Complexo, desenvolvimento sustentável, dentre outros. Foi quando ouvi falar pela primeira vez em Edgar Morin. Tomar contato com os livros de Morin, me fez ver o quão cartesiana havia sido a minha dissertação de mestrado e prometi a mim mesma que no doutorado, iria adentrar o campo da Complexidade.

Em 2005, incentivada pelo meu grande amigo Edmilson (Minho), fui fazer uma disciplina isolada, intitulada Complexidade e Transdisciplinaridade com a professora Nilce Nazareno da Fonte no departamento de Fitotecnia da UFPR. Fiquei tão encantada com a disciplina e com a forma da professora Nilce lidar com as problemáticas da atualidade que resolvi juntar minha curiosidade em etnobotânica (herança dos meus ancestrais), com o estudo da complexidade e o desenvolvimento rural sustentável. Foi também durante essa época que freqüentei o grupo de estudos GEPETI, que muito contribuiu para o desenvolvimento do meu projeto de pesquisa e posteriormente desta tese.

Em 2006, ano em que ingressei no doutorado, tive a oportunidade de trabalhar com etnobotânica no Grupo de Trabalho Clovis Moura. Se no GEPETI pude entender melhor a complexidade existente no desenvolvimento rural, no Clóvis Moura, com companheiros da estirpe de Jayro Pereira de Jesus, Nará de Souza Oliveira e Glauco Souza Lobo, aprendi as nuances da luta pela igualdade racial no Brasil. Pude compreender academicamente, já que vivi na pele a exclusão, o processo histórico de marginalização da população negra, do racismo e das desigualdades sociais. Também pude conhecer dezenas de comunidades rurais negras tradicionais ou quilombolas, além da que participou desta pesquisa, o que enriqueceu meu conhecimento a respeito das comunidades quilombola paranaenses e contribuiu na construção desta tese.

Hoje, além de lecionar ciências e biologia como professora da rede pública, estou à disposição do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, onde pretendo contribuir com o levantamento etnobotânico das comunidades negras e quilombolas paranaenses. Também leciono a disciplina de Ecopedagogia e Cidadania Planetária no curso de Graduação em Pedagogia em uma faculdade particular.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O CONCEITO DE COMPLEXIDADE

O conceito de complexidade será refletido a partir dos conceitos de antropocentrismo, cartesianismo, fragmentação, dentre outros.

Uma das vantagens da espécie humana é justamente a capacidade que tem de, quando colocada diante de um impasse, estabelecer relações entre objetos, fatos e situações para chegar a uma solução. Entretanto, vários fatores foram responsáveis para que se fosse perdendo essa capacidade de fazer relações e perceber por exemplo, que o problema ambiental vivido na atualidade pela humanidade é além de técnico, ético (GRÜN, 2005). Dentre esses fatores, é possível destacar o pensamento ocidental hegemônico baseado no antropocentrismo, no cartesianismo e na fragmentação.

As relações que envolvem o desequilíbrio ambiental do planeta são complexas. Refletir sobre isso necessita de uma forma de pensar também complexa, cuja lógica é diferente da observada no antropocentrismo, por exemplo, que coloca o ser humano no centro de tudo, em detrimento de todas as outras espécies. Esse fato contribuiu, por exemplo, para os equívocos que aconteceram durante a elaboração das teorias modernas de desenvolvimento, responsáveis pelo modelo econômico implantado no Ocidente, a partir da Segunda Guerra Mundial (SERRANO, 2001), que por sua vez contribuiu em grande parte para os problemas ambientais vividos pelas comunidades urbanas e rurais na atualidade.

Na proposição de Grün (2005), o antropocentrismo presente na separação entre sujeito e objeto, e natureza e cultura, que contribuiu para acentuar os equívocos cometidos em prol do desenvolvimento, pode ser compreendido, se analisado a partir da ótica do pensamento de René Descartes (1650-1650). Para Descartes a mente era algo concebido fora do corpo e portanto, fora da natureza.

Ainda de acordo com Grün (2005) um outro problema epistemológico originado do antropocentrismo é a fragmentação presente nas academias de pesquisa (ao fragmentar o objeto para estudá-lo, por exemplo), nas instâncias governamentais, nas instituições escolares e em várias outras instâncias. Para Descartes, uma vez em face de um problema complicado, o melhor a fazer era dividi-lo em partes menores para que se pudesse, então, trabalhando as partes se

chegar ao todo. Pensando dessa forma, Descartes formulou a análise científica, também conhecida por *reducionismo do método*, que de acordo com Le Moigne (2007) foi mantido por cerca de dois séculos por ser consubstancial à ciência.

Uma das principais críticas feita aos defensores do cartesianismo pelos teóricos da complexidade é que uma vez dividido o todo em partes para melhor compreendê-lo, há que se devovê-lo ao seu contexto para que sejam estabelecidas as relações necessárias à sua compreensão. Quando não se faz isso o resultado é uma visão fragmentada da realidade.

Assim, a Teoria da Complexidade representa uma forma de se repensar a fragmentação do pensamento. Ela é defendida por vários cientistas (cada um com sua escola de pensamento), todos reconhecidos internacionalmente como Morin, Prigogine, Derrida e Capra

É importante acrescentar que essa discussão envolvendo o pensamento simplificador e a complexidade não começou na atualidade. De acordo com Le Moigne (2007) Giambatista Vico, em 1708, percebeu o “empobrecimento cognitivo” implícito no postulado da divisão e da disjunção e propôs uma abertura deste leque, dedicando-se ao exercício do que ele chamou de *Ingenium, essa estranha faculdade do espírito que é a de reunir*. Para um melhor entendimento dessa “estranha faculdade de reunir”, a comparação seguinte, compilada de Le Moigne (2007) nos parece pertinente: enquanto em “A análise” Descartes nos convida a dividir cada dificuldade para examiná-la no maior número de partes possíveis e assim conseguir uma forma de melhor a resolver, em “O engenho”, Vico nos convida a reunir de maneira rápida, apropriada e feliz coisas separadas, sintéticas e opostas. Assim, se para Descartes representar uma árvore, é racionalmente necessário decompô-la numa grande porção de serrim, para Vico, para representar uma árvore é forçoso representar um fundo qualquer onde a mesma se destaque.

Mas afinal, o que é complexidade? Em seu livro intitulado Introdução ao Pensamento Complexo, Morin compara a complexidade a um tecido⁵ formado por componentes heterogêneos inseparavelmente associados (MORIN, 2001a).

Observar e identificar situações que indiquem fortalezas e debilidades, ameaças e oportunidades ao desenvolvimento sustentável dentro de uma comunidade quilombola é uma questão complexa, porque há necessidade de se

⁵ *Complexus*: se refere ao que é tecido em conjunto. (MORIN, 2001a, p.20)

perceber as relações que eles estabelecem entre si, com o meio ambiente, com as instituições públicas, com os tomadores de decisão, com as políticas para o desenvolvimento sustentável, dentre tantas outras. Concorde-se com Quintas (2009) que essas relações só podem ser compreendidas como um produto da interação de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, históricos, ambientais e até os biológicos. Por tudo isso, é possível afirmar que para o cumprimento dessa tarefa é preciso lançar mão do pensar complexo, em uma tentativa de superar a fragmentação da realidade.

O pensamento cartesiano foi e continuará sendo importante para a produção do conhecimento. Porém, o pensamento complexo é um instrumento de mudança e resistência. É um método, no sentido que Descartes deu ao termo em seu *Discurso sobre o método* e Espinosa em sua *Ética*. Por essa razão, ele não se propõe a ser anticartesiano: trata-se de um método não-cartesiano, que reconhece e incorpora as virtudes do método de Descartes, aceita-as e procura complementá-las com outras idéias, procurando atenuar-lhes a fragmentação e o racionalismo. Por isso propõe a religação desses saberes, que é uma proposta enriquecedora e ampliadora (MARIOTTI, 2007).

3.2 A COMPLEXIDADE DO CONCEITO HISTÓRICO DO TERMO QUILOMBO E O SIGNIFICADO ATUAL DE COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS

Como nesta pesquisa será abordado o conhecimento etnobotânico de uma comunidade quilombola, cabe aqui uma breve reflexão sobre os termos quilombo e comunidade remanescente de quilombos, bem como dos motivos que levaram à ressemantização desses termos.

Há na atualidade um certo senso comum em torno do conceito atribuído à palavra quilombo, que normalmente remonta ao conceito do Conselho Ultramarino Português datado de 1740, o qual define quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (LEITE, 2000).

De acordo com Gomes (2006) utilizando as categorias empregadas por João Reis ao avaliar os estudos sobre revoltas escravas na Bahia, é possível afirmar que há duas correntes bem distintas de interpretações sobre quilombos: as culturalistas e

as materialistas. Há um vasto material bibliográfico que reflete sobre o termo quilombo a partir das correntes culturalistas e materialistas.

Assim, a partir do pensamento de Nina Rodrigues, por exemplo, autores como Arthur Ramos, Edison Carneiro e, posteriormente, Roger Bastide começaram a difundir as interpretações culturalistas sobre os quilombos brasileiros. Para os culturalistas, os quilombos representavam apenas um fenômeno “contra-aculturativo”, que tinha origem na “persistência da cultura africana”, em resposta ao permanente processo de “aculturação” da sociedade escravista (GOMES, 2006).

Não obstante, a corrente materialista que surgiu a partir de 1960 apresentava uma nova visão sobre o assunto, não só combatia os culturalistas, como criticava suas análises, incluindo a questão da luta de classes. Clovis Moura foi um dos expoentes na perspectiva materialista.

Entretanto, os autores dessas correntes não estiveram preocupados em discutir o termo quilombo. A preocupação era com suas teses sobre a importância do processo de formação dos quilombos no Brasil. Concorda-se com Almeida (2005) que o termo inclusive desapareceu da base legal brasileira a partir do período republicano (iniciado em 1889) só voltando a reaparecer como categoria que tinha acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência e inclusive recebendo o adjetivo de “remanescentes”, na Constituição de 1988.

Dessa forma foi só a partir da promulgação da Constituição Brasileira no ano de 1988, tomando como ponto de partida os Artigos⁶ 215⁷ e 216⁸ e a necessidade da construção de um texto para o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que o significado de quilombo ganhou novamente visibilidade na sociedade brasileira.

⁶ Esses artigos fundamentam a aplicação dos direitos quilombolas, Seção II, que tratam da dimensão cultural e dos direitos de preservação dessa cultura. Aos artigos constitucionais se soma o Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003 (que regulamenta a regularização das terras quilombolas); a Instrução Normativa nº 49 do INCRA e as Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil, destacando-se: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 27 de junho de 1989 e a Convenção da UNESCO sobre Diversidade Cultural (2007).

⁷ Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. O referido artigo possui três parágrafos. Para maiores detalhes consultar a Constituição Brasileira de 1988.

⁸ Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I-as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; [...]. Para maiores informações consultar a Constituição Brasileira de 1988.

Parece relevante relatar que na atualidade há várias discussões acadêmicas⁹ em torno dos motivos que levaram a ressemantização desse termo, que não devem ser ignoradas, entretanto, não serão retratadas aqui por não ser objetivo desta tese discutir esse assunto.

Não obstante, diante do debate e da abrangência do termo “quilombo”, em 1994, o Ministério Público Federal convocou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a emitir seu parecer sobre o assunto. Com o objetivo de cumprir essa tarefa, a ABA criou um Grupo de Trabalho que conceituou “terras remanescentes de quilombo” como:

Quilombo tem novos significados na literatura especializada, também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem por número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995, p.1).

Além do conceito de comunidade remanescente de quilombos emitido pela ABA, é importante mencionar a definição que consta do Decreto nº 4.887¹⁰ (o qual será adotado nesta pesquisa), que afirma seguinte:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2007).

3.2.1 O processo de reconhecimento das Comunidades quilombola

⁹ o autor Fabiani (2005) em seu livro Mato, Palhoça e Pilão, tece uma severa crítica ao processo de ressemantização do termo quilombo, realizado pelos antropólogos da ABA após a Constituição de 1988.

¹⁰ O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, instrui sobre as normas procedimentais necessárias à implementação do processo administrativo, ajuizado por comunidades quilombola ou outros interessados junto ao INCRA.

O número de quilombos identificados até 2002 pelo Governo Federal não passava de 743. Entretanto, depois de muita luta das comunidades quilombola pelo seu auto-reconhecimento, do fomento à ampliação e qualificação dos serviços disponíveis e da criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ), o número de comunidades identificadas aumentou para 3.524, dentre as quais 1.342 já receberam a certificação da Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2007).

Dentre essas comunidades supracitadas, está a comunidade participante deste estudo, que no dia 19 de maio de 2006, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, como **REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**¹¹, conforme Livro de Cadastro Geral n.º06, Registro n.º 567, p.77, nos termos do Decreto n.º4.887/2003 e da Portaria Interna da FCP n.º06 de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f.07 (BRASIL, 2006).

Ao proceder o reconhecimento dessa e demais comunidades quilombola brasileiras, o Governo brasileiro intenta promover o desenvolvimento sustentável para o meio rural (BRASIL, 2007).

Não obstante, essa tarefa de reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais não tem sido uma tarefa fácil. Tanto a garantia dos direitos dos quilombolas, assim como as políticas de promoção da igualdade racial em contexto mais amplo, estão no meio de uma disputa ideológica imposta pelos setores mais conservadores de nossa sociedade. Esse fato pode ser verificado e acompanhado na imprensa, a partir das contestações à demarcação de terras quilombolas feitas na justiça, das reações da bancada ruralista apoiada pela Rede Globo de televisão e do recrudescimento da violência no campo (BRASIL, 2007).

3.3 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ETNOBOTÂNICA

O prefixo “etno” se popularizou na academia e se tornou o atalho mais curto e mais fácil para se referir ao modo como outros grupos (indígenas, quilombolas, caiçaras) olham o mundo (MARTIN, 1995). Quando esse prefixo aparece diante de

¹¹ Grifo presente na Certidão de Auto-Reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares.

palavras como botânica, por exemplo, está querendo dizer que pesquisadores desse campo do conhecimento estão buscando as percepções de um determinado grupo humano acerca dos vegetais, a partir de um recorte acadêmico (HAVERROTH, 2007).

De acordo com Albuquerque (2005), o termo etnobotânica foi formalmente cunhado em 1895 pelo americano J. Harsberger, que embora tenha apresentado uma definição aceitável para a época: “estudo das plantas usadas pelos povos primitivos ou aborígenes”, apresentava uma visão preconceituosa quando se referia aos Povos Tradicionais como “primitivos” e fragmentada por não inserir esse conhecimento em um contexto mais amplo. Em decorrência disso as pesquisas científicas da época se limitavam a catalogar e produzir longas listas de plantas usadas pelos Povos Tradicionais.

Na compreensão de Albuquerque (2005) a etnobotânica insere-se no domínio mais amplo da etnobiologia, e esta compreende essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia, ou ainda, é o papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem e determinados ambientes. Nesse sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos utilizados pelos povos em estudo (POSEY, 1986).

Ao contextualizar a etnobotânica inserida na etnobiologia, é relevante se remontar aos períodos históricos da etnobiologia para que se possa compreender a etnobotânica à luz desse processo, além do fato da mesma ter passado a ser compreendida como o estudo das inter-relações entre povos primitivos e plantas, a partir da perspectiva cultural. Assim, autores como Clément (1998) afirmam que a etnobiologia pode ser dividida historicamente em três períodos clássicos: pré-clássico, clássico e pós-clássico. O período pré-clássico iniciou-se por volta do ano de 1860 e foi marcado por estudos focados na coleta de informações sobre o uso de recursos (CLÉMENT, 1998). Observa-se aqui uma forma de pensar a etnobiologia, que por sua vez interferiu na etnobotânica, um de seus campos de saber, fazendo com que esse campo do conhecimento fosse crescendo totalmente desvinculado de seu contexto social, enfatizando apenas a dimensão do vegetal e de seus usos, sem se importar com a pessoa humana que inseria aquele vegetal no seu dia-a-dia a partir do seu conhecimento. O período clássico, que teve início por volta de 1954, foi marcado por pesquisas voltadas para a lingüística e para a classificação

etnobiológica, tendo como ponto de partida uma perspectiva êmica¹². Foi quando as metodologias da antropologia começaram a ser incorporadas ao processo (CLÉMENT, 1988).

O marco inicial do período pós-clássico da etnobiologia, período que ora vivenciamos, foi o ano de 1981, época em que o enfoque das pesquisas passou a ser, o de estudar o manejo de recursos naturais por diversos grupos étnicos, facilitando assim uma interação entre a etnobiologia e a conservação (CLÉMENT, 1988).

É importante relatar que o congresso que resultou na criação da Sociedade Internacional de Etnobiologia, em 1988 no Pará, foi um marco histórico importante para o período pós-clássico porque culminou na elaboração da Declaração de Belém, documento que orienta os pesquisadores em várias ações, dentre elas, o desenvolvimento de procedimentos para compensar os “povos nativos” pela utilização de seu conhecimento (CAMPOS, 2002). Um outro documento que tem influenciado as pesquisas em etnobiologia e etnobotânica é a Convenção Sobre a Diversidade Biológica (CDB) (ARCANJO, 1997). A mesma afirma que o acesso aos recursos naturais deve respeitar três princípios básicos: a soberania dos países sobre seus recursos naturais; a repartição justa e eqüitativa dos benefícios auferidos com o empreendimento e; a participação das comunidades tradicionais.¹³ Por este relato é possível concluir que no processo histórico de formação da etnobiologia há uma tentativa de superação da forma fragmentada de se pensar a etnobiologia e, conseqüentemente, a etnobotânica.

Como a etnobotânica está inserida no contexto da etnobiologia, é natural que tenha sofrido as mesmas influências citadas para a etnobiologia. Não obstante, à medida que os estudos em etnobiologia e etnobotânica foram avançando, percebeu-se que a definição que os pesquisadores davam para o campo do conhecimento da etnobotânica, também sofreu avanços, influenciados é claro por sua formação acadêmica. Por exemplo, SCHULTES (1967), retirou o termo “homem primitivo”, de conotação extremamente pejorativa, da definição de etnobotânica e passou a defini-

¹² Êmico é uma tentativa de descobrir e descrever o sistema comportamental de uma dada cultura nos seus próprios termos, identificando não somente as unidades estruturais, mas também as classes estruturais às quais elas pertencem (CAMPOS, p.73, 2002).

¹³ A CDB é fruto da confluência dos esforços do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o meio ambiente) e da IUCN (International Union for Nature Conservation ou UICN em português). Seu projeto original visava consolidar e organizar normas de outras convenções já existentes para racionalizar as atividades nesse campo (ARCANJO, 1997).

la como “o estudo das relações entre o homem e seu ambiente vegetal”. Mais adiante, em 1976, o pesquisador mexicano Hernández-Xolocotzi (1983), propôs a seguinte definição para a etnobotânica: “campo científico que estuda as inter-relações que se estabelecem entre o homem e as plantas, através do tempo e em diferentes ambientes”, evidenciando a dimensão temporal e espacial da etnobotânica. Mais recentemente Ford (1980) ampliou essa definição para “a totalidade das pessoas e plantas em uma cultura e a inter-relação das pessoas com as plantas”(STENBOCK, 2006). Nesta pesquisa entendemos a etnobotânica como o estudo das interações existentes entre homens, mulheres e crianças com o ecossistema onde vivem (plantas, animais, rios, florestas, etc.), seus mitos, crenças e empirismos necessários para sua reprodução física, social e espiritual.

3.4 REFLEXÃO SOBRE A EVOLUÇÃO DO TERMO DESENVOLVIMENTO ATÉ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mencionar o termo desenvolvimento sustentável implica em certos cuidados. Pois na atualidade, ele está presente no discurso dos políticos, no texto das leis, na fala dos professores e ambientalistas e até nos projetos do Banco Mundial. Será que o significado do termo desenvolvimento é mesmo para esses diferentes atores? Concorda-se com Sachs (2002, p.14) quando afirma que:

[...] o termo desenvolvimento pode significar qualquer coisa, dependendo de como se olhe e com que fins se empregue. Frente a uma dócil aparência de neutralidade semântica, podemos ver como seu uso polissêmico permite acepções diametralmente opostas que vão desde quem o emprega como crescimento econômico *per capita* em termos de PIB (Produto Interno Bruto), sem se preocupar [...] que o crescimento econômico exploda o capital social e natural para produzir mais capital monetário, até os que identificam desenvolvimento como sinônimo de mais direitos e recursos para os pobres e recomendam priorizar a busca do bem comum com base no patrimônio social e natural.

Entender como o termo desenvolvimento durante muito tempo foi considerado antagônico ao termo sustentável e como na contemporaneidade andam juntos e nas mais diferentes falas, passa por compreender o contexto histórico e político que levou ao desenvolvimento das teorias desenvolvimentistas. Compreender como se foi de desenvolvimento a desenvolvimento rural sustentável, implica em se refletir sobre o cenário político internacional logo após a Segunda Guerra Mundial. O cenário era de disputa entre os Estados Unidos (EUA) e a antiga União Soviética. Os EUA, nesse contexto da guerra fria contra o comunismo, demonstravam uma certa

urgência em mostrar ao mundo e também aos novos países emergentes que eram uma superpotência. Para tanto, precisaram construir uma nova teoria de desenvolvimento que causasse tanta repercussão quanto a de Marx. Para a formulação do corpo teórico dessa teoria, que ficou conhecida como teorias da modernização, foram chamados pesquisadores da Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID) e do Banco Mundial que, por sua vez, tiveram como missão abastecer o governo americano de formulações teóricas consistentes e convincentes na expectativa de exercerem o papel de superpotência mundial. Esse corpo teórico influenciou a Economia de Desenvolvimento Mundial durante as décadas de 1950 e 1960 (SERRANO, 2001).

Entretanto, Brum (1984) argumenta que foi só a partir de 1964 que o governo brasileiro optou por um modelo econômico verdadeiramente característico das sociedades em elevado estágio de desenvolvimento e com alto padrão de vida. Na compreensão desse autor, basicamente, foi nessa ocasião que o Brasil buscou construir um modelo de desenvolvimento tendo o padrão norte-americano como modelo, pelo menos no que se referia ao consumo. Dessa forma, o modelo econômico adotado privilegiou o consumo de bens duráveis e sofisticados, favorecendo assim as indústrias que atuavam nesses ramos, em detrimento do setor agrário.

Esse modelo de desenvolvimento permitiu que as benesses decorrentes dessa política governamental fossem alcançadas apenas por uma minoria da sociedade brasileira, devido principalmente ao fator concentração de renda.

Além do Brasil, outros países emergentes buscaram nesse modelo soluções para os seus problemas de desenvolvimento. Vários foram os acontecimentos e fatos históricos que contribuíram para influenciar esses países a adotarem a teoria da modernização e suas correntes. Concorda-se com Serrano (2001) que os principais foram: o reconhecimento dos EUA como uma nova potência hegemônica mundial (as outras potências ocidentais ficaram praticamente destruídas após a Segunda Guerra); a expansão do modelo comunista desde a antiga União Soviética em direção a China e a Coréia, passando pelos países desenvolvidos do Oeste da Europa; o êxito dos países desenvolvidos na década de 1940 (induziu a que se pensasse que se esse modelo dera certo para os países desenvolvidos, deveria dar certo também para os países em desenvolvimento) e por fim e não menos importante, a criação de organismos internacionais como o Fundo Monetário

Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAO) em 1945 e das Comissões Econômicas para as diversas regiões: Comissão Econômica para a Ásia e Extremo Oriente (CEAED) em 1947; Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 1948.

Parece evidente que não foi por acaso que nos anos 60, começaram surgir no Brasil modelos econômicos baseados no produtivismo. Afinal, havia uma forte crença na necessidade de incorporação dos espaços atrasados à lógica dominante, que por sua vez, defendia os conceitos de eficiência e modernização como objetivos únicos do desenvolvimento, usando o setor primário como ponto de partida para alavancar o processo (BUARQUE, 2001).

Dentre as principais características das teorias de modernização que interferiram no processo desenvolvimento de países chamados “atrasados”¹⁴, pode-se citar: a identificação de desenvolvimento com desenvolvimento econômico e deste com crescimento; a consideração do subdesenvolvimento como um problema de atraso relativo, causado por uma série de obstáculos ao desenvolvimento que se perpetuavam na forma de círculos viciosos, mantendo esses países em uma situação de estancamento permanente; a necessidade do Estado e do planejamento governamental como elementos essenciais à política de desenvolvimento e a ênfase dada aos empréstimos internacionais como forma de socorrer as economias menos favorecidas (SERRANO, 2001).

Assim, o Pacote Tecnológico da Revolução Verde que foi colocado em prática no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 foi uma das conseqüências da urgência de se modernizar o setor agrário brasileiro, que era considerado “atrasado”. As mudanças que esse modelo provocou na agricultura brasileira foram muitas, dentre elas: mecanização, uso intensivo de insumos químicos, difusão de novas variedades genéticas “mais produtivas”, erosão do solo, contaminação das águas e do solo e prejuízo aos pequenos produtores rurais (RESCHINSKY; DE VARGAS, 2002)..

Por fim, é vasta a bibliografia a respeito das teorias do desenvolvimento e suas conseqüências, desde os trabalhos pioneiros de Harrod e Domar, que defendiam a idéia de crescimento equilibrado, passando pelo estudo de Rosenstein-

¹⁴ Em basicamente toda a literatura consultada, é assim que os autores se referem aos países pobres ou em desenvolvimento como o Brasil. O termo continua sendo empregado, é o que se pode constatar no Relatório sobre o desenvolvimento mundial, intitulado “A Geografia Econômica em Transformação” publicado em 2009 pelo Banco Mundial.

Rodan (defendendo a idéia do impulso inicial necessário para que os países em desenvolvimento pudessem ultrapassar a barreira do atraso, ingressando em uma nova fase de crescimento equilibrado e auto-sustentado), chegando até Hirschman, responsável pela teoria do desenvolvimento não equilibrado (TEIXEIRA, 2006).

Além da teoria de modernização existiram várias teorias, correntes e ou tendências que contribuíram com erros e acertos para a evolução dos termos desenvolvimento, desenvolvimento rural, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. Nesta pesquisa, é relevante citar as teorias da modernização com suas tendências (a teoria das etapas, a doutrina dos círculos viciosos, os modelos duais, a corrente do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado); as teorias estruturalistas (o modelo centro-periferia, as teorias estruturalistas da independência e da dependência, o neoestruturalismo); as teorias neomarxistas (teoria moderna do imperialismo; teoria do intercâmbio desigual, teoria neomarxista da dependência; teoria do sistema capitalista mundial, teoria das teses da desconexão e teoria da escola de regulação); as teorias neoliberais; as teorias alternativas de desenvolvimento e o surgimento do desenvolvimento rural (do desenvolvimento alternativo e da satisfação das necessidades básicas; do crescimento com equidade; do desenvolvimento endógeno e local; do ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; do desenvolvimento multidimensional; do desenvolvimento humano e do papel das Nações Unidas nesse processo). Dentre as tendências onde estão inseridas as teorias da modernização, a teoria das etapas, postulada por Rostow em 1960, constitui uma das mais importantes contribuições à Economia do Desenvolvimento, que define o processo de crescimento econômico como uma sucessão de etapas pelas quais os países necessitam passar para alcançarem o seu desenvolvimento. Resumindo, Rostow defende que a evolução de uma economia tradicional para uma em desenvolvimento deve ocorrer em um processo de cinco etapas¹⁵ (SERRANO, 2001).

O fato de se trabalhar, buscando como único resultado, a eficiência levou a resultados negativos, que contribuíram para colocar em evidência as limitações desse modelo de desenvolvimento. Portanto, a principal crítica que os teóricos da teoria da complexidade, poderiam tecer aos teóricos das teorias da modernização é

¹⁵ Para maiores informações, consultar a obra de Rostow, intitulada "As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista" de 1960.

em relação ao seu determinismo implícito, ao considerar que todos os países, indiferentes aos seus aspectos sociológicos, antropológicos e econômicos, poderiam seguir um caminho de desenvolvimento parecido.

3.4.1 O equívoco dos modelos desenvolvimentistas baseados no crescimento econômico

O crescimento econômico dos países industrializados se beneficiou de um modelo baseado no consumo, uso intensivo de energia barata e no estabelecimento de suas indústrias na maioria dos países em desenvolvimento. A instalação dessas multinacionais, geralmente esteve vinculada a estratégias de dominação ideológica, econômica e política dos países em desenvolvimento (SERRANO, 2001).

Apesar de os países em desenvolvimento sofrerem as conseqüências desse modelo baseado no consumo, quem primeiro reagiu a isso foi a classe média dos países desenvolvidos. Assim, movimentos como o de hippies, das mulheres, da contracultura, das minorias raciais, dentre tantos outros, foram importantes para denunciar ao mundo, os abusos que estavam sendo cometidos contra o meio ambiente (DIEGUES, 1992).

Além dos movimentos considerados na época como “marginais”, vários intelectuais de diferentes correntes teóricas, alertaram a humanidade para os limites ecológicos do planeta. Dentre eles, é possível citar Rachel Carson, que em 1962, publicou o livro “Primavera Silenciosa”.

Porém, nada foi tão implacável com a noção de progresso linear, à base de energia e matérias-primas oriundas dos países do Terceiro Mundo, como a crise do petróleo de 1973. Foi a necessidade de racionar o petróleo, inclusive aquele usado para o aquecimento das casas e para o transporte nos países industrializados, que despertou essas pessoas para a dura realidade: os recursos naturais não eram bens infinitos (DIEGUES, 1992).

Por outro lado, essa situação já havia sido denunciada no relatório organizado pelo Clube de Roma, intitulado “Limites do Crescimento”, em março de 1972.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, aconteceu três meses depois da publicação do relatório do Clube de Roma. Nessa reunião, pela primeira vez, vários países discutiram temas como crescimento econômico, desenvolvimento e proteção ambiental. Aos países

industrializados, interessava o controle da degradação ambiental, provocada pela industrialização (DIAS, 1994).

Essa Conferência, é considerada um importante marco histórico no cenário político internacional, pois além de possibilitar o surgimento do termo gerenciamento do ambiente, também chamou a atenção internacional para a problemática ambiental, causando muita polêmica. Os representantes dos países em desenvolvimento acusaram os países industrializados de restringir seus programas de desenvolvimento industrial, a partir da desculpa da poluição ambiental. Foi dessa forma que os representantes do Brasil, afirmaram que o país não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do Produto Interno Bruto (PNB) (DIAS, 1994). Foi um verdadeiro escândalo internacional, pois enquanto, todos estavam ali reunidos “preocupados” com a degradação ambiental, o Brasil anunciava a abertura de suas portas às multinacionais, a partir de um modelo de desenvolvimento econômico predatório e incompatível com a sustentabilidade. Um cartaz brasileiro exibia os seguintes dizeres: “Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento” (DIAS, p.38, 1994).

Não obstante, foi em meados da década de 1970 que os conceitos desenvolvimentistas sofreram mais críticas, principalmente após a publicação dos trabalhos da Fundação Bariloche e da CEPAL. Autores como Wolfe, Pinto e Sunkel propuseram modelos alternativos de desenvolvimento baseados: na renúncia à crença em um crescimento econômico exponencial ilimitado; renúncia à crença de um desenvolvimento sustentado apoiado na exportação maciça dos recursos naturais locais; na crença de que a qualidade de vida deve ser o objetivo fundamental de qualquer desenvolvimento; na renúncia à crença da fé indiscriminada no progresso por meio da ciência e tecnologia; etc (DIEGUES, 1992).

É importante ressaltar que esses estilos alternativos de desenvolvimento, que levavam em consideração a conservação do meio ambiente, receberam vários nomes, como, **ecodesenvolvimento**, **desenvolvimento sustentável**, **desenvolvimento alternativo**, dentre outros. O ecodesenvolvimento, foi introduzido por Strong, no início da década de 1970, como alternativa ao dualismo “economia-ecologia” (DIEGUES, 1992), que foi definido por Sachs em 1974, como ‘estilo de

desenvolvimento', no qual cada região necessitaria de soluções específicas para problemas particulares, sem negligenciar os aspectos culturais e ecológicos de cada uma, tanto nas necessidades imediatas como nas considerações em longo prazo (SERRANO, 2001).

Dessa forma, o ecodesenvolvimento propunha uma nova ética de desenvolvimento, destacando a necessidade de se utilizar os recursos naturais com parcimônia. Essa estratégia de desenvolvimento apontava para a necessidade de descentralização nas tomadas de decisão e maior solidariedade com as futuras gerações (DIEGUES, 1992).

O conceito de ecodesenvolvimento evoluiu e ainda na década de 1980, originou o termo desenvolvimento sustentável, popularizado pelo Relatório de Brutland. Esse relatório elaborado pela ONU, definiu o desenvolvimento sustentável (ou sustentado) como o que satisfaz as necessidades futuras do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (SERRANO, 2001).

Diegues (1990) acredita que, ao contrário do conceito de ecodesenvolvimento que ficou em voga por um período relativamente curto, o conceito de desenvolvimento sustentado, ficou famoso muito provavelmente por ter sido citado em importantes documentos como a Estratégia Mundial para a Conservação, o informe Nosso Futuro Comum (Comissão de Brutland), Cuidar da Terra e o Informe da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América latina e Caribe (1991).

Na formulação de Teixeira (2006) o conceito de desenvolvimento sustentável parte do pressuposto de que o processo de crescimento, tal como foi vivenciado nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, constitui um componente intrínseco da insustentabilidade do modelo atual. O autor vai além, afirmando que para que realmente ocorra desenvolvimento, é necessário aumentar muito mais do que bens e serviços, pois há que se realizar mudanças na qualidade de vida das pessoas, ou seja, é preciso ir além das dimensões mercantis, incluindo outras dimensões como as sociais, culturais, espirituais, dentre outras.

Assim, além de introduzir um elemento novo, ao partir do princípio de que os modelos atuais de desenvolvimento, são inviáveis, por seguirem padrões de crescimento econômico não-sustentáveis em longo prazo, o conceito de

desenvolvimento sustentável também introduz, pelo menos na teoria, a dimensão ética e política, ausentes em algumas propostas antecedentes (DIEGUES, 1992).

O atual conceito de desenvolvimento está fundamentado em sua base ecológica (conservação dos recursos naturais) e na preservação (entendidas como número de espécies vegetais e animais que hoje compõem a vida) (DIEGUES, 1992).

Entretanto, é importante frisar que documentos recentes têm enfatizado a relação entre a manutenção da diversidade biológica e a diversidade cultural. Estudos têm demonstrado que as populações tradicionais diversas: quilombolas, coletores, pescadores, etnias indígenas, dentre outras, são responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem para sua sobrevivência. Porém, dentre os mecanismos propostos para a manutenção da diversidade, no desenvolvimento sustentável, está o estabelecimento de áreas protegidas (parques, reservas ecológicas, etc.), que por sua vez, têm colaborado para a redução dessa diversidade cultural. Esse fato pode ser explicado, em parte, devido à importação da concepção de parques e reservas ecológicas dos países industrializados (leia-se Estados Unidos), que criaram essas áreas pensando na preservação da beleza cênica, para fins de turismo e recreação. Essa concepção não admite, por exemplo, que os parques sejam áreas habitadas por populações humanas, que devem ser transferidas por ocasião de sua criação (DIEGUES, 1992).

O que os defensores dessa concepção não percebem é que, no caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil, esses ecossistemas que ora são transformados em parques e reservas na maior parte das vezes, foram conservados por essas populações tradicionais, como a comunidade quilombola participante deste estudo. De acordo com Diegues (1992) essas populações tradicionais, pelo seu sistema de produção material e não-material, dependem da preservação dos ambientes em que vivem, além de terem desenvolvido vários sistemas de manejo dos recursos naturais.

É possível concluir que o conceito de desenvolvimento vem sofrendo transformações de 1950 até os dias de hoje. Porém, apesar de todas as mudanças, ainda há um certo desconforto com o termo, porque ao que parece, o mesmo ainda serve de instrumento para a manutenção dos interesses e privilégios de alguns grupos, em detrimento de outros. Guimarães (1995; 1997) corrobora com essa tese ao afirmar que apesar da mudança ocorrida em torno do conceito de

desenvolvimento sustentável e de todos os avanços obtidos, algo ainda continua incomodando. É o fato do desenvolvimento sustentável, ter-se tornado uma referência indispensável no discurso político e empresarial, reduzindo sua importância estratégica a um mero recurso de retórica.

3.5 O planejamento local, metodologia DAFO e o desenvolvimento rural sustentável

De acordo com Buarque (2001) o planejamento local é um processo de decisão sobre ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento local em comunidades de uma maneira geral. O processo deve ser conduzido junto à sociedade local, mobilizando os atores sociais e organizando as ações convergentes dos diversos agentes envolvidos para que seja possível implementar as transformações desejadas pelos moradores locais (BUARQUE, 2001). Portanto, para a elaboração de um planejamento local é preciso tomar conhecimento de suas fortalezas para potencializá-las e de suas vulnerabilidades para amenizá-las ou restringi-las, assim como também é importante conhecer as oportunidades e ameaças que poderiam aumentar ou limitar as possibilidades de sucesso de DRS.

Dentre as ferramentas utilizadas para a sistematização de informações úteis à elaboração de um planejamento de desenvolvimento sustentável está a ferramenta DAFO (deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades) (TEIXEIRA, 2003). De acordo com Oliveira (2001) essa ferramenta facilita a comparação das ameaças e oportunidades com as forças e deficiências internas de uma comunidade.

Este tipo de análise oportuniza examinar a interação entre as características particulares da comunidade quilombola e o contexto no qual está inserida. Assim, a análise DAFO contempla duas partes (Figura 1): uma chamada interna e outra externa. A parte interna tem a ver com as fortalezas e deficiências presentes na comunidade, são aspectos sobre os quais a comunidade tem o controle. Já a parte externa se refere às oportunidades oferecidas pelo ambiente externo e as ameaças que comunidade terá de enfrentar.

Como o uso da metodologia DAFO implica em análise do ambiente interno e externo à comunidade é importante que se conheça suas fortalezas, que pelo fato de pertencerem ao seu ambiente interno, (estão sob seu controle), podem ser potencializadas, visando o sucesso do seu desenvolvimento sustentável. Também é importante que conheça suas fraquezas, que são aquelas situações consideradas

inadequadas, que por serem internas (também estão sob seu controle), poderão ser amenizadas, evitando o insucesso de suas atividades ou empreendimentos.

Apesar das oportunidades e ameaças pertencerem ao ambiente externo à comunidade, (fora do controle da mesma), se conhecidas em tempo hábil para serem aproveitadas satisfatoriamente ou evitadas, poderão favorecer ou criar obstáculos, ao sucesso das atividades ou empreendimentos da mesma (OLIVEIRA, 2001).

4. MÉTODO E METODOLOGIA

4.1 MÉTODO

Há no meio acadêmico muita divergência em torno das palavras método e metodologia, por isso, cabe aqui uma explanação do que se entende por estes conceitos neste estudo. Falar em método implica em lembrar que essa palavra tem origem no latim *methodus*, e no grego, μετηοδος (*methodos*), resultado da união de μετα (*meta*) que é um prefixo com significado de “através de”, e de ηοδος (*hodos*) que quer dizer “caminho, estrada”. Nesse sentido, o significado etimológico de método é “um caminho através do qual se procura chegar a algo ou *um modo de fazer algo*” (TURATO, 2003).

O método que até hoje influencia o pensamento científico ocidental hegemônico é uma formulação muito antiga, em termos históricos, que começou com Sócrates (469-399 a. C.), acentuou-se com Platão (427-347 a.C.) e foi aperfeiçoado por Aristóteles (384-322 a.C). A consolidação veio com René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1642-1726) (MARIOTTI, 2007). O francês René Descartes, marco da filosofia moderna, deu uma orientação às carências epistemológicas de seu tempo, trazendo uma discussão sistemática e categórica à questão do método. Seu destaque no mundo da filosofia e da ciência ocorreu – e ocorre ainda hoje – por conta da tentativa de conectar a filosofia clássica com o método científico que nascia na época (TURATO, 2003).

Esse método que ficou conhecido por cartesianismo, é regido pelos princípios de disjunção, de redução e de abstração, cujo conjunto constitui o que Morin chama de “paradigma da simplificação” (MORIN, 2001a). Descartes acreditava que ao separar o sujeito do objeto garantia a objetividade da ciência e “é na base desta cisão radical entre sujeito e objeto que se pautará praticamente todo o conhecimento científico subsequente” (GRÜN, 2005, p. 35). O sujeito (*o cogito*) é aquele que pensa (o pesquisador, por exemplo) e o mundo, a natureza, são seus objetos à espera de um corte analítico. O pesquisador para seguir o método analítico, precisa se isolar de seu objeto, no caso da natureza, isso é o mesmo que olhá-la como quem olha uma fotografia. Dessa forma, natureza e cultura passam a ser coisas distintas (GRÜN, 2005).

A gravidade de tudo isso reside no fato de que é essa distinção entre sujeito e objeto que legitimou o procedimento metodológico das ciências. Grün (2005, p.35) corrobora com essa idéia ao afirmar que:

Hoje, praticamente todas as pesquisas realizadas nas universidades são ainda sustentadas pelo procedimento objetificante presente na lógica interna do cartesianismo. [...] ‘essa divisão penetrou profundamente no espírito humano nos três séculos que seguiram a Descartes e levará muito tempo para que seja substituída [...]’.

O que fazer então? Será que é preciso abandonar as idéias cartesianas em prol de um lugar para o sujeito? Concorde-se com Morin (2001a) que não há necessidade de abandonarmos o conhecimento das partes em prol do conhecimento das totalidades, também não será preciso trocar a análise pela síntese. Na verdade, é preciso juntar esse dois pensamentos.

Dentre as definições dadas ao cartesianismo, concorda-se com a de Turato (2003) que a entende como uma concepção filosófica que não só valoriza o conceito de razão, como a sobrepõe a outros valores humanos, entendendo o método científico como a única possibilidade de obtenção da verdade, sempre partindo do princípio da análise e sua interpretação mecanicista de mundo.

Embora não se possa negar as fantásticas contribuições do pensamento cartesiano, dadas pela unidade das leis newtonianas, da unificação da massa e da energia e da unidade do código biológico, é preciso reconhecer que essas unificações são insuficientes para compreender a diversidade de fenômenos e dos problemas ambientais globais e locais que estão postos. Não obstante, o conhecimento complexo permite a percepção dessa diversidade de fenômenos (MORIN, 2001b).

Por outro lado, há diversos autores que propõem uma outra abordagem para “método”. Morin (2001b, p. 192), por exemplo, apresenta a seguinte reflexão:

O que chamamos de método, é um *memento*, um “lembrete”. Enfim, qual era o método de Marx? Seu método era iniciar a percepção dos antagonismos de classe dissimulados sob a aparência de uma sociedade homogênea. Qual era o método de Freud? Era incitar e ver o inconsciente escondido sob o consciente e ver o conflito do interior do *ego*. O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. É a concentração na direção do saber total, e, ao mesmo tempo, é a consciência antagonista [...]. A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não-verdade, e a complexidade é isso: a junção dos conceitos que lutam entre si.

As idéias de Morin sobre método e complexidade estão espalhadas em sua extensa obra, mas seu núcleo é constituído pelos seis volumes, cujo conjunto intitulado de *O método*, começou a ser imaginado quando ele cumpria um período de estudos no Instituto Salk de Pesquisas na Califórnia, entre 1969 e 1970. Foi nessa época que conheceu a teoria dos sistemas e entrou em contato com a obra dos autores fundamentais do pensamento sistêmico. Heinz Von Foerster, John Von Neumann, Norbert Wiener e Gregory Bateson (MARIOTTI, 2007).

Escolheu-se o método da complexidade para nortear esta pesquisa porque no dizer de Morin, o paradigma da complexidade incita a inteligência do pesquisador a considerar a complexidade do fenômeno estudado. Estimula a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de separar; a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de relacioná-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/multiplicidade em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou de a homogeneizar em indistinta totalidade. Estimula a que todas as multidimensões da realidade estudada sejam contempladas (MORIN, 2001b), fato relevante para um estudo realizado em uma comunidade quilombola.

4.2 METODOLOGIA

Neste estudo os termos método e metodologia têm significados diferentes. O que se entende por método já foi explanado no item 4.1. À metodologia cabe a responsabilidade pelas técnicas próprias de um determinado campo do saber pois compreende a organização dos mais diferentes métodos e seus paradigmas relacionados ao seu campo de conhecimento (TURATO, 2003).

Por entender que coletar informações para um levantamento etnobotânico, além de dados que permitam inferir sobre potencialidades e desafios ao desenvolvimento rural sustentável de uma comunidade quilombola, seja um procedimento complexo, utilizou-se tanto a abordagem qualitativa, quanto a quantitativa, porque as duas abordagens se complementam e permitem uma visão de conjunto.

4.2.1 Localização da comunidade e caracterização da área de estudo quanto aos aspectos físicos e ambientais

A comunidade está localizada no Município de Dr. Ulysses (Figura 1), distante 135 km da capital paranaense. Tem como coordenadas geográficas: latitude sul 24°34'00 e longitude oeste 49°25'00 e pertence à Região Metropolitana de Curitiba no Território do Vale do Ribeira, PR, Brasil.

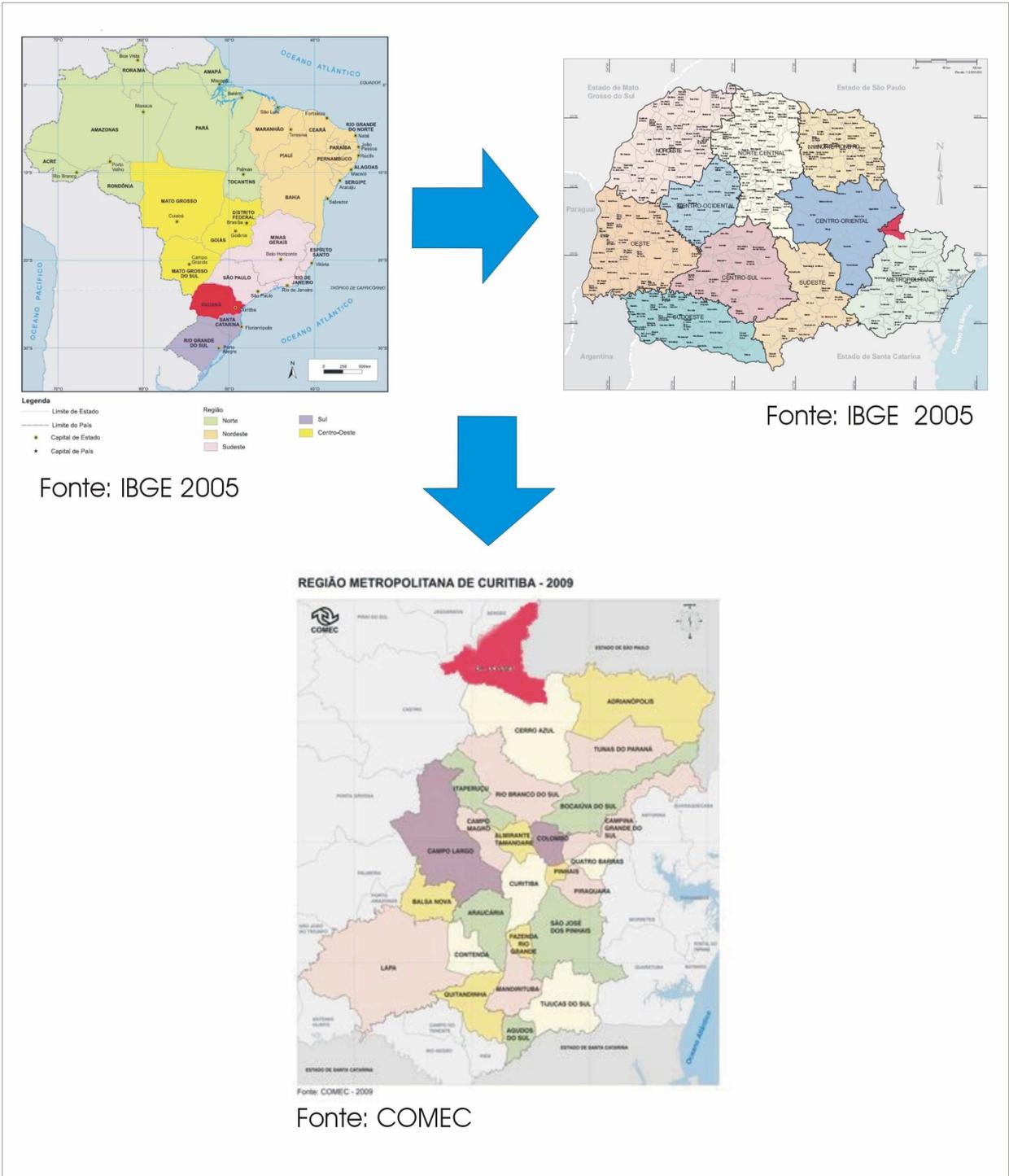


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE EM ESTUDO.

FONTE: IBGE, 2005; COMEC, 2009

Segundo os critérios de classificação do IBGE (1992), na área que corresponde ao município de Dr. Ulysses são encontradas as tipologias Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária), ocupando 56,4% de todo o território e Floresta Ombrófila Densa com 43,4% do domínio de Floresta Atlântica.

O território tem altitudes que podem variar entre 30 m e 400 m nas áreas mais baixas. Entretanto, 77% têm altitudes que variam entre 500 m e 900 m em relação ao nível do mar (IPARDES, 2007).

Quanto à declividade os estudos informam que embora predomine o intervalo entre 20% e 45% que corresponde a 44,2% do território, pode haver uma variação, sendo que a classe com intervalo maior que 45% ocupa 41,1% da área total.

Em relação ao clima, predominam as temperaturas mínimas distribuídas em duas classes: 12°C a 13°C e 11°C a 12°C. As temperaturas máximas encontradas predominam o intervalo entre 24°C e 25°C em 65,16% do território (IPARDES, 2007).

O conjunto de fatores citados acima - clima, altitude e declividade, geologia e morfologia dos solos - faz com que os solos do Vale do Ribeira apresentem a tendência para sofrer processos erosivos. De acordo com um estudo recentemente publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o território Ribeira apresenta 94,3% de seus solos com potencialidade à degradação, devido à alta probabilidade de riscos de erosão, e 5,7% correspondem a afloramentos rochosos. Outro fator relevante é o fato de no território ainda predominarem até 2002, as áreas com floresta nativa (29,3%) e 25% de áreas com florestas alteradas (IPARDES, 2007).

4.2.2 Ponto de partida

Qualquer pesquisa científica, seja qualitativa ou quantitativa, precisa ter sua metodologia organizada em etapas, fases ou momentos. Assim, a metodologia adotada aqui foi organizada em ponto de partida, trabalho de campo e o ponto de chegada (análise e interpretação dos dados).

O ponto de partida deste trabalho consistiu em ler a bibliografia pertinente ao assunto que foi pesquisado, pensar o problema e as perguntas norteadoras da pesquisa a serem discutidas com a comunidade participante do trabalho, visitar a comunidade escolhida, apresentar as idéias preliminares do projeto e verificar seu

interesse em participar do mesmo. Também fez parte dessa fase a escolha das técnicas e instrumentos a serem usados durante a coleta dos dados.

Após a primeira visita a comunidade e depois da obtenção do seu consentimento para a realização deste estudo, procedeu-se à aplicação de um questionário piloto formulado a partir de perguntas semi-estruturadas, objetivando coletar dados sócio-econômicos, históricos e do conhecimento da comunidade a respeito do uso que faziam das plantas no dia-a-dia, tanto como medicinais e alimentares; como para a confecção de artefatos, para a proteção espiritual e também como ornamentais.

4.2.3 Execução do trabalho de campo

O trabalho de campo consistiu em coletar informações sobre o uso de plantas no dia-a-dia da comunidade, coletar as espécies vegetais para posterior identificação, consultar à literatura para coleta dos dados já publicados sobre categorias de usos de vegetais em comunidades tradicionais, pesquisar bibliografia pertinente à legislação, além de entrevistar alguns funcionários de órgãos públicos estaduais e de um representante das comunidades tradicionais. Essas entrevistas ficaram assim distribuídas: um representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, um representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, um representante do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (responsável no Estado pelo levantamento das informações básicas, necessárias ao processo de inserção dessas comunidades às políticas públicas) e um representante dos interesses das comunidades tradicionais no Paraná.

4.2.3.1 Técnicas utilizadas para a realização do levantamento etnobotânico (dados do contexto interno à comunidade)

A comunidade organizada em 17 famílias, constituiu o universo da pesquisa. Cada casa foi considerada uma unidade familiar, sendo que cada unidade familiar teve liberdade para escolher quantos dos seus membros participariam do estudo.

Como técnica para a coleta de informações para o levantamento etnobotânico, foram realizadas as caminhadas etnobotânicas. Essa estratégia abrangeu as 17 famílias, e consistiu em caminhar junto com membros das famílias dentro da comunidade e/ou em seus arredores para observação dos vegetais. Essa

metodologia aqui intitulada caminhada etnobotânica, foi baseada na caminhada botânica proposta por Hersh-Martinez e Chévez (1996). O evento toma como ponto de partida o conhecimento e a experiência dos participantes do grupo. Assim, quando um integrante do grupo reconhece certa planta como de seu uso, os pesquisadores param, o escutam e comentam suas observações em grupo, de maneira que a horizontalidade do diálogo permita a aprendizagem a partir do saber dos presentes. A diferença entre a técnica usada por Hersh-Martinez e Chévez (1996) e a utilizada neste estudo, é que esses autores não separaram a comunidade em unidades familiares. No caso deste estudo, cada vez que um membro da comunidade apontava um vegetal como de seu uso, todas as informações empíricas sobre o mesmo eram anotadas em um caderno de campo, o vegetal era fotografado e quando oferecia as condições necessárias ao processo de herborização, procedia-se à coleta das estruturas convenientes para a produção de exsiccatas, seguindo as técnicas utilizadas pelo Museu Botânico de Curitiba (MBM), local para onde foi enviado o material coletado visando posterior identificação.

Nessa fase metodológica aconteceram também os “momentos pedagógicos”. Consistiram em sessões com a comunidade reunida em uma das casas, para que fossem trabalhadas as imagens dos vegetais produzidas durante as caminhadas etnobotânicas. Essas imagens foram exibidas tanto na forma de fotografias quanto na forma de imagem gerada em multimídia. Os momentos pedagógicos foram realizados numa perspectiva freiriana que entende que é possível haver o diálogo entre saberes e a partir desse diálogo produzir um conhecimento novo, capaz de gerar transformações na realidade dos sujeitos participantes da pesquisa (FREIRE, 1992; 2008). Os objetivos desses momentos pedagógicos foram vários, desde disseminar o conhecimento dos mais velhos entre os mais jovens, conseguir mais dados que ajudassem a apontar os desafios a serem superados pela comunidade e até proporcionar um reavivamento na memória dos quilombolas, no que diz respeito aos valores civilizatórios africanos. Também se procurou realizar um trabalho de valorização dos conhecimentos dos mais velhos por meio da socialização dos conhecimentos etnobotânicos dos próprios participantes, mediante as imagens apresentadas.

As caminhadas etnobotânicas também serviram de instrumento para a obtenção dos dados inerentes ao aspecto interno à comunidade, que contribuíram para a construção de uma lista de deficiências e fortalezas ao desenvolvimento rural

sustentável da comunidade. Durante as caminhadas eram realizadas anotações no caderno de campo, sobre observações da pesquisadora, como o pouco interesse dos jovens e no conhecimento dos mais velhos, pouco conhecimento sobre as espécies. Todas essas informações foram posteriormente listadas e hierarquizadas para facilitar a análise DAFO.

4.2.3.2 Técnicas utilizadas para identificar as ameaças e oportunidades DRS da Comunidade (dados externos)

Com o objetivo de coletar informações necessárias para se inferir as ameaças e oportunidades ao desenvolvimento da comunidade, realizaram-se consultas aos seguintes documentos: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, da Portaria N.º125/2009 do IAP (PARANÁ, 2009) e da Lei N.º10.639/2003 (BRASIL, 2003), além das já citadas entrevistas com os gestores estaduais e um representante dos interesses das comunidades tradicionais.

Para a realização das entrevistas, entrou-se em contato com cada entrevistado para uma explicação dos objetivos da entrevista e marcou-se data e horário para a mesma. Na ocasião, utilizou-se um gravador de marca Panassonic, modelo VAS FP e de fitas microcassete MC-60. As perguntas, previamente elaboradas eram dirigidas a cada entrevistado, e com seu consentimento, eram gravadas e posteriormente transcritas. Depois de transcritas na forma de texto, foram encaminhadas a cada entrevistado, para que verificassem se o que estava escrito coincidia com o que falaram durante as entrevistas.

4.2.4 Ponto de chegada

O ponto de chegada compreende o momento da análise e interpretação dos dados obtidos. Autores como Turato (2003), Thiollent (2007), Minayo (1999 e 2007) foram consultados para a construção dessa etapa. Optou-se por seguir as orientações de Minayo (1999) e (2007, p.80 e 81) que observa que:

quando falamos de análise e interpretação de informações geradas no campo da pesquisa qualitativa, estamos falando de um momento

em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica.

Ainda de acordo com a referida autora, há que se considerar dois aspectos importantes na análise e interpretação dos dados. Em primeiro lugar, tanto a análise quanto a interpretação ocorrem ao longo de todo o processo. O segundo aspecto relativo à pesquisa qualitativa é o fato de que às vezes pode-se chegar ao final do processo e descobrir que será preciso retornar a alguma das etapas anteriores. Isso acontece se as informações que foram coletadas não forem suficientes para se produzir as argumentações necessárias para se responder ao problema da pesquisa. Pode ser também que as referências teóricas que foram arroladas na fase exploratória da pesquisa sejam insuficientes para proceder à interpretação dos dados, uma vez que é comum que surjam novidades em campo que passam a exigir outras análises. Nesse caso, há que se acrescentar novas leituras, a fim de que um criterioso processo de compreensão e interpretação possa ser produzido (MINAYO, 2007).

Dessa forma, as informações obtidas com o inventário etnobotânico, a fim de produzir reflexões para a questão problema desta pesquisa, receberam dois tipos de abordagens: a qualitativa e a quantitativa.

Para os dados concretos aplicou-se a técnica oriunda da pesquisa quantitativa usada pelos etnobotânicos Phillips; Gentry (1993 a,b), conhecida como Valor de Uso, que mede importância dos recursos vegetais. Dentre os autores que usaram o Valor de Uso em seus estudos podemos citar Rossato *et al.* (1999) e Galeano (2000).

A fórmula $VU_s = \frac{\sum_i U_{si}}{n}$ foi usada para estimar o valor de uso para cada espécie, entrevistando-se uma única vez cada informante, onde Vus = valor de uso da espécie s ; U_s = número de usos mencionados por cada informante para a espécie s ; e n = número total de informantes ($n=17$).

O valor de uso para cada família botânica também foi calculado seguindo a metodologia de PHILLIPS e GENTRY (1993 a, b), ou seja, o valor de uso de cada família botânica corresponde a: $VUF = \sum VU_s / nf$. Onde VUs = valor de uso das espécies; nf = número de espécies na família botânica. Para o cálculo do valor de uso foram utilizadas as informações obtidas durante as caminhadas etnobotânicas realizadas com as 17 unidades familiares. Trabalhou-se com todo o universo, pois

cada uma das 17 casas, independente do número de representantes que fazia a caminhada, representou uma unidade familiar.

Nesta pesquisa também será trabalhado com o termo categorias de usos, que representa uma das formas de apresentar os dados em uma pesquisa etnobotânica. Na argumentação de Haverroth (2007) isso significa ordenar os vegetais segundo uma finalidade prática que por sua vez poderão se apresentar em várias categorias, tais como, alimentação, artesanato, construção, comércio, ritual, medicinal, dentre tantas outras. Essas categorias são subjetivas ao grupo em estudo, podendo haver sobreposição entre elas.

No que se refere à análise e interpretação das falas (abordagem qualitativa) para a identificação da importância dos vegetais, das indicações de uso, das fortalezas e debilidades, trabalhou-se a partir das sugestões de Minayo (2007) cujo foco é a exploração de um conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que está sendo investigado. Ainda segundo a mesma autora o estudo desse material não pretende abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores, porque se parte do princípio que em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costumam ter muitos pontos em comum. Assim, por meio da descrição e da análise, realizou-se a interpretação, buscando nos sentidos das falas e das ações uma compreensão ou explicação para as dimensões que emergiram do contexto em que o conhecimento etnobotânico foi gerado.

Para a análise dos dados identificados como fortalezas, ameaças, deficiências e oportunidades, obtidos a partir da fala dos quilombolas durante o levantamento etnobotânico, das entrevistas com gestores públicos e com o representante das comunidades tradicionais, com a análise do documento Pnater e do PNPCT e a partir das observações da pesquisadora, foi utilizada a já explicada técnica DAFO conforme Figura 2.

Devido ao grande número de informações geradas e para facilitar a análise das mesmas, foi preciso sistematizá-las em torno de suas contradições, para a luz do pensamento complexo refletir sobre seus diferentes contextos (ecológico, cultural, legal, social, dentre outros) e a partir daí inferir as potencialidades e os desafios ao desenvolvimento rural sustentável da comunidade.

Por meio das informações obtidas a partir da identificação das potencialidades e desafios ao desenvolvimento rural sustentável da comunidade, foi

possível produzir uma análise local que poderá subsidiar um futuro plano de desenvolvimento sustentável para a comunidade.

A Figura 2 esquematiza a metodologia DAFO de um modo bastante didático:

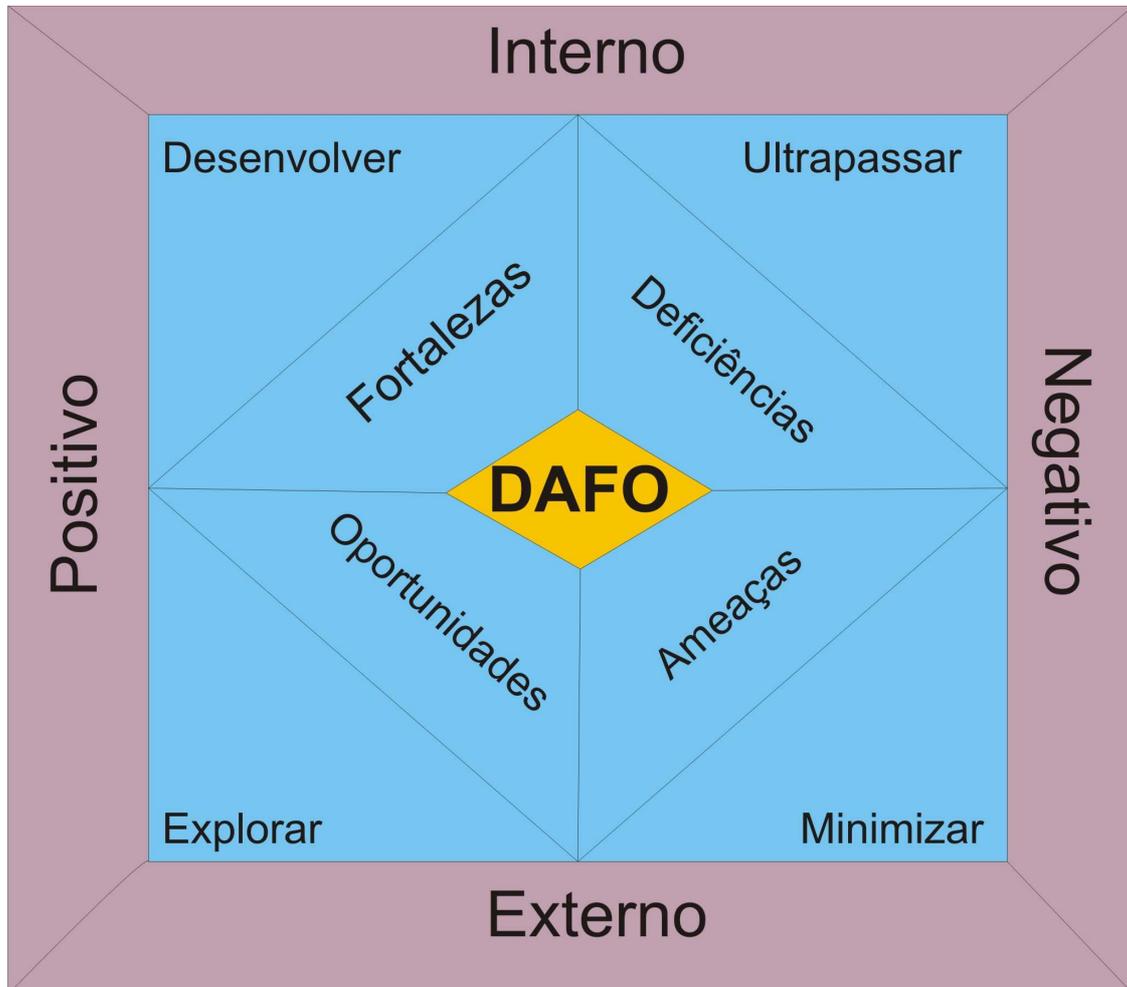


FIGURA N.º 2 – ESQUEMA DA METODOLOGIA DAFO
FONTE: TEIXEIRA (2003)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A COMUNIDADE DO VARZEÃO

5.1.1 Contexto sócio-econômico

Foram entrevistadas 32 pessoas que representaram 57,14% do total de moradores. O universo total de pessoas que viviam na comunidade na ocasião da pesquisa era de 56, sendo 32 homens e 24 mulheres, englobando idades entre um e 98 anos. De acordo com a Figura 3 a renda mensal era assim distribuída: 06 pessoas eram aposentadas e recebiam um salário mínimo (35%). Das 13 pessoas economicamente ativas, duas (18%) recebiam um salário mínimo por mês, 10 (41%) recebiam menos de um salário mínimo mensalmente e apenas 01 (6%) afirmou receber mais de dois salários mínimos mensais.

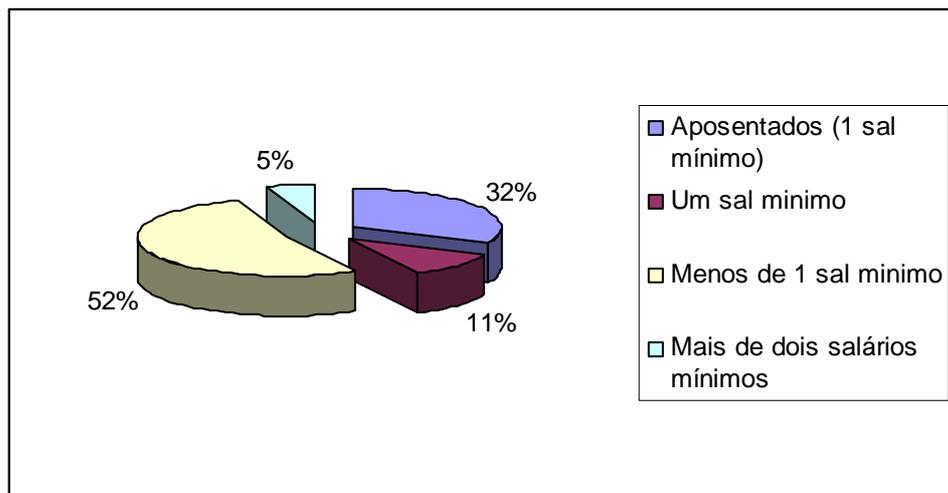


FIGURA 3 - RENDA MENSAL DOS MORADORES EM LEVANTAMENTO REALIZADO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, MUN. DE DR. ULYSSES, PR(JAN/2006).

5.1.2 Contexto histórico

A história que vai ser relatada aqui é baseada principalmente na memória dos moradores mais idosos da comunidade e na consulta de alguns documentos em posse da comunidade, como registros de nascimento, certidões de óbito e recortes de jornais antigos. Três deles foram destacados pela comunidade para reconstruir a história da mesma: o senhor **Luizinho** (Luiz Rodrigues de Castro) que tem 98 anos

de idade, o senhor **Donato Batista Monteiro** com 74 anos e sua esposa, dona **Natália Maria** com a idade de 73 anos (Figura 4).

A memória é uma ferramenta de investigação que pode ser empregada para análises de outras questões além das clássicas da antropologia, quais sejam, identidade, relações de gênero e poder, dentre outros (ATTUCH, 2006). Um fator importante ressaltado pela autora é a necessidade de se compreender a construção de uma memória a partir da ligação existente entre um indivíduo e uma coletividade.

Ainda em relação ao trabalho com a memória, Arruti (2006, p.212) “nos alerta que não se pode usar o recurso da memória coletiva como uma resposta imediata às lacunas da informação”, porque segundo ele “os registros memoriais podem estar disponíveis imediatamente, podem estar interditados por certos tabus” ou “podem estar relacionados com uma determinada forma de relacionamento com o passado em que a transmissão de ‘informações’, deixa de ser um valor” passando a ser um risco.

Para resgatar a memória da Comunidade Quilombola do Varzeão, principalmente no que tange ao uso de determinadas plantas em determinadas situações, esta pesquisa teve como um dos obstáculos o silêncio dos quilombolas como resposta a certas perguntas comprometedoras. Autores como Pollak (1986), citado por Arruti (2006) e o próprio Arruti (2006) enfrentaram problemas parecidos.

No caso de Pollak (1986) que fez sua pesquisa com remanescentes de campos de concentração, os problemas encontrados estavam relacionados com o fato dos entrevistados terem que refletir sobre a utilidade de falar e de transmitir sua história, porque isso implicava em inserir a história e memória individual na história e memória coletivas (ARRUTI, 2006). Arruti (2006) não teve conflito entre memórias individuais e coletivas, os bloqueios que ocorreram foram reconhecidos na forma pela qual a memória e a sua transmissão são exercidas, pois a sua manutenção ou eliminação não estava atrelada ao processo de gestão da memória, mas de um *ethos*¹⁶ do silêncio:

O trabalho com a memória na comunidade do Mocambo teve de enfrentar, em primeiro lugar, uma disputa com o *silêncio*. [...] Para ‘os mais antigos’, silenciar sobre histórias e caso vividos ou ouvidos foi, e ainda é, mais do que uma expressão de uma desconfiança com os recém-chegados: silenciar faz parte de um *ethos* plenamente incorporado. Tanto as histórias sobre seus ancestrais, que ocupavam a região desde pelo menos meados do século 19, quanto as histórias do cangaço, que tomaram o sertão do

¹⁶ Ethos para se referir a um modo de ser, de viver e de se comportar que conduza a aceitabilidade pelo grupo. É como uma etiqueta que deve ser observada, para ser bem quisto.

Porto da Folha[...], impuseram a essas populações um medo e um estado de permanente cuidado com as palavras que se refletem na sua forma e capacidade de recuperar, de forma mais extensa e detalhada, histórias e personagens (ARRUTI, 2006, p.214).

Durante a pesquisa no Varzeão, em várias oportunidades apareceu o silêncio, que parece estar vinculado à religião evangélica que vem sendo praticada na comunidade de 15 anos para cá. Percebeu-se isso cada vez que a fala de alguma forma pudesse comprometer o grupo. Um exemplo, eram as perguntas sobre plantas abortivas que muitas vezes ficavam sem respostas. Ficou a impressão de que esse tipo de conhecimento não era bem-vindo ao grupo. Ainda na formulação de Arruti (2006, p.216) esse *ethos* do silêncio, que marca uma forma de se relacionar com o passado reveste de grande cuidado o trabalho com a memória:

Ele não pode ser visto como um simples 'resgate' ou compilação de histórias que estejam prontas para revelarem o 'que realmente aconteceu'. A memória é produto do processo de mobilização, ao mesmo tempo em que o ato de lembrar e instituir tal memória é parte deste processo.



FIGURA 4- DA ESQUERDA PARA DIREITA: O SENHOR LUIZINHO, D. NATÁLIA, O SENHOR DONATO E O FUNCIONÁRIO DO MBM
FONTE: AUTORA

A figura do senhor Luizinho (Figura 4) impressiona não só pela memória, mas por ser um grande conhecedor das plantas da região e de simpatias. O senhor Donato, apesar de todo o sofrimento que já enfrentou resistindo na terra, é uma figura alegre que gosta de contar “causos” e também um grande conhecedor da flora local. E, por fim, dona **Natalia Maria Batista Monteiro**, uma das guardiãs da memória da comunidade. O papel de dona Natalia é muito importante nesta tese, uma vez que foi parteira da comunidade por mais de 40 anos, além de grande conhecedora dos remédios caseiros baseados nas plantas.

Na memória coletiva dessas pessoas e também tomando por base seus documentos pessoais, como por exemplo, os registros de nascimento, eles são todos descendentes de um escravizado de nome Feliciano Pereira Guimarães, que pertencia ao tropeiro João Alves de Souza.

O tropeiro foi um personagem típico da sociedade paranaense de antigamente. Não era um homem pobre, porque a formação de uma tropa requeria quantias razoáveis de dinheiro e isso fazia com que a maioria dos proprietários de tropas não só fossem abastados, como também figuras de destaque na sociedade da época (WACHOWICZ, 2002). Faz sentido, portanto, as informações dos mais velhos da comunidade ao afirmarem que a terra onde vivem hoje é apenas um pedaço da fazenda deixada de herança por João Alves à filha Carolina.

O tropeiro João Alves era casado com Escolástica Maria do Espírito Santo. Foi desse casamento que nasceu Carolina Alves de Souza. Carolina se apaixonou pelo negro Feliciano e constituíram família. Uma das filhas de Carolina chamava-se Maria Silveria de Souza que se casou com Francisco Vilela de Castro. O casal teve vários filhos, dentre eles Raimundo Rodrigues de Castro, carinhosamente chamado na comunidade por “**vêio Raimundo**”, que desempenhou importante papel na luta para conseguirem permanecer nas terras que herdaram de Carolina. O senhor Raimundo casou-se com Floriana Gabriela de Oliveira e foi dessa união que nasceu o senhor Luizinho e sua irmã Persedúlia Gabriela de Oliveira. O senhor Luizinho, bisneto de Feliciano, se casou com Virginia Maria do Espírito Santo e tiveram uma filha, dona Natália. Persedúlia, por sua vez casou-se com Luiz Batista Monteiro e dentre outros filhos, tiveram o senhor Donato que casou com dona Natalia e hoje nos ajuda a reconstruir pela memória a história da comunidade.

Ao reconstituir o núcleo da família do senhor Donato é possível perceber os casamentos entre parentes, caso dele e de dona Natalia, que são primos. O fato se

repete com os outros moradores da comunidade que, com raras exceções, têm alguma forma de parentesco com Carolina e Feliciano.

Os moradores do Varzeão demonstraram sentir orgulho da história da comunidade e se emocionaram ao se reviver a história da herança deixada por João Alves de Souza para sua filha Carolina. A área começou a ser inventariada em 1904 no cartório da Comarca de Jaguariaíva. Relatam também que o processo foi paralisado principalmente por falta de recursos financeiros. Alguns documentos em posse da comunidade informam que no ano de 1856, o senhor João Alves de Souza registrou na Paróquia do município de Castro, no Estado do Paraná, a posse dessas terras nos atuais municípios de Sengés, Cerro Azul, Jaguariaíva e Piraí do Sul, de acordo com o Livro de Registro de Terras do município de Castro sob o número 629.

A fazenda originalmente se chamava Arroio Claro e fazia divisa com uma outra Fazenda que fica no município de Sengés, chamada Morungava.

O senhor Luizinho conta também que quando era criança, não morava na localidade que hoje eles moram. Ele viveu num outro local denominado Gramadinho, distante do Varzeão mais ou menos 17 quilômetros. Pelos relatos do senhor Donato, criança na época, houve em meados do ano de 1940, uma febre “maleita” que dizimou boa parte dos moradores do Gramadinho. Nas proximidades desse local há um antigo cemitério onde estão enterrados seus antepassados e as vítimas da “tal febre” que ele próprio ajudou transportar e enterrar. Tal cemitério existe até hoje. Hoje a comunidade enterra seus mortos no município de Ouro Verde (PR) ou em Itararé no Estado de São Paulo. Segundo os moradores, os últimos remanescentes da família que moravam no Gramadinho, foram expulsos das terras em 1981 por meio de violência, e a área ficou “abandonada” com plantações de *Pinus* feitos por uma empresa do ramo da madeira.

O antigo cemitério se encontra-se hoje totalmente cercado por *Pinus ssp*, fato que incomoda a comunidade, ao mesmo tempo que suscita reflexões. Segundo os quilombolas do Varzeão, “um mistério” envolve a falta de regeneração natural do *Pinus* dentro do antigo cemitério, já que esta é uma espécie bastante agressiva, sendo inclusive considerada como contaminante biológico (ZILLER, 2000). A explicação deles para esse fato estaria relacionada a motivos “sobrenaturais”.

A comunidade lembra de várias localidades que no passado fizeram parte das terras da Fazenda Arroio Claro, locais que costumam freqüentar até hoje para extrair

as partes dos vegetais que necessitam para a elaboração dos remédios, Os lugares mencionados foram: “os Lima”, o “Mato da Porda” e o “Gramadinho”.

Nem todos os descendentes de Carolina vivem hoje no Varzeão, muitos se dispersaram por ocasião do ataque que sofreram por parte de jagunços que a mando de Moisés Lupión, na época (1960) governador do estado do Paraná, invadiram o Varzeão, agrediram os habitantes e atearam fogo nas humildes casas. Segundo o senhor Donato, foram uns 60 homens, 20 deles vestindo a farda da Polícia Militar do Paraná. O morador tem guardado até hoje um pedaço do cassetete que a polícia usou para espancar o seu pai. Os olhos de dona Natália, sua esposa, encheram-se de lágrimas ao lembrar que grávida, já nos dias de ter a criança, teve que passar a noite no “mato” com seus outros filhos pequenos, com fome, frio e medo.

Das famílias que tiveram suas casas queimadas na época supracitada, restaram 17 que hoje constituem a comunidade. As outras foram embora e hoje residem em Itararé (SP), Jaguariaíva, Sengés, Pinhalzinho e Ouro Verde (PR).

De 1960 para cá, a comunidade continuou sendo vítima de violência. Foram importunados por fazendeiros interessados em comprar suas terras para plantar *Pinus*. O senhor Luizinho, relatou ter sido vítima de assédio, pois foi levado para a cidade e obrigado a assinar (com o polegar pois é iletrado) um documento autorizando a venda de sua propriedade. Hoje só lhe restou uma área menor que 1 hectare para plantar sua roça de subsistência.

A comunidade do Varzeão foi umas das primeiras comunidades visitadas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura. De posse da certidão de Comunidade Remanescente dos Quilombos, a Comunidade do Varzeão teme pela volta da violência sofrida no passado, pois grande parte da fazenda que herdaram hoje se encontra nas mãos de fazendeiros e de empresas reflorestadoras de *Pinus*.

Não obstante, consideram que junto com a certidão da Fundação Palmares vieram coisas boas, como a luz elétrica que conseguiram com o programa “Luz para todos” e outras benfeitorias que continuam chegando.

5.1.3 Contexto ambiental

A comunidade do Varzeão, ainda contempla dentro e no seu entorno, vários remanescentes de Floresta Atlântica, sendo que foram encontradas espécies

características das formações de Ombrófila Mista e Ombrófila Densa. Entretanto, essas formações encontram-se ladeadas por plantações de *Pinus* ssp.

Quando foi lhes perguntado se a região que eles vivem, com relação à floresta, era a mesma há 30, 40 anos atrás, foram unânimes em afirmar que o “mato” tomava conta do lugar. Não tinha o *Pinus* que hoje cerca literalmente a comunidade. O senhor Luizinho relatou com tristeza a modificação na paisagem:

Há 30, 40 anos atrás isso aqui era “matão”, doutora. Depois que chegaram as firmas e plantaram pinus, foi sumindo as perobas, os pinheiros, os arvoredos [...]

Para conhecer como a comunidade percebia e valorava a diversidade de espécies, foi perguntado ao morador sobre a importância do quilombo ter pinheiros, perobas, ao que respondeu: “é o valor da natureza. Da peroba a gente faz o monjolo, o pinheiro dá a tábua e o pinhão”.

Também se perguntou ao senhor Luizinho, como é para eles estar hoje sem as perobas e os pinheiros: “a gente sofre e os passarinhos também. Hoje eu planto para os passarinhos terem o que comer, porque pinus não produz fruta. O pinus dá dinheiro para os donos da plantação, nós queremos saber é do alimento”.

Percebe-se nessa fala do morador mais velho da comunidade sua noção de desenvolvimento. Embora os defensores das plantações de *Pinus*, afirmarem que esta atividade gera renda e desenvolvimento, o senhor Luizinho demonstra compreender claramente que nem as benesses e nem os prejuízos desse modelo parecem atingir a todos de forma igual. Para a empresa que muitas vezes sequer é nacional segue o lucro, à comunidade cabe arcar com os prejuízos ambientais relacionados à erosão dos solos, perda da diversidade cultural, diminuição da quantidade de água nos lençóis freáticos, dentre outros (ZILLER, 2000).

Infelizmente, para o meio ambiente paranaense e para a comunidade em estudo, prevalece o ponto de vista do desenvolvimento que considera apenas a dimensão ambiental. De acordo com os dados de Souza (2005) o Paraná é o terceiro Estado com maior área de florestas plantadas de *Pinus* e eucalipto no Brasil. Estas são as espécies mais utilizadas para o abastecimento das indústrias no país. Entretanto, o Estado se destaca principalmente por suas plantações de *Pinus*, que somam mais de 30% do total de plantações deste gênero no Brasil. O alto

rendimento das florestas brasileiras está ligado à utilização de espécies de rápido crescimento, ao clima tropical, solos e manejo utilizado (SOUZA, 2005).

O conjunto dessas informações demonstra que no Brasil, plantar *Pinus* é sinal de desenvolvimento. Para quem? Para os moradores do Varzeão, os dados apontam que não. Para a concepção de desenvolvimento sustentável, para ser considerado desenvolvimento, a atividade de plantar *Pinus*, mesmo em áreas de difícil mecanização e com moradores com baixo índice de escolaridade, caso do Vale do Ribeira, deveria levar em consideração, os custos ambientais e sociais que esse tipo de monocultivo poderá causar.

Ignorando tudo isso, fato do Vale do Ribeira possuir terrenos com alta declividade, onde não é possível praticar uma agricultura mecanizada, somada à abundância de trabalhadores sem escolaridade, tem funcionado como um atrativo para as empresas reflorestadoras que vêm nas plantações de *Pinus* ssp. uma solução para o desenvolvimento da região.

Nesse sentido, é interessante observar os estudos de SOUZA (2005), que investigou os arranjos produtivos locais na região de Ponta Grossa. Em suas considerações finais o autor sinaliza a importância das lideranças políticas da região, em especial dos municípios mais carentes, olharem o segmento madeireiro “com mais carinho”¹⁷, pois o mesmo representa uma possibilidade real de desenvolvimento, ao possibilitar geração, aumento de renda e inserção social, absorvendo inclusive mão de obra rural não habilitada para atividades sofisticadas, gerando um emprego a cada US\$ 2.000,00 investidos.

De fato, se o problema for olhado apenas a partir de uma única dimensão, a econômica, o autor sustenta-se em suas reflexões. Entretanto, do ponto de vista da sustentabilidade do ecossistema local, que por sua vez, viabiliza a perpetuação do vasto conhecimento etnobotânico presente na comunidade quilombola em estudo, a visão do autor revela-se limitada. De acordo com ZILLER (2000) a introdução de espécies de *Pinus* em um ecossistema natural, caso da região de estudo, poderá trazer sérios impactos negativos ao meio ambiente.

Porém, SOUZA (2005) ainda em suas considerações finais, permanece com seu olhar apenas em uma única dimensão do processo de desenvolvimento, em detrimento de todas as outras. O autor estranhou o fato de que na região onde

¹⁷ Terminologia usada na dissertação de mestrado do autor.

coletou seus dados, apesar de todos os empregos gerados pela empresas reflorestadoras, ainda há uma certa resistência à atividade florestal junto à população local, à qual atribuiu à imagem desgastada que o *Pinus* carrega, à ação de ambientalistas, que atacam a espécie só porque a mesma é exótica e é cultivada na forma de monocultura. Ainda na visão desse autor essas florestas são injustamente denominadas como “deserto verde”.

Este exemplo é bastante significativo e alerta para o fato de que ao se analisar o desenvolvimento de uma região, que é um processo extremamente complexo, a partir apenas de sua dimensão econômica ou até mesmo sócio-econômica, poderá se produzir análises equivocadas da realidade.

Para o aprofundamento desta questão do *Pinus* ssp, se faz necessário a denominação de alguns termos que ajudarão nessa discussão, a saber, contaminação biológica, plantas exóticas, plantas naturalizadas e plantas invasoras.

A contaminação biológica se refere ao processo de introdução e adaptação de espécies que não nasciam espontaneamente em determinado ecossistema, porém, uma vez que foram introduzidas, se naturalizam, e passam a interferir no funcionamento do mesmo. Um processo de introdução pode acontecer de maneira acidental ou intencionalmente, por influência antrópica ou não (ZILLER, 2000).

Plantas exóticas são aquelas que ocorrem em áreas consideradas como fora do seu limite historicamente conhecido. Podem resultar de dispersão acidental ou por influência antrópica (ZILLER, 2000).

Plantas naturalizadas são as espécies exóticas que, após introdução em determinado ecossistema, conseguem se adaptar, sobreviver e deixar descendentes férteis.

Plantas invasoras são aquelas oriundas de outros ambientes e que uma vez introduzidas em determinado ecossistema, sofrem adaptação, reproduzem-se, ocupando o espaço de espécies nativas, provocam alterações nos processos ecológicos do meio, com tendência de se tornarem dominantes após um certo período de tempo (ZILLER, 2000).

As invasões ocasionadas pelo gênero *Pinus* no Brasil são principalmente devidas a *P. taeda* e *P. elliottii*, que são capazes de invadir vastas extensões não só de ambientes naturais, como também de alterados (ZILLER, 2000).

No Brasil, os campos situados no sul do país, as restingas, as savanas e muitas áreas desprovidas de florestas estão fortemente ameaçadas pela invasão do gênero *Pinus* (PROGRAMA GLOBAL DE ESPÉCIES INVASORAS, 2005).

Enquanto Souza (2005) parece não ver gravidade em se plantar exóticas sem o devido manejo (as exóticas quando plantadas sob controle oferecem menor dano ao ecossistema local) há autores que afirmam que tão grande é o potencial das espécies exóticas modificarem os sistemas naturais, que essas espécies quando invasoras (caso do *Pinus*) são atualmente consideradas a segunda maior ameaça à biodiversidade no mundo (IUCN, 2000). Isso acontece porque essas plantas podem produzir alterações em propriedades ecológicas vitais de um ecossistema, tais como ciclagem de nutrientes, nas cadeias tróficas, mudanças no ciclo hidrológico, além de terem o potencial de produzirem híbridos pela possibilidade de cruzarem com espécies nativas, eliminando inclusive genótipos originais. Podem ainda ocupar os espaços das plantas autóctones, de maneira que as mesmas acabam por diminuir não só em abundância, como também em extensão geográfica e, dessa forma, colaboram com os riscos de extinção de espécies e populações inteiras (ZILLER, 2000).

Além do *Pinus* outro vegetal que nasce espontaneamente no quilombo e no seu entorno chamou a atenção. Trata-se da planta conhecida popularmente por alecrim-nativo ou alecrim-do-campo, alecrim-vassoura, carqueja, Chilca, suncho, tola, vassoureira ou vassourinha, cujo nome científico é *Baccharis dracunculifolia* D.C.

O alecrim pertence para a família Asteraceae, uma das maiores famílias dentro do grupo das Angiospermas. Costumam apresentar diferentes tamanhos, indo desde pequenas ervas e arbustos até atingirem a altura de árvores. Há uma vasta literatura sobre as plantas dessa família, principalmente no que se refere à atividade biológica e a composição química (VERDI; BRIGHENTR; PIZZOLATTI, 2005). O gênero *Baccharis* produz várias classes de metabólitos secundários conforme estudos fitoquímicos.

A espécie *Baccharis dracunculifolia* D.C encontrada na comunidade do Varzeão é um arbusto de ocorrência espontânea no Brasil (CASSEL, *et al.* 2000), de folhas lanceoladas, membranáceas e uninérvias, possui flor feminina e masculina. É muito encontrada em locais alterados e campos secos, florescendo desde janeiro até início de maio.

Vários estudos têm apontado a *Baccharis dracunculifolia* D.C. como um dos vegetais preferidos pelas abelhas para a produção da própolis verde. Própolis é o termo genérico usado para se nomear o material resinoso e balsâmico coletado e processado pelas abelhas, em diferentes floradas (BANKOVA, 2005). A composição química da própolis é bastante complexa e a coloração pode variar do amarelo claro, passando pelo marrom esverdeado ao negro, dependendo da vegetação (MARCUCCI *et al.*, 2001).

A existência de *Baccharis dracunculifolia* D.C poderá ser considerada uma fortaleza, se ficar comprovada sua potencialidade de por meio das abelhas, produzir própolis verde de acordo com as especificações do Ministério da Agricultura. Como já foi mencionado a própolis verde tem bom preço no mercado internacional, podendo vir a gerar renda para a comunidade. Entretanto, antes de fazer essa afirmação, seria necessário um estudo fitoquímico para verificar se a qualidade da própolis produzida na localidade do Varzeão, atende o padrão de exigências do Ministério da Agricultura, que é bem rigoroso no que se refere à certificação para produtos apícolas. Esse estudo também poderia verificar se as plantações do gênero *Pinus*, presentes no entorno da comunidade, poderiam interferir na qualidade organoléptica do mel e da própolis. Depois de tudo isso, outras providências ainda teriam que ser tomadas, como por exemplo, a realização de um estudo da cadeia produtiva do mel e qualificação da mão-de-obra dos quilombolas para a atividade apícola. Pesquisas mostram que há uma grande diferença no que se refere a procedimentos higiênico-sanitários quando se compara um produtor instruído com um que não teve acesso à informação (EVANGELISTA-RODRIGUES, 2005).

5.1.4 Contexto cultural

Conhecer o contexto cultural de uma comunidade quilombola é relevante para entender os diversos usos que fazem dos vegetais e para perceber possíveis fortalezas e deficiências ao seu DRS.

A Figura 5 mostra o senhor Donato diante de sua roça de mandioca. Fazem parte dos costumes alimentares dos quilombolas do Varzeão, alimentos como mandioca, batata-doce, milho, abóbora, feijão preto, dentre outros. O fundamental de tudo isso é que o cotidiano dessa comunidade ainda é marcado por relações de

solidariedade entre seus moradores. Eles ainda fazem uma prática interessante que é a “troca de dia” de serviço. Trocar o dia segundo eles significa que se uma pessoa trabalha na roça da outra, esse dia deverá ser pago com trabalho em uma outra oportunidade. São estratégias de sobrevivência usadas pela comunidade para solucionar os problemas de mão-de-obra, e mais do que isso são demonstrações de



FIGURA 5 – O SENHOR DONATO EM SUA ROÇA DE MANDIOCA
FONTE: AUTORA

afetividade, observadas também em outros setores. Contam os moradores mais antigos que antes de comunidade ser evangélica, os mutirões ou “reunida” eram bem comuns. Conta o senhor Joaquim, irmão do senhor Donato:

Reunia muita gente para o trabalho, que nós fazíamos alegres, cantando, porque sabíamos que de noite ia ter o baile [...]

O fato de a comunidade ter por hábito o trabalho em mutirão, ajuda a demonstrar seus costumes coletivos, que poderão ser aproveitados em um futuro plano de DRS que contemple sistemas de produção que privilegiem esse tipo de organização para o trabalho.

O senhor Donato também lembrou algumas manifestações como rezas e festas que terminavam em dança que não são mais praticadas, sendo uma delas o

São Gonçalo. Uma espécie de dança em círculo, com cantigas, na qual as pessoas costumavam pagar suas promessas e agradecer as sorte nas lavouras. O senhor Luizinho lembrou que além do S. Gonçalo eles festejavam também o “Divino”, uma outra manifestação cultural. Ambas são celebradas em comunidades quilombola que professam a religião católica..

Para Pasa (2004), caracterizadas como um fator de sociabilidade, as rezas são expressões da religiosidade. Tanto faz as rezas caseiras, novenas, orações, pedidos ou agradecimentos para graças recebidas. Todas podem ser realizadas em famílias, ou com os vizinhos mais próximos, gerando momentos de convivência com o outro.

De acordo com informações do senhor Donato, que não conseguiu precisar a data, tem cerca de 15 anos que a comunidade se tornou evangélica. São todos (98% da comunidade) integrantes da Congregação Cristã. Não soube ou não quis detalhar mais sobre como a nova religião chegou na comunidade.

É importante refletir sobre a nova religião praticada na comunidade porque em nome dela muitas práticas de benzimentos, rezas e simpatias, que os moradores empregavam juntamente com o uso das plantas, hoje, não são mais praticadas por serem consideradas “pecado” pela nova religião. Nesse sentido, a religião pode ser um potenciador ou um obstáculo à transmissão do conhecimento etnobotânico. Para alguns povos oriundos de sociedades africanas, o conhecimento só pode ser repassado para pessoas de mesma cosmovisão. Dessa forma a nova religião praticada pelos membros da Comunidade Quilombola do Varzeão, poderá ser um limitador da perpetuação da cultura herdada dos ancestrais indígenas e africanos.

Esse fato pode ser exemplificado no caso de algumas ervas que antes eram muito usadas para proteção espiritual (guiné, espada-de-são-jorge, arruda e outras) não serem mais mencionadas. Observou-se estratégia semelhante usada pela comunidade para solucionar enfermidades ocasionadas por picada de cobra peçonhenta. Hoje, usam de artifício para avisar o senhor Luizinho, que é o único que mesmo sendo evangélico, continua praticando a simpatia para as picadas de cobra. Eles acreditam que o chá só faz efeito se paralelamente for feita a simpatia. Os povos de origem africana acreditam no poder da palavra, o que se fala quando usa a planta é muito importante. Barros (2003, p.47) corrobora com esta tese ao afirmar que “a palavra ocupa um lugar importante nas comunidades; a ela é

atribuída o poder de animar a vida e de colocar em movimento o axé contido na natureza” .

Ainda com o intuito de mostrar a importância da palavra para as comunidades que têm em sua origem a matriz africana, e que a religião evangélica por eles praticada hoje poderá interferir, vale refletir sobre a contribuição de BARROS (2003, p.47):

As intenções, as súplicas e o desejo de mudança devem ser verbalizados. É inconcebível pedir aos orixás em silêncio, numa abstração ou recolhimento ensimesmado. Os desejos devem ser pronunciados em voz alta e, sob a forma de prece, entoados [...].

Não obstante, para os moradores do Varzeão o fato de eles terem aderido a religião evangélica trouxe muitos benefícios para a comunidade, um deles está relacionado ao alcoolismo. Por ser considerado pecado, a maioria (99%) dos quilombolas deixou de ingerir bebidas alcoólicas. Esse fato fez com que acabassem as brigas e os desentendimentos que existiam anteriormente por ingestão de álcool. Por outro lado, parece que a nova religião, proíbe uma série de práticas importantes para sua reprodução social, como as manifestações de danças, simpatias, benzimentos e causos. Práticas essas importantes para sobreviver em meio a tantas dificuldades. Todo o conhecimento deles, seja relacionado às roças, ao uso de determinada planta ou a confecção de determinado artefato, foi e é passado pela tradição oral, de avô para neto, do pai para o filho, como nas civilizações indígenas e africanas. A convivência com a natureza e a sabedoria dos mais velhos que parecem conhecer soluções à base de vegetais para quase todos os problemas mais urgentes de enfermidades, foram fatores importantes para a sobrevivência da comunidade.

A hospitalidade e generosidade, assim como conhecimento sobre o uso das plantas e de simpatias, parece ter colaborado para a sobrevivência da comunidade nas épocas mais difíceis. Até hoje conservam essa prática e fazem muita questão de receber bem as pessoas e ficam visivelmente tristes quando vão embora.

Observou-se também que à medida que os filhos se casam procuram construir suas casas perto dos pais, formando pequenos núcleos. As casas são muito simples e pequenas, geralmente de madeira, com fogão à lenha feito de barro. A maioria não tem banheiro. A água não é tratada e chega até algumas casas

pelo sistema de gravidade. Costumam cercar o local onde plantam as hortaliças, pois os animais são criados soltos.

Basicamente, as 17 famílias moradoras da comunidade foram contempladas com a luz elétrica em julho de 2005. Um pequeno número de pessoas possui geladeira e televisão. Embora o fogão à lenha esteja em todas as casas, alguns têm fogão a gás e entre os aparelhos eletrônicos, o rádio é o mais popular.

5.1.5 Contexto educacional

A escolaridade é um fator importante em uma sociedade como a nossa onde prevalece a lógica do capitalismo neoliberal. Não ser letrado, por exemplo, restringe o acesso das pessoas a uma série de recursos que poderiam potencializar o desenvolvimento sustentável das mesmas.

Assim, com relação ao nível de escolaridade (Figura 6), em uma entrevista com 53 integrantes, observou-se que 14 pessoas da Comunidade do Varzeão nunca freqüentaram a escola, 10 estão cursando o ensino fundamental, 28 possuem o ensino fundamental incompleto e apenas uma pessoa concluiu o último ano do ensino fundamental.

Apesar do grande número de pessoas sem nenhuma escolaridade, a comunidade dispõe de uma escola mantida pela Prefeitura Municipal de Dr. Ulysses para as crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É uma escola simples, de madeira com uma única sala. Embora receba merenda, não tem uma profissional para prepará-la. Uma das mulheres da comunidade é responsável pela elaboração da merenda e pela limpeza da escola.

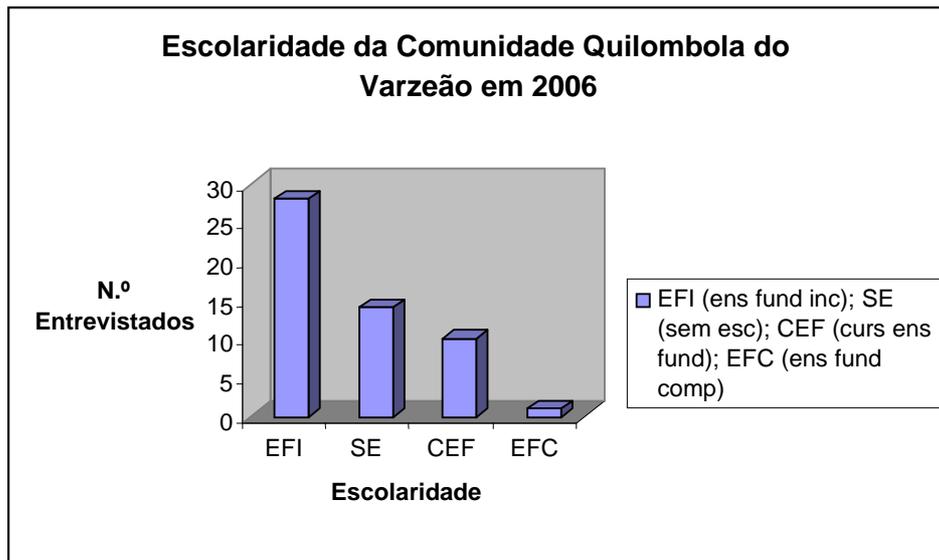


FIGURA 6 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES EM LEVANTAMENTO REALIZADO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, MUN. DE DR. ULYSSES, PR(JAN/2006).

Em 2007, a escola funcionava da seguinte maneira: a prefeitura enviava um professor em um veículo do tipo Kombi. O mesmo ficava na comunidade lecionando, enquanto o veículo retornava para Dr Ulysses levando as crianças dos Anos Finais do Ensino Fundamental para estudar nas escolas da cidade. À tarde retornava com as crianças maiores e levava de volta o professor.

Observou-se que nos dias de chuva, era “normal” as crianças ficarem até uma semana sem aulas, porque o veículo utilizado pela prefeitura não conseguia transitar nas estradas que ligavam Dr. Ulysses à comunidade.

Em 2008, retornou para morar na comunidade, um dos filhos do senhor Donato, que é casado com uma professora formada em Pedagogia. A prefeitura a contratou para lecionar para as crianças dos Anos Iniciais. Não obstante, os jovens que freqüentavam os Anos Finais do Ensino Fundamenal, continuaram à mercê das intempéries.

No Paraná, quem é responsável pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é a prefeitura, cabendo ao estado a responsabilidade pelos Anos Finais e pelo Ensino Médio. No âmbito dessas responsabilidades, estão incluídas o fornecimento de local adequado para as aulas (salas com carteiras, iluminação, quadro de giz, dentre outros), professores qualificados para o trabalho, alimentação para as crianças do ensino fundamental, livro didático e transporte para o deslocamento das crianças, quando oriundas de locais onde não haja escolas.

O professor que ministrava aulas para as crianças em 2007, seguia os padrões da escola tradicional, que em geral valoriza a cultura e os conhecimentos europeus, sem maiores preocupações com o fato da escola estar situada em uma comunidade quilombola e contar também com crianças afrodescendentes e indígenas.

A professora que começou a trabalhar em 2008, apesar de ser casada com um quilombola, não nasceu na comunidade e pouco conhece sobre as especificidades das comunidades. Desenvolve seu trabalho como desenvolveria em qualquer outra escola da rede pública de ensino, ou seja, as crianças tomam conhecimento apenas dos valores civilizatórios europeus, em detrimento dos valores civilizatórios africanos e indígenas.

Caso a realidade fosse outra, e a lei n.º11.645/2008, estivesse sendo colocada em prática, seria possível que as crianças e jovens, que hoje não mais valorizam o conhecimento etnobotânico dos mais velhos, identificado nesta tese como a principal fortaleza da comunidade, soubessem por exemplo, que na sociedade africana dos Ambun, etnia da região de kwilu, no Zaire, as pessoas são consideradas idosas quando atingem uma idade específica, mas:

[...] quando seus cabelos embraquecem ou se tornam avós. São então tratados com deferência e os seus nomes acrescentados títulos honoríficos. Em geral são chamados de tata (pai), mbtua (ancião) ou mesmo nkuluntu (literalmente “cabeça velha”). Nesta sociedade de tradição oral, como na maioria das sociedades africanas, os velhos são os alicerces da vida na aldeia: Diz-se, além disso, que uma aldeia sem velhos é como uma cabana ruída por cupins.

O respeito que os rodeia deve-se não só à sua longevidade – fenômeno raro na África – mas também à visão animista africana do universo, segundo à qual a vida é uma corrente eterna que flui através dos homens em gerações sucessivas. Mesmo antes do nascimento, o africano já faz parte desse processo: pertence a um grupo do qual é indissociável, não pode ser separado nem dos que o precederam, nem dos que o irão suceder, e os valores tradicionais o protegerão contra o abandono e a solidão (KABWASA, 1982).

Para reforçar esse argumento da importância de se trabalhar com os pressupostos civilizatórios africanos no contexto da escola local, buscando promover a igualdade das relações étnico-raciais, será feita uma reflexão a partir de Bâ (2003) que ao escrever um texto intitulado “Na escola dos mestres da palavra”, discorreu de forma brilhante, como, um mestre contador de histórias africano não se limitava a

uma simples narrativa, mas era capaz de ensinar sobre uma diversidade de assuntos, abordando todos os campos do conhecimento da época, simplesmente porque esses mestres não se comportavam como especialistas, de maneira que o conhecimento não era compartimentalizado. Nesse sentido, “um mesmo ancião (no sentido africano da palavra, isto é, aquele que conhece [...]) podia ter conhecimentos profundos sobre religião ou história, como também ciências naturais ou humanas de todo o tipo” (BÂ, 2003, p.174). A forma global como esses africanos trabalhavam o conhecimento é um verdadeiro exemplo de domínio do método da complexidade, pois se tratava de uma “ciência da vida”; “vida, considerada aqui como uma unidade em que tudo é interligado, interdependente e interativo; em que o material e o espiritual nunca estão dissociados. E o ensinamento nunca era sistemático, mas deixado ao sabor das circunstâncias, segundo os momentos favoráveis [...]” (BÂ, 2003, p. 174 -175).

Dessa forma as crianças quilombolas teriam uma oportunidade de saber que o fato da África, local de onde vieram seus ancestrais, nunca ter tido uma escrita, “jamais a privou de ter um passado, uma história e uma cultura” (BÂ, 2003, p.175)..

5.1.6 Contexto da sabedoria empírica: caracterização do conhecimento etnobotânico

O resultado do levantamento etnobotânico, a descrição e a sistematização, podem ser apreciados de forma sintetizada na Tabela 1. Nesse mesmo documento é possível visualizar os nomes populares dos vegetais citados pela comunidade devidamente acompanhados de seus nomes científicos. Nem todos os vegetais citados pelos quilombolas tiveram suas exsicatas depositadas no Herbário do Museu Botânico Municipal de Curitiba. Tal fato explica-se porque nem sempre no momento da caminhada etnobotânica realizada com os quilombolas, os vegetais ofereciam condições de coleta, como por exemplo, flores e ou frutos, dentre outros.

Na Tabela 1 também se encontram informações sobre o número de usos mencionados pelos quilombolas por espécie (NU), o valor de uso (VU) de cada espécie e o valor de uso de cada família botânica (VUF).

Outras informações como indicações de uso (IU), parte da planta utilizada (PU), forma de de preparo (FP) e a forma de obtenção da planta (FO) também são importantes para possibilitar futuros estudos etnofarmacológicos e para pensar planos de manejo e sustentabilidade das espécies.

As categorias de uso, citadas pelos quilombolas para os mais diversos vegetais, também aparecem categorizados na Tabela 1 como: alimentar, medicinal em humanos, medicinal em animais, construção de artefatos para o uso doméstico, proteção espiritual, construção, Ornamental, alimentação de animais, higiene.

TABELA 1 – CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, DE ACORDO COM FAMÍLIA, ESPÉCIE, NOME POPULAR, NU, VU, VUF, IU, CAT USO, PU, FP E FORMA DE OCORRÊNCIA (CULTIVADA OU ESPONTÂNEA)

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Adoxaceae									
<i>Sambucus australis</i> Cham. & Schltl.	Sabugueiro	02	0,11	0,11	Sarampo	MH	Flores	Decocção; infusão	c
Alismataceae									
<i>Echinodorus grandiflorus</i> (Cham. & Schltl.) Micheli	Chapéu-de-couro	02	0,11	0,11	Rins	MH	Folha	Decocção; infusão	e
Alliaceae									
<i>Allium sativum</i> L.	Alho	03	0,17	0,17	Gripe, dor no corpo	MH	Bulbo	Decocção; infusão	c
Amaranthaceae									
<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) O. Kuntze	Anador-de-horta	01	0,06	0,06	Dor de cabeça	MH	Folha	Infusão	c
<i>Amaranthus</i> spp.	Caruru	01	0,06	0,06		A	Folha		e
Anacardiaceae									
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira-vermelha	17	0,94	0,94	Cicatrização, anti-hemorrágico curtir couro e fort dentes	MH, AA, CA	Folha, casca(caule)	Decocção	e
Apiaceae									
<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	Funcho	06	0,35	0,35	“friagens” de barriga de gestante, dores no estômago, dor no corpo, calmante, dor de cabeça.	MH	Folha, semente	Decocção; infusão	c

Continua

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Apocynaceae									
<i>Aspidosperma parvifolium</i> A. DC.	Guatambu	01	0,06	0,08		CA			e
<i>Tabernaemontana catharinensis</i> A. DC.	Barrilheiro	02	0,11	0,08	Picada de cobra	MH	Caule (latex)	Látex inatura; Suco do caule	e
Araucariaceae									
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) O. Kuntze	Nó-de-pinheiro	01	0,06	0,06	Dores articulações	MH	Caule	Curtido em álcool	e
Arecaceae									
<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	Gerivá	01	0,06	0,26		O			e
<i>Geonoma schottiana</i>	Varana	03	0,17	0,26		A	Caule		e
<i>Euterpe edulis</i> Mart	Palmito	01	0,06	0,26		A	Caule		e
Aristolochiaceae									
<i>Aristolochia triangularis</i> Cham.	Cipó-mil-homens	10	0,58	0,58	Gripe, garganta, fígado e estômago	MH	Folha, caule (lascas)	Decocção; infusão	e
Asteraceae									
<i>Acanthospermum australe</i> (Loefl.) Kuntze	Carrapichinho	04	0,23	0,22	Dores nos rins, dores na bexiga	MH	Folha, caule, raiz	Infusão	e
<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.	Macela	06	0,35	0,22	Dores no estômago, dores na bexiga e dor na garganta.	MH, CA	Flores	Decocção; infusão	e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
<i>Ageratum conyzoides</i> L.	Mentrasto	04	0,23	0,22	Diarréia com cólica, "friagens"; parto	MH	Folha	Decocção; infusão; Macerado com álcool	e
<i>Ambrosia polystachya</i> DC.	Cravorana	01	0,06	0,22		AA	Folha	Retirei o AA	e
<i>Arctium minus</i> (Hill) Bernh.	Bardana	01	0,06	0,22	Dor de garganta	MH	Folha	Infusão	e
<i>Artemisia camphorata</i> Vill.	Cânfora-de-jardim	02	0,11	0,22	Dor no estômago	MH	Folha	Infusão; Maceração em água	c
<i>Baccharis triplinervium</i> (Less.) Cabrera	Cambará-de-gramado	01	0,06	0,22		H	Folha		e
<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.	Carqueja	06	0,35	0,22	Emagrecer, menst atrasada, diarréia, "friagem" nas pernas	MH	Folha, caule, raiz	Decocção; infusão	e
<i>Bidens pilosa</i> L.	Picão-preto	03	0,17	0,22	Alergias brotoeja	MH	Folha, caule, raiz, flores	Decocção	e
<i>Chamomilla recutita</i> (L.) Rauschert	Camomila	05	0,29	0,22	Calmante, dor de cabeça	MH	Flores	Infusão	e
<i>Emilia fosbergii</i> Nicolson	Falsa-serralha	01	0,06	0,22		A	Folha		e
<i>Gochnatia polymorpha</i> subsp. <i>floccosa</i> Cabrera	Cambará	02	0,11	0,22	Cicatrização e tétano	MH	Folha	Torrar para obter um pó.	e
<i>Lactuca sativa</i> L.	Alface	01	0,06	0,22	Calmante	MH	Folha	Infusão	c
<i>Lactuca scariola</i> L.	Serralha	02	0,11	0,22		A	Folha		e
<i>Lactuca virosa</i> L.	Almeirão	03	0,17	0,22	Diabetes	MH, A	Folha		e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
<i>Senecio brasiliensis</i> Less.	Maria-mole	07	0,41	0,22	“Friagem” de gestantes; parto; cobreiro; dores; dor de ouvido; verrugas e mordida de cobra.	MH	Folha	Macerado em álcool; óleo extraído por decocção das folhas; Decocção; Maceração em água.	e
<i>Taraxacum officinale</i> Web.	Dente de- leão	01	0,06	0,22	Derrubar verrugas	MH	Caule	Látex inatura	e
<i>Vernonanthura tweedieana</i> H. Robinson	Assa-peixe	02	0,11	0,22	Mordida de cobra	MH, AA	Folha	Infusão	e
Bignoniaceae									
<i>Jacaranda puberula</i> Cham.	Caroba/carovinha	04	0,06	0,27	Impotência masculina, alergias, brotoejas, coceiras	MH	Caule (cascas)	Decocção	e
<i>Macfadyena mollis</i> (Sond.) Seem.	Unha-de-gato	05	0,29	0,27	Diabete; colesterol; rins; tirar cansaço	MH	Folha, Caule	Macerado em água; decocção.	e
<i>Pyrostegia venusta</i> Miers	Cipó-de são-joão	03	0,17	0,27	Construção de artefatos, construção de cercas e como ornamental.	O; CA			e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
<i>Tabebuia chrysotricha</i> (Mart. ex A. DC.) Standl.	Ipê-amarelo	01	0,06	0,27	Construção de artefatos (cabo de ferramentas)	CA			e
Brassicaceae									
<i>Nasturtium officinale</i> R. Br.	Agrião	01	0,06	0,06	Bronquite	MH	Folha	Infusão	c
Bromeliaceae									
<i>Vriesea carinata</i> Wawra	Bromelia	01	0,11	0,11	Usam como ornamental	O			e
Convolvulaceae									
<i>Ipomea batatas</i> (L.) Lam.	Batata - doce	01	0,06	0,11	Dor de dente	MH	Folha	Infusão	c
Cucurbitaceae									
<i>Cayaponia espelina</i> (Silva Manso) Cogn.	Taiuiá	08	0,47	0,47	Verminoses; cólica intestino; Rins; Prisão de ventre; depurativo; mastite em vacas	MH; MV	Raiz	Decocção	e
Dennstaedtiaceae									
<i>Pteridium aquilinum</i> (L.) Kuhn	Samambaia-das-taperas	01	0,06	0,06	Desinflamar "estripe"	MH	Folha	Pasta a partir do pó das folhas, acrescido de raspas de sabonete.	e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Dicksoniaceae									
<i>Dicksonia sellowiana</i> Hook.	Xaxim verdadeiro	02	0,11	0,11	Construção de ninhos; Ornamentação	CA; O	Folha		e
Euphorbiaceae									
<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Mull. Arg.	Tapiá	01	0,06	0,06	Construção de casas	C	Caule		e
Fabaceae									
<i>Periandra mediterranea</i> (Vell.) Taub.	Aracaçu	01	0,06	0,06	Impotência masculina	MH	Caule (cascas)	Curtido no vinho tinto.	e
Fabaceae - Cercideae									
<i>Bauhinia fortificata</i> Link	Pata-de-Vaca	03	0,17	0,17	Diabetes; construção de artefatos	MH; CA	Folha; caule	Infusão	e
Fabaceae - Faboideae									
<i>Lonchocarpus guilleminianus</i> (Tul.) Malme	Sapuva	01	0,06	0,06	Construção de artefatos	CA	Caule		e
Fabaceae – Mimosoideae									
<i>Inga sessilis</i> (Vell.) Mart.	Ingá-ferradura	01	0,06	0,06	Alimentação	A	Fruta		e
<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville	Barbatimão	01	0,06	0,06	Cicatrização	MH	Caule (cascas)	Decocção	c
Juncaceae									
<i>Juncus</i> ssp.	Piri	01	0,06	0,06	Cicatrização de umbigo de bebês	MH	Caule	Torrado na forma de pó	e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Lamiaceae									
<i>Leonurus sibiricus</i> L.	Rubim	08	0,47	0,25	Contusões; cólica de fígado; gripe; estômago	MH	Folha e flores	Macerado na água; Infusão	e
<i>Mentha pulegium</i> L.	Poejo	02	0,11	0,25	Bronquite; dor de garganta	MH	Folha; caule	Xarope; Infusão.	c
<i>Mentha X piperita</i> L.	Hortelã	05	0,11	0,25	Verminoses; dor de barriga	MH	Folha	Infusão	c
<i>Ocimum selloi</i> Benth.	Alfavaca	02	0,11	0,25	Sinusite; gripe	MH	Folha; caule	Infusão	e
<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Falso- Boldo	08	0,47	0,25	Estômago; dor de barriga	MH	Folha	Macerado em água; Infusão.	c
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Alecrim	04	0,23	0,25	“Mau olhado”; dor de cabeça; bronquite.	PE; MH	Folha	Infusão	c
Lauraceae									
<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Blume	Canela-de-pau	01	0,06	0,12	Menstruação atrasada	MH	Caule (cascas)	Decocção	c
<i>Nectandra megapotamica</i> (Spreng.) Mez	Canela-guaicá	02	0,11	0,12	Furúnculo; “estrepe”	MH	Caule (cascas)	Usar a resina do caule	e
<i>Nectandra pichurim</i> (Kunth) Mez	Pichurim	02	0,11	0,12	“Recaída de dieta”	MH	Semente	D	f
<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	Sassafrás	04	0,23	0,12	Reumatismo	MH	Folha; Cau le (cascas)	I; D; CA	e
Malvaceae									
<i>Abutilon rufinerve</i> A. St.-Hil.	Cuiteleiro	01	0,06	0,06	Alimentação animal	AA	Flores		e
<i>Malva sylvestris</i> L.	Malva	01	0,06	0,06	Cicatrização	MH	Folha	Infusão	e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Melastomastaceae									
<i>Leandra australis</i> (Cham.) Cogn.	Bosta-de-corvo	01	0,06	0,05	Alimentação	A	Fruto		e
<i>Tibouchina mutabilis</i> Cogn.	Flor de Maio ou	01	0,06	0,06	Ornamentação	O			e
Menispermaceae									
<i>Cissampelos glaberima</i> A. St. –Hil.	Abútua	02	0,11	0,11	“Recaída de dieta”	MH	Caule (cascas)	Decocção	e
Moraceae									
<i>Maclura tinctoria</i> (L.) D. Don ex Steud.	Taiuva	01	0,11	0,61	Depurativo	MH	Folha	Infusão	e
<i>Sorocea bonplandii</i> (Baill.) Burger, Lanj. & Boer	Falsa-espineira-santa	19	1,11	0,61	Estômago; bexiga; rim	MH	Folha	Infusão	e
Myristicaceae									
<i>Myristica fragans</i> Houtt.	Noz-moscada	01	0,06	0,06	“Recaída de dieta”	MH	Semente	Decocção	F
Myrsinaceae									
<i>Myrsine balansae</i> (Mez) Otegui	Capororoca	02	0,11	0,11	Depurativo do sangue; construção	MH; C	Folhas; caule	Infusão	e
Myrtaceae									
<i>Eugenia capitulifera</i> O. Berg.	Jabuticaba	01	0,06	0,22	Alimentação	A	Fruta		e
<i>Eugenia</i> sp.	Eugenia	01	0,06	0,22	Construção	C	Caule (cascas)		e
<i>Campomanesia xanthocarpa</i> O. Berg	Gavirova	01	0,06	0,22	Facilitar o parto	MH	Folha	Decocção	e
<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitanga	06	0,35	0,22	Diarréia; bexiga; rins; diarréia na criação; Alimentação	MH; MV; A	Folha; caule; fruta	Infusão; Decocção	e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Orchidaceae									
<i>Gomesa crispa</i> (Lindl.) Klotzsch ex Rchb. f.	Orquidea	01	0,06	0,06	Ornamentação	O			e
Phyllanthaceae									
<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Quebra-pedras	02	0,11	0,11	Rins	MH	Folha	Infusão	e
Picramniaceae									
<i>Picramnia excelsa</i> Kuhl. ex Pirani	Pau-amargo	02	0,11	0,11	Estômago	MH	Caule (lascas)	Decocção; infusão	e
Piperaceae									
<i>Piper gaudichaudianum</i> Kunth	Pariparoba (Falso-jaborandi)	02	0,11	0,11	Sarna (banho); rins (beber o chá)	MH	Folha; caule	Decocção	e
Plantaginaceae									
<i>Plantago major</i> L.	Tanchagem	02	0,11	0,11	Garganta inflamada	MH	Folha; Caule	Infusão	e
Poaceae									
<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	Capim-Limão	01	0,06	0,25	Calmente	MH	Folha	Infusão	c
<i>Imperata brasiliensis</i> Trin.	Sapé	04	0,23	0,25	Artrite, calmante, coqueluche; cobertura de casas	MH; C	Raiz; planta inteira	Decocção	e
Polygonaceae									
<i>Polygonum punctatum</i> Elliott	Erva-de-bicho	04	0,23	0,23	Hemorróidas (tanto pode tomar como pode lavar o local); "mau olhado"; quebrante (banho)	MH; PE	Folha	Decocção	e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Rosaceae									
<i>Cydonia oblonga</i> Miller	Marmeleiro	03	0,17	0,15	Diarréia; Diarréia com vestígios de sangue; alimentação	MH; A	Folha; caule (cascas), fruto	Decocção; infusão	c
<i>Prunus sellowii</i> Koehne	Pessegueiro-bravo	03	0,17	0,15	Reumatismo; impotência masculina; consideram a planta tóxica para o gado.	MH; PT	Folha	Decocção; Curtida em álcool.	e
<i>Rubus sellowii</i> ham. & Schltldl.	Amora-branca	02	0,11	0,15	Estômago; alimentação	MH; A	Folha	Decocção	e
Rubiaceae									
<i>Borreria</i> sp.	Raiz-de-lagarto	02	0,11	0,11	Mordida de cobra; hemorróida	MH	Caule (cascas)	Decocção	e
<i>Coffea arabica</i> L.	Café	02	0,11	0,11	Menstruação atrasada; ataque de vermes (quando os vermes saem pela boca)	MH	Semente	Infusão	m
<i>Posoqueria latifolia</i> Mart	Laranja-de-macaco	02	0,11	0,11	Alimentação	A; AA	Fruta		e
Rutaceae									
<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Folha-de-mexerica	01	0,06	0,20	Dor de garganta	MH	Folha	Infusão	c
<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Folha-de-laranja	07	0,41	0,20	Gripe; Febre; Tosse	MH	Folha	Infusão; Decocção	c
<i>Ruta graveolens</i> L.	Arruda	02	0,11	0,20	"Recaída de dieta"; ornamental	MH; O	Folha	Decocção	c

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Salicaceae									
<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Guaçatunga	03	0,17	0,17	Mordida de cobra; estômago; úlcera	MH	Folha	Infusão	e
Sapotaceae									
<i>Manilkara subsericea</i> (Mart.) Dubard	Massaranduba	02	0,11	0,08	Cicatrização em animais	MV	Caule (cascas); folha	Decocção	e
<i>Pouteria torta</i> (Mart.) Radlk.	Guapeva	01	0,06	0,08	Alimentação	A	Fruta		e
Scrophulariaceae									
<i>Buddleja brasiliensis</i> Jacq. ex Spreng.	Calção de velho	05	0,29	0,29	Reumatismo; friagens e dores nas pernas	MH	Folha	Infusão; decocção	e
Simaroubaceae									
<i>Picrasma crenata</i> (Vell.) Engl. in Engl. & Prantl	Cedro-amargo ou Cedro-branco	04	0,23	0,23	Controlar piolhos; diarreia; colesterol e diabete	MH	Caule (lascas)	Decocção; infusão	e
Smilacaceae									
<i>Smilax cognata</i> Kunth	Salsaparrilha	03	0,17	0,17	Depurativo do sangue	MH	Raiz	Decocção	e
Solanaceae									
<i>Brugmansia suaveolens</i> (Humb. & Bonpl. ex Willd.) Bercht & J. Presl)	Saia branca	01	0,06	0,36	Alvejar roupas	H	Folha	Decocção	e
<i>Solanum americanum</i> Miller	Maria-preta	01	0,06	0,36	Tirar manchas de queimadura da pele	MH	Folha; caule; raiz	Decocção	e

Continuação

Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
<i>Solanum granuloso leprosum</i> Dunal	Cuvitinga	01	0,06	0,36	Alimento da fauna	AA	Fruta		e
<i>Solanum hasslerianum</i> Chodat	Joá	01	0,06	0,36	Rins	MH	Fruta	Decocção	e
<i>Solanum paniculatum</i> L.	Jurubeba	01	0,06	0,36	Bouba em galinhas	MV	Folhas	Decocção	e
<i>Solanum pseudoquina</i> A. St.-Hil.	Quina-branca	02	0,11	0,36	Diarréia; Fígado	MH	Caule (lascas)	Decocção	e
Urticaceae									
<i>Cecropia glaziovii</i> Snethl.	Bonequeiro	11	0,64	0,34	Gonorréia; Reumatismo; Diabetes; rins; gastrite	MH	Folha; caule	Decocção; infusão	e
<i>Urera baccifera</i> (L.) Gaudich. ex Wedd.	Raiz-de-urtigão	01	0,06	0,34	Bronquite	MH	Folha; caule; raiz	Decocção	e
Verbenaceae									
<i>Duranta vestita</i> Cham.	Espora-de-galo	01	0,06	0,23	Dor de barriga	MH	Caule; raiz	Decocção	e
<i>Lantana camara</i> L.	Cambará-de- espinho	01	0,06	0,23	Quebrante (mau olhado)	PE	Folha; flor; caule	Decocção	e
<i>Lippia alba</i> var. <i>globiflora</i> (L'Hér.) Moldenke	Cidreira ou melissa	10	0,58	0,23	Calmante; pressão alta; taquicardia; insônia	MH	Folha; caule; flores	Infusão	c
<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	Gervão	02	0,11	0,23	Diabete; pressão alta	MH	Folha	Infusão	e
<i>Verbena minutiflora</i> Briquet ex Moldenke	Fel-da-terra	09	0,59	0,23	Diarréia; estômago; febre; azia	MH	Folha; caule	Infusão	e

									Conclusão
Família Espécie	Nome Popular	NU	VU	VUF	IU	Cat Uso	PU	FP	FO
Violaceae									
<i>Anchietea pyrifolia</i> A. St.-Hil.	Cipó-sumo	03	0,17	0,17	Depurativo do sangue	MH	Folha; caule	Infusão	e
Winteraceae									
<i>Drimys brasiliensis</i> Miers	Casca-de-anta	02	0,11	0,11	Problemas digestivos; diarreia; Pneumonia	MH	Caule (cascas)	Infusão	e
Zingiberaceae									
<i>Hedychirum coronarium</i> J. König	Lirio branco	02	0,11	0,26	Dores musculares; dor no corpo	MH	Flores	Curtir em álcool	e
<i>Renealmia petasites</i> Gagnep.	Pacová	11	0,64	0,26	Vermífugo; estômago; diarreia; problemas de fertilidade	MH	Sementes	Infusão	e
<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	Gengibre	01	0,06	0,26	Tosse	MH	Caule	Decocção	c

FONTE: A autora (2010)

NOTA: Legenda - A (alimento); MH (medicinal em humanos); MV (medicinal em animais); CA (construção de artefatos para uso doméstico); CA (proteção espiritual); C (construção de maneira geral: cercas, casas, etc); O (ornamental); AA (alimentação de animais); H (higiene). NU (número de usos); IU (indicação de usos); Cat. Uso (categoria de uso); PU (parte utilizada); FP (forma de preparo); FO (forma de ocorrência na comunidade, podendo ser c (cultivada) ou e (nasce espontaneamente); VU (valor de uso) e VUF (valor de uso da família botânica).

5.1.6.1 As categorias de uso citadas pelos quilombolas

Os quilombolas do Varzeão citaram diversos usos para os vegetais, já apresentados na Tabela 1. Entretanto, a Figura 7 evidencia que a categoria medicinal para humanos (MH) foi a que apresentou o maior número de citações totalizando 85 espécies, seguida da categoria alimentar (A) (13 espécies), construção de artefatos de uso doméstico (CA) igualada com a categoria ornamental (O) (sete espécies); alimentação animal (AA) (cinco espécies), medicinal para animais (MV) (quatro espécies), construção (C) (três espécies), proteção espiritual (PE) igualada com a categoria (H) higiene. (duas espécies) em um universo de 112 espécies citadas.

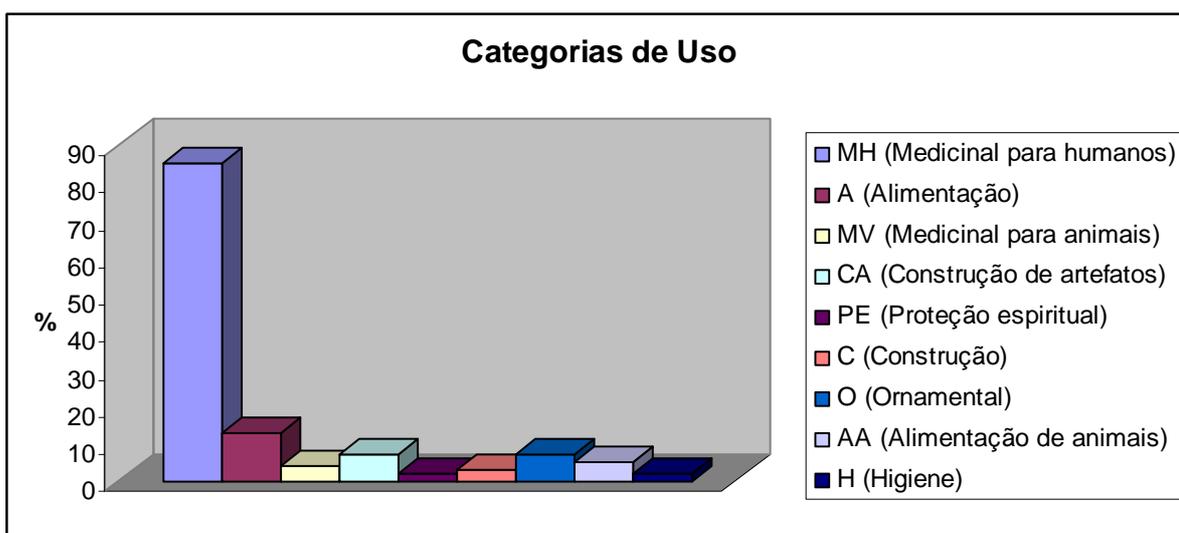


FIGURA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES POR CATEGORIA DE USO EXPRESSA EM %, CITADAS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, DR. ULYSSES, PR (JAN A DEZ 2006).

Dentre as espécies indicadas como de uso medicinal, destacaram-se as famílias Moraceae (Falsa-espinheira-santa) com 19 usos, Zingiberaceae (Pacová) com 11 usos, Verbenaceae (Cidreira e Fel-da-terra) com 10 e 9 usos respectivamente e Lamiaceae (Rubim e falso-boldo) com 8 usos.

É interessante observar que em um trabalho recente realizado por Crepaldi (2007) na comunidade quilombola de Cachoeira do Retiro no Espírito Santo, a categoria medicinal também foi a que mais se destacou com 98 espécies, seguida da alimentar com 64 espécies. Um outro estudo realizado por França (2001) na comunidade quilombola do Campinho da Independência na APA de Cairuçu, Paraty (RJ) mostrou que as categorias mais citadas pelos quilombolas também foram a medicinal e a alimentar.

O fato do uso das plantas como recurso terapêutico é uma prática comum entre os moradores do Varzeão, pode ser constatado na Tabela 1. Todos os entrevistados afirmaram que antes de procurar o sistema oficial de saúde, tentam resolver os problemas de saúde lançando mão das plantas medicinais. Assim, 83,3% dos entrevistados disseram usar freqüentemente as plantas com finalidades medicinal, contra 14,7% que as usam eventualmente. Esses dados corroboram com os dados encontrados por Negrelle e Fornazzari (2007), quando realizaram um estudo etnobotânico nas comunidades de Limeira e Ribeirão Grande no litoral do Paraná, onde 85,7% e 91%, respectivamente afirmaram usar plantas medicinais com freqüência contra 14,3% e 9%, respectivamente, que indicaram apenas o uso eventual das plantas.

Os quilombolas conhecem 277 usos diferentes para as 85 espécies citadas como sendo de uso terapêutico pela comunidade do Varzeão, são distribuídas em 81 gêneros e 46 famílias botânicas, sendo mais representativas a família Asteraceae com 14 espécies, a família Lamiaceae com seis espécies e as famílias Lauraceae e Verbenaceae com quatro espécies cada. Também para Crepaldi (2007) na categoria medicinal a família botânica que obteve maior destaque foi Asteraceae com 11 espécies, seguidas de Lamiaceae (nove), Poaceae e Fabaceae (quatro).

Neste estudo na categoria alimentar houve destaque para Asteraceae com três espécies, Arecaceae e Rosaceae com duas espécies cada, seguidas por Amaranthaceae, Fabaceae – Mimosoideae, Melastomastaceae, Rubiaceae e Sapotaceae (com apenas uma espécie). As categorias construção de artefatos, ornamental, alimentação de animais, medicinal para animais, higiene e proteção espiritual foram pouco representativas.

Outro fato para o qual a Tabela 1 também chama a atenção é o número de usos da Falsa-espíneira-santa (*Soroceae bonplandii*) com 19 usos e Aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*) com 17. Esse número de usos indica o número de vezes que a planta foi citada para determinado tipo de uso. A Falsa-espíneira é usada na comunidade exclusivamente para tratar doenças relacionadas ao estômago, à bexiga e ao rim. Já Aroeira-vermelha tanto é usada para sanar enfermidades relacionadas à cicatrização de mucosas, como na alimentação e para curtir couro de animais.

Com relação à ocorrência, 57 (67,05%) das espécies citadas pelos quilombolas do Varzeão são nativas do Brasil, enquanto que 28 (32,94%) são exóticas e 16 (18,82%) são exclusivas da Floresta Atlântica.

5.1.6.2 Partes dos vegetais mais utilizadas, forma de preparo e indicação de uso na categoria uso medicinal

As folhas são as partes vegetais mais utilizadas pelos quilombolas do Varzeão para preparar os remédios caseiros. Os dados ficaram assim distribuídos: 56 citações para as folhas, representando 50% do total de espécies mencionadas como medicinais, 35 citações para o caule, 9 para raiz, 5 para flores e sementes, seguida de 2 citações para a estrutura denominada fruto. Esta distribuição pode ser verificada na Figura 8.

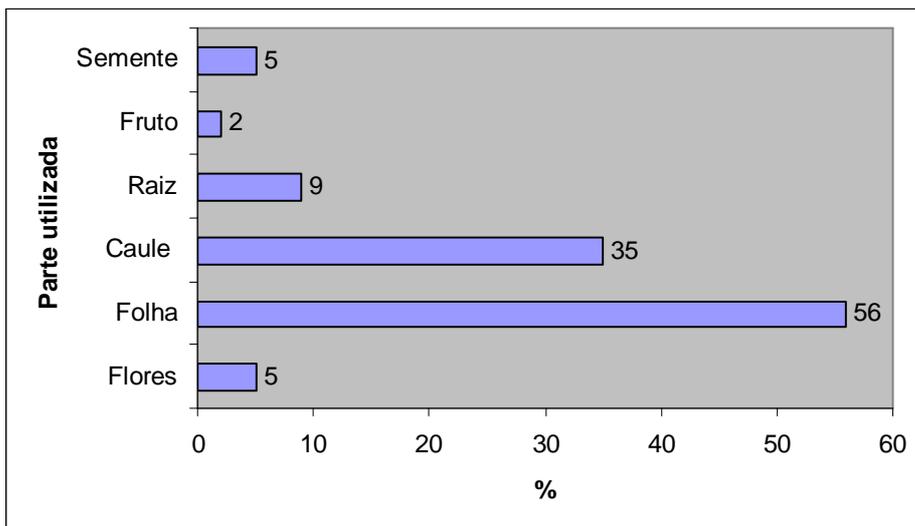


FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES BOTÂNICAS EM RELAÇÃO PARTE VEGETAL UTILIZADA (EM %) PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO, DR. ULYSSES, PR. (JAN-2006/ NOV DE 2007).

Crepaldi (2007) estudando a comunidade quilombola de Cachoeira do Retiro chegou a conclusões semelhantes no que se refere às folhas e caule, porém, divergindo nas outras estruturas. Foram verificadas 71 citações para as folhas representando 38% do total de espécies mencionadas, 47 entrevistados mencionaram o caule, 46 os frutos, 17 as raízes, 14 citaram flores e 12 para sementes. Outro estudo etnobotânico realizado por Santos; Amorozo; Ming (2008) também destacou a folha com a parte vegetal mais utilizada (53%), seguida de toda a planta (13%), raízes (11%), flores (7%), sementes (5%), cascas (5%), frutos (2%) e outros (4%).

No que se refere ao modo de preparo dos remédios, a forma de preparação preferida foi os chás e para prepará-los os quilombolas preferem o processo de infusão para as folhas (79 citações) contra a decocção (58 citações), infusão para as flores (15 citações) contra decocção (9 citações), decocção para o caule (51 citações) contra infusão (13 citações) e decocção para raiz (12 citações) contra infusão (3 citações). Os chás também foram o principal modo de preparo dos remédios caseiros nos levantamentos etnobotânicos de Costa (2002), Pinto *et al.* (2006) e Santos *et. al* (2008). Garlet e Irgang (2001) apontam que nas diversas formas citadas em seu estudo para a preparação dos remédios, os chás são preferencialmente feitos por decocção, seguida de infusão.

5.1.6.3 Especificidades quanto ao uso dos vegetais como terapêuticos

5.1.6.3.1 A preferência por estruturas verdes

Os quilombolas do Varzeão não costumam armazenar as ervas para fazer os remédios. Toda vez que precisam de determinado vegetal, se deslocam até o local onde a planta se encontra, coletando uma quantidade de estruturas vegetais suficientes para fazer um chá ou dois., portanto, usam preferencialmente as plantas frescas. Em uma das idas ao campo, acompanhamos uma coleta do vegetal que eles chamam de pacová (*Renealmia petasites* Gagnep.). Foi necessário caminhar 10 quilômetros para encontrar a planta. Mesmo assim, a quantidade coletada pelos quilombolas foi mínima, o suficiente para fazer quatro chás. Esse fato pode ser explicado da seguinte forma:

com o conhecimento adquirido pelos quilombolas ao longo dos anos por empiria, sobre a perda dos princípios ativos da planta quando armazenada por muito tempo. Pode também significar consciência ecológica, evitando o desperdício ou ainda porque eles acreditam que a força para curar está no vegetal vivo, nascido no seu ecossistema natural. Rodrigues e Carvalho (2007) no estudo etnobotânico que realizaram, observaram que nenhum tipo de desperdício ocorreu por parte dos seus pesquisados, pois colhiam apenas o que precisavam. Ainda com relação ao pacová, foi a única planta seca que algumas pessoas tinham armazenado em casa. Eles informaram que necessitam do fruto para fazer o chá e essa espécie só produz fruto uma vez no ano, essa informação denota conhecimento empírico da fenologia dessa espécie.

5.1.6.3.2 Conhecem técnicas para obtenção de subprodutos

Costumam ferver as folhas da maria-mole (*Senecio brasiliensis* Less.) para a obtenção do óleo que usam para tratar dores de ouvido. Segundo eles, no processo de fervura a planta libera gotículas de óleo que ficam por cima do chá, que pode ser recolhido e colocado no ouvido.

Conseguem fazer uma pasta para uso externo usando sabonete como base no processo de preparo e o pó obtido com as folhas torradas de samambaia-das-taperas (*Pteridium aquilinum* (L.) Kuhn).

5.1.6.3.3 Adição de plantas ao chimarrão

Misturam diversas plantas consideradas de uso terapêutico ao tradicional chimarrão (uma infusão feita com erva-mate (*Ilex paraguayensis* A. St.-Hil), disposta em uma cuia). Dentre as plantas mais citadas para se adicionar ao chimarrão estão *Aristolochia triangularis* Cham. (Cipó-mil-homens) e *Sorocea bonplandii* (Baill.) Burger, Lanj. & Boer (Falsa-espinheira-santa). Em um levantamento etnobotânico no Rio Grande do Sul, Dorigoni *et al* (2001) também observaram o uso de plantas adicionadas ao chimarrão. Alguns autores desaconselham o uso dessa prática, julgando-a

inadequada, porque segundo eles, a forma de preparo da planta nem sempre coincide com a forma de preparo do chimarrão (SIMÕES, *et al.* 1988).

5.1.6.3.4 As doenças de atenção primária são resolvidas com remédios caseiros

Possuem uma certa independência do Sistema Único de Saúde (SUS), pois conseguem sanar a maioria dos problemas de atenção primária à saúde por meio do seu conhecimento etnobotânico. Isso representa uma grande economia pois deixam de gastar dinheiro com medicamentos industrializados, podendo aplicar esses valores em outras áreas. De acordo com a Portaria MS N°971 (2006), a OMS tem se posicionado a favor da valorização e utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário desde 1978, principalmente considerando que 80% da população mundial utiliza plantas ou preparados a partir das plantas medicinais para sanar problemas primários de saúde (BRASIL, 2006).

Outro exemplo de conhecimento etnobotânico usado pelos quilombolas do Varzeão ao qual a OMS se refere no parágrafo supracitado é o fato de combaterem o ataque de verminoses em crianças, que chamam de “crise de bicha”, usando uma preparação simples, porém, eficiente, que é o café bem forte ao qual acrescentam sal. Uma pessoa com ataque de verminoses, se não for socorrida, pode vir a óbito, porque os vermes (geralmente *Ascaris lumbricoides*), quando em grande quantidade se deslocam do sistema digestório para as vias aéreas, podendo matar por asfixia. Como será que os médicos pediatras ou mesmo os clínicos gerais, formados pelo princípio da alopatia, que atendem nos hospitais e consultórios das cidades, resolveriam esse problema? Por que será que os vermes se acalmam com o preparado dos quilombolas? Pode ser que o sal colocado no café, cause desequilíbrios no metabolismo desses animais, fazendo com que se acalmem e retornem ao sistema digestório.

5.1.6.4 As plantas, as enfermidades e os sistemas do corpo humano mais citados

No que se refere às indicações de uso de plantas para o tratamento de enfermidades, as relacionadas ao sistema digestório foram as mais citadas pelos

quilombolas, sendo que a dor de estômago se destacou com 31 citações e dor de barriga com 19 citações. Os vegetais mais citados para tratar problemas do sistema digestório foram: Falso-boldo (*Plectranthus barbatus* Andrews), Fel-da-terra (*Verbena minutiflora* Briquet ex Moldenke), Taiuva (*Maclura tinctoria* (L.) D. Don ex Steud.), Pacová (*Renealmia petasites* Gagnep.), Funcho (*Foeniculum vulgare* Mill.) e casca-de-anta (*Drimys brasiliensis* Miers)

O sistema urinário foi o segundo mais citado com 19 citações para dores e infecções nos rins e 13 citações para dores e infecções na bexiga, sendo que os vegetais citados pelos quilombolas para tratar os problemas relacionados ao sistema urinário foram: Chapéu-de-couro (*Echinodorus grandiflorus* (Cham. & Schltldl.) Micheli), Carrapichinho (*Acanthospermum australe* (Loefl.) Kuntze), *Macfadyena mollis* (Sond.) Seem., Taiuiá (*Cayaponia espelina* (Silva Manso) Cogn.), Falsa-espinheira-santa (*Sorocea bonplandii* (Baill.) Burger, Lanj. & Bôer), Pitanga (*Eugenia uniflora* L.), Quebra-pedas (*Phyllanthus niruri* L), Joá (*Solanum hasslerianum* Chodat), Bonequeiro (*Cecropia glaziovi* Snethl.). Dentre as plantas citadas pelos quilombolas para tratar problemas nos rins, está a espécie *Phyllanthus niruri* L. Também apontada por Castellucci (2000), em um estudo etnobotânico, para sanar a mesma enfermidade.

Em terceiro lugar, com 15 citações ficou a cicatrização de mucosas (interna e externa), com destaque para as seguintes espécies: Aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius* Raddi), Cambará (*Gochnatia polymorpha* subsp. *floccosa* Cabrera), Barbatimão (*Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville), Piri (*Juncus* ssp.), malva (*Malva sylvestris* L.).

É importante observar que das 85 espécies citadas como medicinais para tratar os problemas de saúde da comunidade, 61 ou 71% nascem espontaneamente no quilombo. Dentre essas espécies, destaca-se a aroeira-vermelha usada principalmente para cicatrizar mucosas internas (da boca e garganta) e para fortificar os dentes. 19 espécies ou 22,35% são cultivadas pelos quilombolas e apenas 5 (barbatimão, canela-de-pau, noz-moscada, café e pichurim) ou 5,88% das espécies mencionadas são adquiridas no comércio (mercearias e farmácias) de Dr Ulysses. Este fato é bastante relevante pois indica que os quilombolas do Varzeão coletam as espécies para os seus

remédios no local onde vivem. Esse fato por si só já justificaria um plano de manejo para o quilombo preservar as espécies que nascem espontaneamente no local.

Seria esperado, que em um questionário desse tipo, aplicado a uma comunidade quilombola, surgissem citações de utilização de ervas para solucionar problemas de saúde relacionados à questões espirituais (“mau olhado”, e quebrante) em função de sua ancestralidade africana. Não obstante, na comunidade quilombola do Varzeão foram relatadas apenas cinco espécies, dentre as quais destacaram-se: *Rosmarinus officinalis* L (alecrim), *Lantana camara* L. (quebranteiro), *Polygonum punctatum* Elliott (erva-de-bicho). Percebeu-se um certo constrangimento ao se tocar nesse assunto. Provavelmente a explicação esteja no fato dos quilombolas há 15 anos professarem uma religião evangélica (neopetencostal), para a qual tal assunto é considerado “coisa do demônio”. O mesmo foi observado com relação às plantas usadas pelas mulheres para abortar. Pelo fato de ser considerado pecado, poucas mulheres quiseram falar sobre esse conhecimento. Para obter as informações que ora se descreve, foi necessário usar de artifício, como por exemplo, perguntar se a entrevistada conhecia alguma erva que fizesse vir uma menstruação atrasada há mais de um mês. As mulheres que resolveram responder o fizeram apenas quando estávamos em duas pessoas: pesquisadora e entrevistada. Assim, foram citados os seguintes vegetais considerados abortivos: Carqueja (*Baccharis trimera* (Less.) DC), *Cinnamomum zeylanicum* Blume (canela-de-pau) e *Coffea arabica* L. (café).

Em oportunidade anterior refletiu-se sobre as ponderações de Arruti (2006) que pode explicar esse fato, atribuindo-o a já citada existência de um *ethos*, onde o silêncio sobre questões consideradas tabus por toda a comunidade é uma forma de ser aceito, de ser bem visto. O constrangimento também apareceu na hora de citarem espécies para curar doenças venéreas que chamam de “esquentamento”. Foram feitas apenas 3 citações, sendo que a espécie que usam para controlar esse problema é a *Cecropia glaziovi* Snethl (bonequeiro).

Merece destaque também o fato dos quilombolas guardarem resguardo após tomarem determinados chás considerados por eles “quentes”. Guardar resguardo significa que depois de ingerirem e ou passarem na pele um determinado remédio, evitam sair no vento e ou na chuva, pisar descalço no chão ou ingerir alimentos “frios”.

Como exemplo de remédios que exigem “resguardo” cita-se o chá de sabugueiro (*Sambucus australis* Cham. & Schltl.), usado para ajudar na erupção do sarampo (deve ser tomado à noite), o de rubim (*Leonurus sibiricus* L.) que usam para “abaixar febres” (antitérmico) que deve ser tomado frio e à noite, o chá de pariparoba que usam na forma de banho (uso externo) para tratar sarna e o chá de calção-de-velho (*Buddleja brasiliensis* Jacq. ex Spreng.) que indicam para banhar os pés e tratar de “friagens” nos membros inferiores (usar preferencialmente à noite). Souza (2007) em um estudo realizado no Cerrado fez a mesma observação com relação às plantas frias e quentes. Porém, os entrevistados de Souza (2007) além de passarem a idéia de que algumas plantas são frias e outras são quentes, observaram também que as plantas frias “limpam” o sangue, o fígado, os intestinos, “acalmam” o coração, os intestinos e o fígado. Esse autor citando Queiroz (1984), Morán (1990) e Botsaris (1995) explica o fato afirmando que esse conceito encontra origens nas teorias greco-romanas e que provavelmente migrou para o Brasil colonial e hoje se encontra arraigado na cultura interiorana. Não obstante, Barros e Napoleão (2007), autores que estudam os vegetais usados em terreiros de candomblé, explicam que na classificação Jêje-Nagô dos vegetais é muito importante o que eles chamam de condições gún (de excitação) e èrò (de calma), pois esses aspectos das folhas é que dão equilíbrio às misturas vegetais, quando bem dosadas de acordo com a situação de cada indivíduo. Assim, por exemplo, nas misturas vegetais para os banhos purificatórios, observa-se as condições do usuário, pois “se o banho é para uma pessoa que anda muito parada, usa-se maior número de folhas quentes, mas se for para alguém que anda muito agitado, é usada maior quantidade de folhas frias” (BARROS; NAPOLEÃO, 2007, p.26). Assim, discordando de Souza (2007) para concordar com Barros e Napoleão (2007) pode ser que “o quente e o frio” citado pelos quilombolas do Varzeão tenha origem na ancestralidade africana dos mesmos

Das espécies vegetais indicadas pelos quilombolas como sendo de uso terapêutico, chama a atenção as que foram indicadas para controlar enfermidades causadas por picadas de cobras, com cinco citações, sendo que a família Apocynaceae foi representada pelo Barrilheiro com 2 indicações, seguidas por Asteraceae (Maria-mole), Rubiaceae (Raiz-de-lagarto) e Salicaceae (Guaçatunga). Apenas duas

peças souberam indicar vegetais para esse tipo de enfermidade, e deles, o senhor Luizinho, mais velho da comunidade, conhecia todas as espécies citadas. Ainda no que se refere ao conhecimento sobre vegetais considerados pelos quilombolas como antiofídicos, há que frisar o procedimento da simpatia ou reza que eles acreditam ser necessária concomitante ao chá ou qualquer outro remédio caseiro para tratar picada de cobra. Hoje em dia, a única pessoa na comunidade que conhece ou admite conhecer tal simpatia é o senhor Luizinho. Dessa forma, quando alguém é picado por cobra imediatamente mandam avisá-lo, e ele, de longe realiza a simpatia (Figura 9).

De acordo com o senhor Luizinho essas rezas não podem ser repassadas à qualquer pessoa, porque o curador perde sua força de curar. Uma busca na literatura evidenciou que parte do conhecimento etnobotânico do senhor Luizinho sobre o uso de plantas para tratar ferimentos causados por ofídios vem sendo confirmado. É o caso do Barrilheiro (*Tabernaemontana catharinensis*) que vem sendo estudado pela pesquisadora Suely Vilela, do Departamento de Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) da USP. De acordo com essa pesquisadora, compostos extraídos do barrilheiro mostraram-se eficientes para inibir a letalidade do veneno da cobra cascavel (*Crotalus durissus terrificus*) (DIAS, 2004).



FIGURA 9 – FERIMENTO OCACIONADO POR PICADA DE OFÍDIO EM PERNA DE UMA SENHORA QUILOMBOLA UM MÊS APÓS O TRATAMENTO COM ERVAS MEDICINAIS E SIMPATIAS

FONTE: AUTORA

5.1.6.5 Valor de uso global das espécies

O cálculo do Valor de Uso (VU) global das espécies foi realizado tomando por base as 112 espécies pertencentes as 53 famílias botânicas, englobando as plantas que nascem espontaneamente no quilombo, as cultivadas nas hortas e as adquiridas no comércio local. Esse número não representa uma porcentagem, pois é obtido dividindo o número de vezes que o vegetal foi citado pelo número de pessoas entrevistadas. No caso de serem entrevistadas 17 pessoas, caso deste estudo, houver uma única citação para determinada planta, ela terá o valor de uso baixo. Assim, as plantas com maior VU foram: *Sorocea bonplandii* (Baill.) Burger, Lanj. & Boer (Falsa-espinheira-santa) com 1,1 (significa que as 17 pessoas entrevistadas conhecem 19 usos para essa planta) e *Schinus terebinthifolius* Raddi (Aroeira-vermelha) e 0,94 (as 17 pessoas entrevistadas conhecem 16 usos), seguidas por *Cecropia glaziovii* Snethl. (Bonequeiro), *Renalmia petasites* Gagnep. (pacová) e *Aristolochia triangularis* Cham. (Cipó-mil-homens) e

Lippia alba var. *globiflora* (L'Hér.) Moldenke (cidreira) com os valores 0,64, 0,64 e 0,58 respectivamente.

Grande parte das espécies consideradas úteis (40,1%) para os quilombolas do Varzeão foi mencionada por apenas um informante, obtendo um baixo VU (0,06). 26,7% das espécies consideradas importantes pelos entrevistados apresentou VU= 0,11 também por terem sido citadas por apenas dois informantes, conforme Figura 10. O Valor de Uso é considerado importante por muitos pesquisadores pois pode evidenciar as espécies mais conhecidas e utilizadas pelos pesquisados. Valores de Uso alto (esse valor é obtido somando-se o número de usos que cada entrevistado mencionou para a planta e dividindo-se o valor obtido pelo número de entrevistados). Portanto, trata-se de um valor relativo. No caso deste estudo, foram mencionados 19 usos para a falsa-espíneira-santa. É um valor de uso alto, indicando que mais estudos devem ser feitos para verificar, por exemplo, a necessidade de manejo e conservação da referida espécie. Autores como Heirinch *et al.* (1998) corroboram com essa premissa ao afirmarem que plantas culturalmente importantes são aquelas usadas por um grande número de conhecedores, em compensação as que são citadas por um ou dois entrevistados devem ser denominadas como de baixa importância cultural. Não obstante, concorda-se com Silva (1997) que nem sempre é fácil registrar a importância de espécies que são pouco ou raramente citadas, entretanto, estão presentes nas observações de campo. Um exemplo são plantas usadas em rituais secretos que por questões religiosas quase nunca são mencionadas e que o pesquisador só fica conhecendo quando lhe é permitido participar das cerimônias. Há que ressaltar que se neste estudo apenas um dos entrevistados mencionasse 19 usos para a falsa-espíneira-santa, o valor de uso seria o mesmo, mascarando o resultado. Isso mostra a complexidade existente no processo de se coletar dados etnobotânicos, evidenciando a necessidade de complementá-los com as observações (dados qualitativos) feitas pelo pesquisador em campo. No caso dos quilombolas do Varzeão, apesar algumas plantas não aparecerem com um VU alto, esse fato por si é insuficiente para justificar o pouco valor cultural da planta como poderá ser verificado.

Também há que se levar em consideração que no momento da pesquisa, o entrevistado pode não se lembrar de alguma planta ou do uso, mesmo que seja

importante para ele. Esse fato influenciará no cálculo de Valor de Uso, porém, antes de ser interpretado como baixa importância cultural da planta, deverá passar uma análise qualitativa. A interpretação dos dados oriundos da abordagem qualitativa poderá produzir informações mais coerentes a respeito do valor cultural de cada espécie.

A Figura 10 contempla as 17 espécies com os maiores VU (0,35 a 1,1) mencionadas pelos quilombolas do Varzeão.

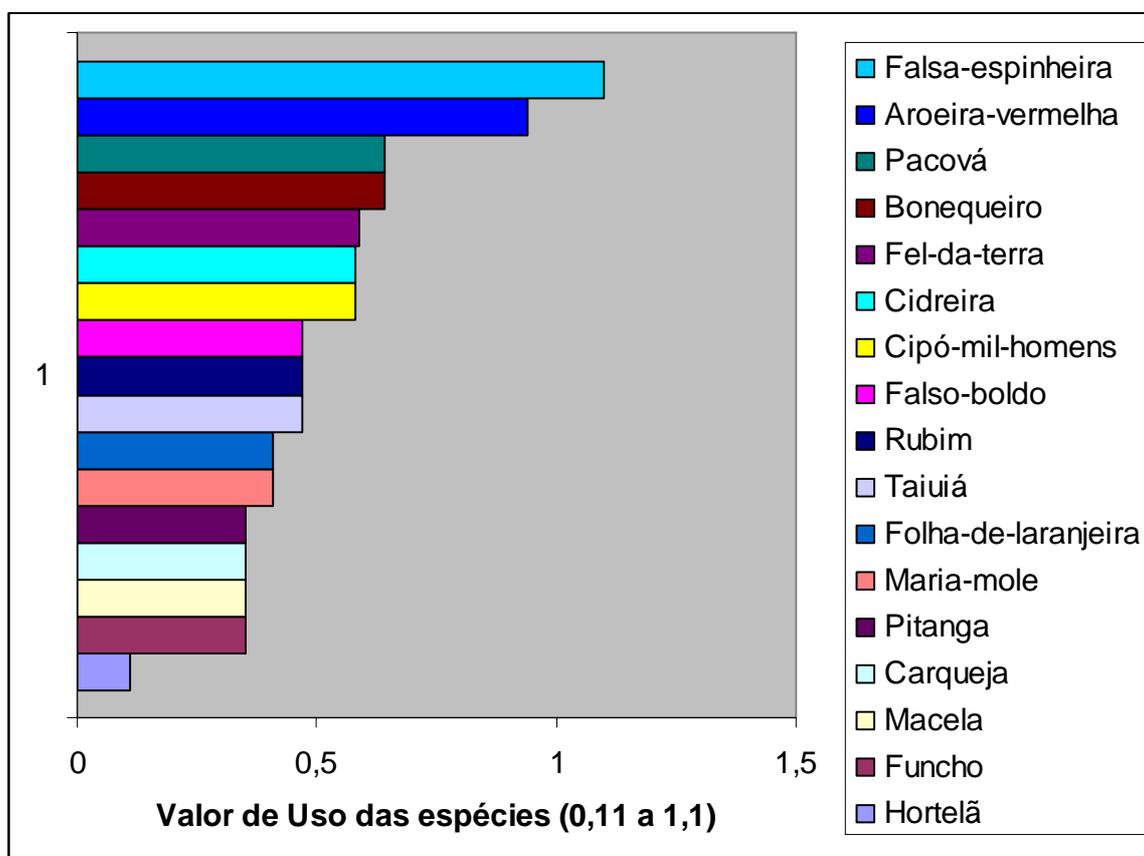


FIGURA 10 - AS 17 ESPÉCIES COM MAIOR VU, CITADAS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO

5.1.7 Contexto político do ponto de vista das opiniões

Nas entrevistas realizadas com o representante da SEAB, do Instituto Emater, do Grupo de Trabalho Clóvis Moura e das Comunidades Tradicionais, a primeira

pergunta focou o entendimento dos mesmos quanto ao tema “desenvolvimento”. A partir daí procurou-se estabelecer um paralelo entre as respostas dadas e o entendimento de desenvolvimento trabalhado nesta tese. O entrevistado A, afirmou que percebe a existência um longo debate entre as categorias desenvolvimento e crescimento ou progresso e que na atualidade é preciso discutir o desenvolvimento econômico, a partir de outras dimensões, como a ambiental e a social. Essa resposta corrobora com a noção de desenvolvimento multidimensional defendida nesta tese.

O entrevistado B argumentou que entende o desenvolvimento como um processo de longo prazo, que além de promover o crescimento econômico e diminuição da pobreza, deve possibilitar o desenvolvimento humano.

O entrevistado C afirmou conhecer o assunto de maneira superficial e o entrevistado D não respondeu a pergunta. Tanto a resposta do entrevistado A, quanto do B, demonstram o entendimento dos mesmos no que se refere ao fato do desenvolvimento ser muito mais do que apenas desenvolvimento econômico, tão propalado no Brasil a partir da introdução no país do pacote da Revolução Verde. Ter esse entendimento pode ser um desencadeador de oportunidades ao desenvolvimento das comunidades quilombola no Estado.

Diante da constatação de que o termo desenvolvimento rural sustentável está presente na fala dos mais diferentes atores que atuam nesse campo e que muitas vezes são falas vazias de conteúdo, a segunda pergunta objetivou verificar o entendimento dos entrevistados no que diz respeito ao termo desenvolvimento rural sustentável. O entrevistado A foi sintético e afirmou que o desenvolvimento rural sustentável vem de um conceito ligado ao desenvolvimento humano. Esse fato parece evidenciar que o mesmo conhece a evolução histórica do termo e das teorias que surgiram para fundamentar a multidimensionalidade que hoje acompanha o termo desenvolvimento, e que, por sua vez, receberam o nome de teorias alternativas de desenvolvimento, aprofundadas nesta pesquisa no item 3.4. Essas mudanças no conceito de desenvolvimento ficaram mais acentuadas a partir da década de 1970, quando começaram a aparecer as primeiras decepções com as teorias da modernização. Dentre as teorias alternativas, consideradas importantes para se

compreender o desenvolvimento rural estão “O ecodesenvolvimento” e o “Desenvolvimento sustentado (ou sustentável)”.

A resposta dada pelo entrevistado B chama a atenção para a possibilidade do debate em torno do rural e do urbano, que não será discutido aqui por não ser objetivo desta tese. Também para o fato desse entrevistado parecer evidenciar um entendimento do desenvolvimento rural sustentável a partir de sua multidimensionalidade, além de trazer o componente da equidade social. Deixando de lado as discussões sobre o fato de na atualidade, esse conceito de desenvolvimento rural sustentável está presente no discurso de vários atores (inclusive do Banco Mundial), o fato de um representante de um órgão tão importante para o processo de desenvolvimento sustentável das comunidades quilombola, perceber que o mesmo é um processo complexo porque envolve inúmeras dimensões nos parece relevante e permite gerar expectativas favoráveis à promoção do desenvolvimento sustentável nessas comunidades.

O entrevistado C afirmou conhecer superficialmente o assunto.

Já a resposta dada pelo entrevistado D, que aqui representa os interesses das comunidades tradicionais, chama atenção para um outro problema, que o fato do mesmo afirmar que o modelo de desenvolvimento rural sustentável implementado no Brasil, seguir as orientações das escolas conservacionistas americanas. Essas escolas de pensamento entendem o desenvolvimento a partir da conservação dos recursos naturais e biológicos e se norteiam pela chamada “visão naturalista” que entende a natureza como algo separado do ser humano (visão reducionista). Foi esse tipo de pensamento que conduziu, por exemplo, a implementação das unidades de conservação no Brasil. A ameaça que está embutida no já citado pensamento conservacionista para as comunidades tradicionais é o fato dessa visão, que por ser dicotômica (separa a natureza do ser humano) permite que diversas comunidades tradicionais sejam expulsas dos locais em que viviam porque os mesmos foram transformados em parques ou outras áreas de preservação. Quando não são expulsas, dependendo do tipo de unidade de conservação, esses povos perdem até o direito de retirar dessas áreas plantas e outros elementos necessários à reprodução de sua cultura. O paradoxo está no fato de que essas áreas só existem hoje para poderem ser

transformadas em parques, porque essas comunidades durante décadas, quem sabe até centenas de anos, por meio da aplicação do seu conhecimento empírico sobre as espécies, tornaram possíveis os ecossistemas atuais. O entrevistado D chama a atenção para o fato da necessidade dessa visão naturalista ainda presente nas instituições públicas e em diversos outros espaços, ser substituída por outra visão, a socioambiental, que não separa o ser humano e natureza, mas pensa o desenvolvimento a partir da integração dos mesmos. Concorde-se com Carvalho (2004) que é preciso perceber as interações entre cultura, a sociedade e a base física biológica dos processos vitais a partir de um processo que se modifica dinâmica e mutuamente. Nesse sentido, trata-se de uma perspectiva que considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana deixa de ser percebida como intrusa ou degradadora para virar um agente pertencente à teia de relações da vida social, natural e cultural, interagindo com ela. Dessa forma as modificações resultantes dessa interação, entre seres humanos e natureza, nem sempre são prejudiciais. Sendo que há casos, inclusive em que são sustentáveis, chegando a propiciar aumento de biodiversidade.

Durante as entrevistas foram feitas também perguntas sobre as políticas públicas nacionais e estaduais para agricultura. Em seguida foi pedido que destacassem, justificando suas respostas, dentre as políticas consideradas importantes para a agricultura, quais eram as que consideravam prioritárias. O objetivo aqui era conhecer as políticas existentes para os pequenos produtores de um modo geral, que até os povos e comunidades tradicionais pudessem acessar. Dentre as respostas, nos pareceu relevante à que foi dada pelo entrevistado A. Em sua resposta citou a Política Agrária do governo federal, mencionando as dificuldades legais para o avanço dessa política. Destacou alguns programas do governo federal como o Luz para Todos, o incentivo à diversificação de agricultura nos assentamentos, dentre outros. Porém, terminou por afirmar que o Pronaf¹⁸ com seus quatro componentes (crédito, formação

¹⁸Significa Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É um programa do Governo Federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamentos aos agricultores, bem como as suas associações e cooperativas. O Pronaf foi criado em 1995 para atender o pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas com a força de seu trabalho e o de sua família

profissional e extensão rural, incentivo à política de território, lançado em 2003/2004), a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, o Paraná 12 meses, a partir da criação do Território da Cidadania, representam o que há de melhor em termos de políticas públicas. É preciso refletir um pouco sobre o caráter universalizador dessas políticas, o que será feito um pouco adiante, quando forem discutidas as políticas para as comunidades tradicionais. Por outro lado, a resposta desse entrevistado, também chamou a atenção pelo fato do mesmo enxergar uma correlação entre as políticas públicas e o desenvolvimento sustentável das comunidades, pois segundo ele, nos municípios onde não há condições para a atuação das políticas (ficou vago que condições seriam essas), só com a intenção do Estado, as mesmas não se efetivam. Afirmou também que para as comunidades quilombola se desenvolverem, as mesmas precisam se organizar e levantar as demandas para os órgãos públicos atuarem. No primeiro momento, cabe uma reflexão sobre o Pronaf. Esse programa não é exclusivo para as comunidades tradicionais. Foi elaborado para atender as demandas dos pequenos produtores rurais. Sendo assim, todas as exigências, no que tange a obtenção do financiamento, obedecem a regras do modelo de organização desse público e às exigências do sistema financeiro bancário. Reflete-se sobre a possibilidade dessa oportunidade nem sempre poder ser aproveitada, à medida os quilombolas, por exemplo, por faores alheios à sua vontade, não conseguirem atender as exigências necessárias para a obtenção do crédito. Portanto, fica claro apesar do Pronaf, na opinião do entrevistado A, ser um das mais importantes políticas de promoção ao desenvolvimento sustentável, ela por suas características universalistas, não atende as comunidades quilombola a contento, inclusive a comunidade participante deste estudo.

Em seguida, foi perguntado se conheciam políticas tanto na esfera estadual quanto na federal, que contemplassem as especificidades das comunidades tradicionais e dentre elas as comunidades quilombola. O objetivo aqui era verificar a existência de recursos públicos oportunistas ao desenvolvimento da comunidade do Varzeão. O representante das comunidades tradicionais, entrevistado D, foi direto afirmando que “no governo estadual não há uma política dirigida para estes grupos. O que houve foi a criação de um grupo de trabalho (o grupo Clovis Moura) no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos para diagnosticar a situação dos quilombolas no

Paraná”. No âmbito federal mencionou alguns esforços, dentre eles citou a criação da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais por meio do Decreto 10.884/2004 e a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007). De acordo com esse entrevistado, essas ações no âmbito do MDA e MDS, representam um avanço na criação de espaços públicos para o debate desses grupos sociais. Não obstante, chamou a atenção para o fato dos trabalhos da comissão terem encontrado algumas dificuldades como, por exemplo, o aparato burocrático do Estado, que segundo ele “não está preparado para assimilar uma política de identidades, mas sim para universalizar suas ações”. Citou como exemplo o Pronaf, que tem como referência a base familiar, não sabendo administrar as diferenças culturais, produtivas, ambientais, dentre outras. O entrevistado ao encerrar suas colocações, pondera sobre o fato de em sua opinião, o Pronaf ser uma tentativa de homogeneização do campo a partir dos pressupostos da “moderna agricultura familiar.” Na fala desse entrevistado, foi possível reforçar a constatação de que o principal programa (na opinião do entrevistado A), responsável por viabilizar o desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras pode não ser tão oportuno assim para as comunidades tradicionais.

Respondendo a mesma pergunta, o entrevistado A afirmou que o governo tem uma política voltada para a agricultura familiar. Entende que não há diferença entre agricultura familiar e a agricultura praticada por comunidades tradicionais, sendo essa uma questão mais de cunho ideológico. Esse entrevistado acredita que a diversidade existente na agricultura familiar e que precisa ser respeitada é o fato da mesma congregar uma “agricultura familiar *top*” e uma que está na base da pirâmide social, com menor acesso à renda. Esse fato é preocupante, porque neste trabalho ficou evidente que as comunidades quilombola possuem especificidades que necessitariam de recorte étnico para que o desenvolvimento sustentável das mesmas alcance sucesso.

Já o entrevistado B citou no âmbito federal, o Programa Brasil Quilombola, porém, frisou que a inexistência de um orçamento próprio, dificulta as ações para essas comunidades. Constatou-se que apesar do Governo Federal ter destinado mais R\$ 122,32 milhões aos chamados programas estruturantes (O Brasil Quilombola é um deles), onde estão incluídos recursos para o desenvolvimento sustentável das

comunidades quilombola, o problema parece não estar exatamente na falta de recursos, mas na forma como esses recursos estão disponibilizados, (no formato de editais) e com exigências de conhecimentos que ultrapassam a escolaridade dos quilombolas da comunidade aqui em estudo. Assim como o MDA, todos os outros entes federativos, responsáveis pelo orçamento dos projetos que promovem o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombola só disponibilizam recursos públicos, até porque estão cumprindo exigências legais nacionais de disponibilização de verbas públicas, por meio de chamadas em editais. Refletindo apenas a partir das exigências do anexo I do edital (são 7 no total) do roteiro do MDA para a elaboração do projeto básico, foi possível verificar que para os quilombolas participarem da chamada e assim poder acessar os recursos, que giraram em torno de cem a duzentos mil reais, deveriam apresentar: um plano de trabalho e memória de cálculo, um projeto (com título, apresentação, justificativa, proponente, objetivo geral, objetivo específico, área de abrangência, período de execução, metas, metodologia, orçamento, resultados esperados, monitoração e avaliação e plano de aplicação do dinheiro) (BRASIL, 2008). Além dessas exigências, seria preciso ler e preencher mais 12 anexos, que deveriam ser encaminhados juntamente com o projeto, por e-mail ou em CD pelo correio. Isso mostra que embora exista por parte do Governo federal, um programa exclusivo e com previsão de orçamento próprio para as comunidades quilombola, se não forem solucionados os problemas de escolaridade e qualificação profissional, essas comunidades terão sérias dificuldades para acessar esses recursos.

O entrevistado C, também mencionou o Programa Brasil Quilombola como centralizador das políticas para as comunidades quilombola. Quanto à existência de políticas públicas exclusivas para as comunidades quilombola no Paraná, informou a colocação dessas comunidades como prioridade número um, pelo Governo do Estado, além do pedido feito pelo governador a todas secretarias estaduais para priorizarem as comunidades quilombola em suas ações. O mesmo entende que embora não exista um plano específico para essas comunidades no Paraná, todo o governo, em sua opinião, está comprometido em levar-lhes ações já executadas de uma maneira geral para a população paranaense.

Visando identificar as ações para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná, perguntou-se aos entrevistados o que o Estado tem feito nesse sentido.

O entrevistado B afirmou que as políticas estruturais previstas na PNPCT, que deveriam atender os reais interesses dos quilombolas ainda estão pendentes. As ações nesse sentido têm sido pontuais, realizadas no âmbito de diversas secretarias estaduais e órgãos federais. A SEAB por exemplo, tem atendido as comunidades com distribuição de sementes de milho e feijão e mudas de frutíferas. Por meio da Secretaria do Trabalho, as comunidades receberam sementes e equipamentos para instalarem uma horta comunitária. O MDA e a ELETROSUL viabilizaram o programa Arca das Letras (uma biblioteca) e a COPEL tem levado energia elétrica para essas comunidades. No caso do Instituto Emater, algumas ações de assistência técnica tem sido realizadas. Além do mais, algumas dessas comunidades já eram atendidas pela EMATER antes de serem identificadas como quilombolas, por isso, receberam também recursos do Programa Paraná 12 meses para melhoria e reforma em algumas casas, abastecimento de água e saneamento, dentre outros. Por outro lado, a SEAB tem orientado os técnicos para que seja facilitado o acesso das famílias quilombolas aos recursos do Pronaf para projetos de geração de renda, não obstante, muitas dessas famílias já possuem dívidas com o Pronaf ou o restrições de crédito junto às agências financiadoras, inviabilizando o acesso a novos empréstimos. Outra situação que limita o acesso dessas famílias a esse tipo de crédito, é o fato de possuírem pouca terra, e assim, sua pouca produção, inviabiliza projetos de crédito.

A resposta do entrevistado B provoca vários tipos tipos de reflexões. Uma delas é que as ações para o desenvolvimento rural são realizadas de maneira pontual. Esse fato revela-se ameaçador ao desenvolvimento rural das comunidades quilombola porque ao se desrespeitar a complexidade inerente ao processo, poderá resultar em fracassos que inviabilizarão o desenvolvimento das mesmas. O fato positivo é que tanto no âmbito federal quanto no estadual, há uma preocupação em desenvolver ações que levem ao desenvolvimento das comunidades quilombola.

O entrevistado A ao responder a mesma pergunta sobre a PNPCT e sua implementação no estado, coloca que têm acontecido ações principalmente com os

Sem Terra e com as comunidades que o MDA tem afinidade. O entrevistado chama a atenção para a necessidade das comunidades quilombola se organizarem e cobrarem seus direitos do poder público. Por fim, encerra com as seguintes palavras: "onde houver deficiência grande de capital social e capital humano, pode não ter política adequada. Depende de como essas comunidades estão organizadas."

Não é objetivo desta tese discutir o capital social e humano das comunidades quilombola. Porém, cabe aqui uma reflexão: será que as comunidades quilombola terão que se organizar nos moldes de outros movimentos sociais brasileiros para conseguirem reivindicar seus direitos? E quanto às suas especificidades? Será que faz sentido para elas esse tipo de organização?

O êxito na implementação das políticas e ou programas para o desenvolvimento rural sustentável de comunidades quilombola necessita de alguns cuidados específicos, como por exemplo, uma formação com recorte étnico para os agentes que vão atuar com assistência técnica e extensão rural. Com o objetivo de verificar se no estado do Paraná os agentes da extensão rural tinham recebido alguma formação nessa área, perguntou-se ao representante do Instituto Emater se, os técnicos e técnicas que trabalham nesse instituto, receberam alguma formação específica para o atendimento das comunidades quilombola. A resposta dada pelo entrevistado B foi não. Diante dessa resposta, indagou-se se a empresa dispunha de uma metodologia de trabalho que contemplasse as especificidades das comunidades quilombola. O entrevistado B respondeu dizendo que existe uma proposta de se realizar, de maneira participativa, envolvendo os quilombolas e outros atores interessados no desenvolvimento sustentável dos mesmos, um diagnóstico participativo, que possibilitasse a definição de potencialidades e desafios prioritários, para a partir daí se elaborar um plano de desenvolvimento para as comunidades quilombola. Entretanto, até o momento da entrevista, essa proposta não havia se concretizado.

É possível inferir dessa resposta que até 2008 (ano da realização desta entrevista), nenhuma formação havia sido feita com os agentes responsáveis pela assistência técnica e extensão rural das comunidades quilombola.

Na seqüência perguntou-se ao representante da Emater o que na opinião dele ainda estava faltando para melhorar ainda mais o desempenho dos técnicos no trabalho

com as comunidades quilombola. A resposta do entrevistado B aponta para uma compreensão do fato dos técnicos precisarem de formação e capacitação no que tange às especificidades das comunidades quilombola que as diferenciam das outras comunidades de agricultores familiares, com os quais, em geral os técnicos atuam. Na ocasião, o entrevistado B se referiu também a outras dificuldades que os técnicos vêm encontrando para desenvolver o seu trabalho, como o acúmulo de atividades, a precariedade dos instrumentos de trabalho, principalmente dos veículos, que nem sempre são adequados para transitarem por estradas de difícil acesso, caso das estradas que ligam as comunidades quilombola aos municípios. Na fala desse entrevistado, há de positivo o fato de existir um reconhecimento por parte do Instituto Emater das especificidades das comunidades quilombola que não podem ser ignoradas. Entretanto, é negativo o fato das providências para sanar essa ameaça, acontecerem de forma muito lenta.

O debate sobre desenvolvimento sustentável contempla questões como qualidade de vida. Assim, perguntou-se aos entrevistados qual o entendimento de cada um sobre o que seria qualidade de vida, ou se tinham algum sonho para os Povos e Comunidades Tradicionais, e caso tivessem poderes ilimitados em seus cargos, quais as atitudes que tomariam em prol da melhoria da qualidade de vida dessas populações. O entrevistado A, respondeu sinteticamente dizendo que “cada família tem um projeto de vida [...] e que o importante é que tenhamos a dimensão da expressão qualidade de vida”. No que se refere às ações para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, levaria educação para as comunidades, não apenas a formal mas educação também na forma de assessoria técnica. Afirmou também que daria continuidade às políticas começadas em outros mandatos, citou o caso do Pronaf que nasceu no governo do presidente Itamar Franco e continuou no governo do presidente Lula. Já o entrevistado B respondeu que promoveria o protagonismo das minorias para que elas pudessem exercer a sua cidadania plena. O entrevistado C disse que o seu maior sonho é ver as comunidades quilombola organizadas socialmente para que sejam independentes. E se tivesse poder ilimitado levaria capacitação e qualificação. O representante das comunidades tradicionais, entrevistado D, disse que sonha com uma sociedade pluriétnica e multicultural. Na fala dos entrevistados foi possível constatar que

consideram a educação e a qualificação, condição *sine qua non* ao desenvolvimento das comunidades tradicionais. Diante das dificuldades aqui enumeradas para o acesso dessas comunidades a recursos financeiros federais e estaduais e a constatação de que as mesmas estão relacionadas com a pouca escolarização, as respostas dos entrevistados apontam para uma possível amenização dessas fragilidades, aumentando suas chances de sucesso de desenvolvimento sustentável.

5.1.8 Contexto legal

Considera-se a Constituição Federal de 1988 como o marco histórico do processo de redemocratização política do Brasil. É entendida como o principal elemento para a consolidação dos direitos individuais e coletivos. “Todavia, além das condições para a abertura política, com ampla repercussão para a sociedade como um todo, a Carta Magna oferece um outro processo de democratização mais amplo e includente ao operar com o reconhecimento de formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade brasileira” (BRASIL, 2006, p.2). Nesse caso estão incluídos os direitos diferenciados dos povos indígenas e comunidades quilombola.

A consolidação de tais direitos impõe ao Estado o reconhecimento não só da diversidade sociocultural brasileira, mas também a urgência de se repensar conceitos inerentes às noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais, de maneira que passem a incluir princípios mais adequados às diferentes realidades desses povos. Dessa forma, algumas políticas vêm sendo reformuladas (educação, saúde e garantia dos direitos fundamentais), justamente para incluir as especificidades contidas no texto constitucional (BRASIL, 2006).

Dentre os esforços que o Governo Federal vem fazendo no sentido de promover políticas públicas direcionadas a esses segmentos da população, contemplando suas particularidades, podemos citar o Programa Brasil Quilombola (esse programa reúne ações de diferentes órgãos do Poder Executivo), o Plano Nacional da Reforma Agrária (esse plano contemplou as populações quilombolas, indígenas extrativistas e ribeirinhas), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o Programa Comunidades Tradicionais (programa voltado para o fomento de projetos de

produção sustentáveis em diferentes segmentos das populações tradicionais) (BRASIL, 2006).

Neste estudo, dentre tantas possibilidades, nos parece relevante refletir sobre algumas oportunidades ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombola, presentes no texto do Decreto N.º 6040, publicado pela Presidência da República em 07 de fevereiro de 2007 (Brasil, 2007a), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e também as presentes no texto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em novembro de 2007 (BRASIL, 2007b) e no texto da Portaria N.º 125 que reconhece a Lista de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná (PARANÁ, 2009).

5.1.8.1 Alguns pontos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

O texto da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, primeiro a ser analisado neste estudo, é extenso e contém muitos princípios interessantes que poderiam ser discutidos aqui. No entanto, serão destacados apenas alguns dos seus objetivos específicos, em especial aqueles que poderão contribuir com a reflexão aqui proposta: O objetivo I - “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica [...]” merece reflexão à medida que o mesmo admite que para se falar em desenvolvimento rural sustentável para comunidades quilombolas, há que se pensar na existência de garantias, mínimas que sejam, de que um dia terão o título do território que tradicionalmente ocupam para sua sobrevivência. Concorda-se com Shiraishi Neto (2007, p.30) que ao se partir do “pressuposto de que se os direitos devem ser plenos, é imprescindível garantir aos povos e comunidades tradicionais a sua reprodução física e social, consubstanciada numa ‘prática social’, que se relaciona a um modo de ‘criar’, de ‘fazer’ e de ‘viver’”. A presença desse objetivo na da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pode ser

interpretado como uma oportunidade, à medida que pressupõe que as comunidades tradicionais deverão ter garantido, pelo menos na lei, um local onde poderão materializar seus projetos de desenvolvimento rural. É claro que essa interpretação pode não agradar a todos, principalmente aos que acreditam que para interpretar um texto jurídico, é preciso ser especialista no assunto e “para ser especialista, você tem que ser credenciado pelas autoridades competentes; são elas que ensinam a falar a linguagem correta, a citar as autoridades corretas, a sujeitar ao território correto” (SAID, 2005, p.28).

O terceiro objetivo que trata da implantação de infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais, merece reflexão em um estudo preocupado em apontar oportunidades e ameaças ao desenvolvimento das comunidades tradicionais. Para tanto, basta tomar consciência do fato das comunidades quilombola, de uma maneira geral, estarem localizadas em locais de difícil acesso, cujas estradas que as ligam ao centro do município ao qual pertencem, costumam ficar intransitáveis durante as épocas de chuvas, dificultando o escoamento da produção dessas comunidades e conseqüentemente e diminuindo a margem de lucro das mesmas. Dessa forma ter garantido em lei a possibilidade de resolver e sanar a ameaça representada pela inadequação das estradas de acesso à comunidades quilombola poderá ser oportunizador ao desenvolvimento sustentável das mesmas.

De todos os objetivos citados, no texto do referido Decreto N.º 6.040, quer nos parecer que o décimo quarto merece destaque especial, pois o mesmo assegura a essas comunidades o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade. Essa reflexão é necessária aqui porque uma busca rápida nos bancos de dados da imprensa escrita poderá mostrar que as comunidades tradicionais vêm sofrendo constante perseguição por parte daqueles que não lhes reconhecem o direito às suas terras. São perseguições violentas, que têm resultado inclusive em algumas mortes. A comunidade participante deste estudo é um exemplo dessa violência, pois no dia 18 de julho de 2008, teve três de suas casas incendiadas por jagunços ainda não identificados. Os quilombolas do Varzeão ainda temem por novos ataques à integridade do grupo, por saberem seu território localizado

em uma área disputa entre madeireiras. Fatos como esse contribuem para desmotivar a comunidade, no que se refere ao seu desenvolvimento sustentável, o que é compreensível, pois é possível pensar em desenvolvimento, se não tiverem direitos básicos, como por exemplo, sua integridade física garantida?

Partindo-se do pressuposto de que esta pesquisa levantou o conhecimento etnobotânico dos quilombolas do Varzeão, reconhecendo-o como uma fortaleza a ser potencializada em prol do seu desenvolvimento sustentável, o 15º objetivo do decreto N.º6.040 (PNCT), que argumenta a favor da necessidade de se reconhecer e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais, merece uma profunda reflexão. Em primeiro lugar, o fato de em nossas instituições de pesquisa, só reconhecerem os chamados “conhecimentos científicos”, tem contribuído para a desvalorização dos conhecimentos tradicionais. Isso é grave porque implica em não reconhecer os pressupostos civilizatórios presentes nessas comunidades, marginalizando-as e as obrigando a adotar como corretos os pressupostos civilizatórios presentes no pensamento ocidental hegemônico. Para reforçar essa argumentação é pertinente trazer para esse contexto as reflexões de Boaventura de Souza Santos, um pensador contemporâneo, que vem discutindo essas questões postas pela modernidade e pela hegemonia da ciência moderna. Boaventura entende que essas comunidades tradicionais são formadas por pessoas, homens e mulheres. Isso permite concluir que todas as práticas de conhecimento correspondem também à práticas sociais. Entretanto, muito desse conhecimento tem sido rejeitado na modernidade. Essa rejeição tem trazido enormes danos para essas pessoas. Um exemplo desse fato é a rejeição do conhecimento dos indígenas. Rejeitar esse conhecimento é o mesmo que rejeitar essas comunidades. “É por isso que eu costumo dizer que os genocídios , que a modernidade de alguma forma caucionou, foram sempre acompanhados de epistemicídios” (MALERBA, 1995, p. 14). Na prática isso quer dizer que ao desvalorizar-se esses conhecimentos, matou-se esses conhecimentos e, conseqüentemente, exterminou-se esses grupos. “E quando eu digo matar pode ser enfim uma metáfora de liquidação efetivamente no sentido literal, mas pode ser uma metáfora para a marginalização, para a supressão, ridicularização, etc.[...].” (MALERBA, 1995, p.14).

Por fim, cabe aqui ainda uma reflexão sobre o 17º artigo da PNPCT que apóia e garante a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais. Esse é um outro aspecto que merece ser indagado. O que será que significa respeitar o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais? Ao nosso ver significa entender que esses povos possuem uma forma de pensar o mundo diferente da ocidental hegemônica. Assim, chegar em uma comunidade e impor a nossa forma de organização, achando que estamos lhes oportunizando desenvolvimento, pode ser um procedimento equivocado.

5.1.8.2 Alguns pontos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Falar em desenvolvimento sustentável de comunidades quilombola pressupõe discutir o principal documento que hoje instrui o modelo de assistência técnica a ser implementado nos projetos de desenvolvimento rural de comunidades tradicionais, seja essa assistência técnica fornecida por órgãos estatais ou por outras iniciativas existentes na sociedade. Estamos falando da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Assim, pensou-se que o conceito de extensão rural para comunidades quilombola contemplado na Pnater merece reflexão. Partindo-se do pressuposto de que a prática de extensão rural no Brasil existe há décadas, como explicar o fato dessa assistência técnica ter contribuído de maneira pouco significativa para a promoção do desenvolvimento rural sustentável de comunidades como a do Varzeão? Que tipo de assistência era essa? Promovia o desenvolvimento de quem e para quem? A atual Pnater tem pressupostos diferentes daqueles praticados nos velhos modelos de extensão?

O atual documento que instrui os procedimentos para o desenvolvimento rural sustentável para pequenos produtores, incluindo as comunidades quilombola é muito recente. De acordo com Brasil (2004) a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) só assumiram as ações de Assistência técnica e extensão rural no país a partir do Decreto Nº. 4.739, de junho de 2003 e uma das primeiras atitudes foi a elaboração da Pnater. O texto da política é extenso, por isso

serão destacados apenas alguns compromissos que forem considerados relevantes ao processo de desenvolvimento das comunidades quilombola.

Assim, de acordo com Brasil (2004), o novo modelo de assistência técnica de extensão rural nasce de uma reflexão crítica aos aspectos negativos do pacote da Revolução Verde, e de outros problemas que os estudos sobre os modelos convencionais de agricultura tem denunciado, como por exemplo, os baseados no difusionismo em que os técnicos acabavam por desempenhar apenas o papel de elaboradores de projetos (PINTO, 2005). O fato é que o Estado pretende oferecer, por meio dessa nova política, um instrumento capaz de contribuir com outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura (BRASIL, 2004).

O embasamento teórico da Pnater informa que a nova concepção da política de assistência técnica parte de pressupostos considerados básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. A forma com que se pretende que a mesma seja implementada também é oportunizador para as comunidades quilombola.

Há que se destacar o fato do texto da Pnater ser bastante claro no que se refere ao seu público: “as populações de [...], extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF” (BRASIL, 2004, p.9).

Assim, *a priori* alguns princípios e diretrizes que orientam a nova política, podem ser considerados especialmente oportunos ao desenvolvimento rural sustentável das comunidades quilombolas, por exemplo, os que salientam que os serviços de assistência técnica deverão ser executados por meio de metodologias participativas, sendo que o papel a ser desempenhado por seus agentes é o educativo, ao atuarem como facilitadores dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Também ponderam sobre a necessidade das ações de assistência técnica e extensão rural privilegiarem “o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos [...] dos povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, [...] Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova assistência técnica pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas [...]” (BRASIL, 2004).

Dentre as diretrizes dessa política que poderão fazer a diferença no que diz respeito à criação de oportunidades ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombola, estão as que: a) buscam assegurar que as ações de assistência técnica contemplem todas as fases das atividades econômicas, indo da produção à comercialização e abastecimento, observando as especificidades das diversas cadeias produtivas; b) impliquem em conservação e recuperação dos agroecossistemas e à proteção da biodiversidade; c) visam garantir que os planos e programas de assistência técnica, desenvolvidos nos diversos territórios e realidades, reconheçam as diversidades étnicas, de raça, de gênero, dentre outras, presentes nos agroecossistemas; d) viabilizem ações de assistência técnica dirigidas especificamente para a capacitação da juventude rural, estimulando o processo de sucessão na produção familiar; e) sejam voltadas para a construção da equidade social e valorização da cidadania, para superar a discriminação de categorias sociais, como [...] quilombolas e indígenas (BRASIL, 2004).

Todas as diretrizes supracitadas são importantes ao desenvolvimento das comunidades quilombola. Assim, a atual Pnater por contemplar concepções, princípios e embasamentos diferentes dos antigos modelos de assistência técnica praticados até então no Brasil, considera-se que a mesma seja oportunizadora de vantagens ao desenvolvimento das comunidades quilombola.

5.1.8.3 A Portaria N.º 125 (Paraná, 2009)

Considerando que há plantações do gênero *Pinus* no entorno da comunidade quilombola do Varzeão, e que as mesmas representam uma ameaça à biodiversidade local e a perpetuação das condições necessárias à transmissão do conhecimento etnobotânico da comunidade, a Portaria nº.125/2007 do Instituto Ambiental do Paraná (PARANÁ, 2009), à medida que reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado e estabelece normas de controle para as mesmas, é oportunizadora ao desenvolvimento sustentável da comunidade.

A oportunidade aparece no artigo 1º dessa Portaria que reconhece como espécies exóticas invasoras no Estado do Paraná as espécies de flora e fauna

relacionadas nos Anexos 1, 2 e 3 da mesma. Dentre as espécies mencionadas no Anexo 1 da referida Portaria está o gênero *Pinus*.

5.1.8.4 A Lei n.º 11.645 de 10 de março de 2008

A Lei n.º 11.645/2008 altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Em seu Art. 26 obriga todos os estabelecimentos de ensino, do fundamental ao médio, a incluírem o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira e indígena. Em § 1º especifica o conteúdo a ser trabalhado nas escolas: o conteúdo programático a que se refere o Art. 26 incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Essa lei é oportunizadora para a comunidade quilombola aqui em estudo, pois representa uma possibilidade concreta da escola local trabalhar os pressupostos civilizatórios africanos com os jovens e crianças quilombola.

6 A ANÁLISE DAFO

6.1 FORTALEZAS E DEFICIÊNCIAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE DO VARZEÃO

a) O conhecimento etnobotânico da comunidade sobre o uso terapêutico das espécies

Fortalezas: Em primeiro lugar o conhecimento sobre o uso terapêutico de espécies vegetais presentes na comunidade os torna independentes do Sistema Único de Saúde (SUS), pelo menos no que se refere ao tratamento dos males menores. Um exemplo, é o procedimento por eles usado para amenizar ataque de verminoses, o qual chamam de “crise de bichas”. No final das contas isso representa um ganho porque evita que os quilombolas gastem seus poucos recursos financeiros comprando medicamentos industrializados e direcionem esses recursos para satisfazer outras necessidades. Assim, o conhecimento etnobotânico que já é explorado por meio de extrativismo, no uso com o auto-cuidado, poderia também ser explorado em sistemas de produção do tipo agroflorestal ou agroecológico (SCHIMITT; TYGEL, 2009). Esses sistemas não exigem grandes áreas, porém necessitam de muita mão-de-obra (LOURENZANI, LOURENZANI, BATALHA, 2004). O fato de não exigirem muito mais do que a força de trabalho empregada, faz com que sejam apropriados para comunidades quilombola.

É importante ressaltar que o fato dos quilombolas do Varzeão viverem em área de domínio de Floresta Atlântica, os faz conhecedores de espécies endêmicas, o que pode ser considerado uma vantagem em relação a outros tipos de pequenos agricultores que não têm esse recurso disponível.

Deficiências: Embora o conhecimento etnobotânico dos quilombolas do Varzeão possa ser explorado em sistemas de cultivo ou do tipo extrativista, tanto um como o outro depende da transmissão desse conhecimento os mais jovens. Entretanto, o pouco interesse dos jovens no conhecimento etnobotânico poderá afetar o sucesso de uma atividade desse tipo. Além disso, o fato dos quilombolas, devido às questões ligadas à sua ancestralidade, preferirem coletar as plantas ao invés de cultivá-las, indica que a

chance de sucesso da atividade será maior se a opção for por extrativismo. Porém, o sistema extrativista exige manejo adequado para manter a sustentabilidade do ecossistema natural e garantias de áreas naturais.. Uma outra questão a ser considerada com relação às atividades que explorem os sistemas de produção baseados em cultivo do tipo agroflorestal, é que os mesmos embora em menor escala, também necessitam de algumas estruturas como viveiros, estufas e outros. A falta de capital próprio para investir os obrigará a captar os recursos junto ao governo federal ou estadual. Em qualquer um dos casos, o acesso a esses recursos se dá por meio de editais divulgados na rede mundial de computadores. A baixa escolaridade, a falta de conhecimento em elaboração de projetos e falta de conhecimentos específicos no da tecnologia digital, poderá dificultar o acesso ao recurso.

b) O desejo interno da comunidade por melhorar sua qualidade de vida

Fortalezas: Há um desejo interno da comunidade em melhorar a qualidade de vida dos seus moradores por meio de estratégias de desenvolvimento rural, identificado na fala dos moradores, como por exemplo:

“Minhas expectativas são grandes porque faz tempo que estamos querendo aprender mais coisas que nos ajudassem a aumentar nossa renda. Minha vontade de produzir alguma coisa e vender é tão grande, que eu e meu marido fomos a pé até a cidade de Dr. Ulysses (são 17 quilômetros) tentar obter informações sobre financiamento para a produção de mel”.

Olha só quanta cana, dona. Fico triste em pensar que tudo isso vai se perder, porque na forma de cana não tem valor, mas se nós pudéssemos fazer garapa, rapadura ou doce com essa cana, conseguiríamos algum dinheiro. Mas para isso precisamos ter uma moenda, um local para fazer o doce e informações sobre como produzir doces para vender”.

Esse desejo encontra-se fortalecido pela existência de ambiente político favorável, tanto na esfera estadual quanto na federal.

Deficiências: O desejo de promover o desenvolvimento rural sustentável evidenciado pela comunidade e fortalecido pelo ambiente político favorável, encontra-se fragilizado pela falta de escolaridade e de formação dos quilombolas, necessárias para lidar com a burocracia estatal.

c) Interesse da comunidade por tecnologias apropriadas ao desenvolvimento rural sustentável

Fortalezas: O interesse da comunidade em aprender tecnologias apropriadas ao seu desenvolvimento rural sustentável, poderá ser viabilizado se a mesma for capaz de exigir das autoridades competentes, a assistência técnica necessária para o aprendizado de acordo com suas especificidades de comunidade quilombola.

Deficiências: A falta de organização e articulação da comunidade com as demais comunidades quilombola paranaenses os tornam vulneráveis, dificultando cobranças dos seus direitos junto às autoridades competentes.

d) A existência de uma escola na comunidade

Fortalezas: A existência de uma escola para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental pode ser considerada uma fortaleza a ser usada não só para erradicar o analfabetismo, como também para melhorar o índice de escolaridade dos moradores. Entretanto, essa fortaleza se encontra vulnerável em função de três deficiências identificadas:

Deficiências: a) O fato da comunidade ainda não ter uma organização forte a impede de exigir que tanto as autoridades municipais, quanto as estaduais cumpram com o disposto na Lei N.º 10.639/2003 que dispõe sobre a obrigatoriedade dos conteúdos referentes à História e Cultura da África serem ministrados no âmbito de todo o currículo escolar do ensino fundamental e médio; b) a perda gradativa da “cultura africana” e “indígena” pelo fato dos jovens estarem perdendo o interesse pelo etnoconhecimento dos mais velhos; c) a falta de perspectivas dos jovens em relação à obtenção de renda por meio de atividades locais, faz com que se desloquem para as cidades em busca de melhores oportunidades de empregos, fazendo com que percam a possibilidade de convívio com os mais velhos, deixando de construir valores do ponto de vista da comunidade, para construí-los apenas a partir dos valores individuais da vida urbana, provocando assim o declínio dos valores tradicionais da comunidade.

6.2 AS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL DA COMUNIDADE DO VARZEÃO

a) As plantações de *Pinus*

Oportunidades: Do ponto vista puramente econômico, as empresas que plantam *Pinus* representam uma oportunidade de emprego para os quilombolas, porque não requerem mão-de-obra qualificada para a execução do trabalho. É importante frisar que o fato dos quilombolas possuírem um baixo índice de escolaridade coaduna com as exigências das reflorestadoras.

Ameaças: Por outro lado, do ponto de vista da sustentabilidade, da dimensão ambiental e cultural, as plantações de *Pinus* ameaçam a reprodução social dos quilombolas, porque representam um perigo à biodiversidade local, além de provocar erosão dos solos, contaminação do solo e da água por produtos químicos e desequilíbrio do ciclo hidrológico.

b) Programas e recursos financeiros disponíveis ao DRS das comunidades quilombolas

Oportunidades: O fato de existirem programas e um orçamento do governo federal específico para as comunidades quilombola é oportunizador ao seu DRS.

Ameaças: Entretanto tanto os entes federais quanto os estaduais quando disponibilizam recursos para projetos de desenvolvimento, o fazem por meio de editais divulgados na rede mundial de computadores. No que se refere aos recursos financeiros foram identificadas duas ameaças: a) para participar dos editais, elaborar projetos, fazer planilhas de cálculo, dentre tantas outras coisas que são exigidas nos editais seria necessário que os quilombolas recebessem uma formação adequada. Na atualidade, o baixo índice de escolaridade dos mesmos dificulta o acesso a esses recursos; b) inexistente no Paraná um orçamento específico para os projetos de DRS das comunidades quilombola, fazendo com que essas comunidades disputem recursos com os outros brasileiros ou se tentem se enquadrar nos em programas do tipo Pronaf.

c) Possibilidade dos Quilombolas receberem assistência técnica e extensão rural (Ater)

Oportunidades: O Instituto Emater dispõe de um agente de desenvolvimento formado em agronomia no município de Dr. Ulysses, local onde está localizada a comunidade em estudo.

Ameaças: Por um lado o fato de a Emater possuir um técnico para trabalhar com ações de Ater com os quilombolas é oportunizador ao seu DRS. Por outro lado, essa oportunidade de Ater está ameaçada pela falta de estrutura do Instituto Emater, pois Dr Ulysses possui um único agente para atender uma demanda, que de acordo com o IBGE (2000), representavam 1.300 famílias rurais, sendo que 90% das mesmas são pequenos produtores rurais (CAMACHO;ALMEIDA, 2004). São muitas famílias para serem atendidas, junte-se a isso o fato da falta de estrutura ao trabalho, como falta de gasolina, falta de um veículo adequado para transitar em estradas que se tornam intransitáveis nas épocas de chuvas. Além de tudo isso que foi relatado, até 2008 nenhum técnico do Instituto Emater havia recebido formação adequada para trabalhar com as comunidades quilombola. O fato desses agentes de desenvolvimento desconhecerem as especificidades das comunidades quilombola poderão comprometer a qualidade das ações de Ater para o desenvolvimento rural sustentável das comunidades quilombola.

d) A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)

Oportunidades: A Pnater é o mais novo instrumento que orienta as ações de Ater no país. Por priorizar as comunidades tradicionais, e todos os pequenos produtores de uma maneira geral, representa um verdadeiro avanço ao desenvolvimento rural dessas populações.

Ameaças: A comunidade em estudo como já foi mencionado se localiza em Dr. Ulysses, que por sua vez é o segundo pior IDH-M do Paraná. O problema está no fato da Pnater contar com a ajuda dos municípios locais onde estão as comunidades para a obtenção dos recursos financeiros aos projetos de desenvolvimento sustentável. No caso da comunidade do Varzeão, devido à pobreza do município, isso poderá limitar ou mesmo restringir o acesso a esses recursos.

e) A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a infra-estrutura

Oportunidades: a PNPCT estabelece a obrigatoriedade dos órgãos governamentais fornecerem a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais.

Ameaças: a atual inadequação das estradas que ligam a comunidade ao município de Dr. Ulysses e municípios vizinhos dificulta o desenvolvimento rural sustentável da comunidade do Varzeão. Assim, o fato de existir uma lei estabelecendo a necessidade dessa infra-estrutura é oportunizador ao drs da comunidade.

f) A Lei n.º 11.645/2008

Oportunidades: essa lei ao estabelecer que as escolas têm obrigação de ensinar sobre História e Cultura Afro-brasileira e indígena, torna-se um excelente instrumento para a comunidade do Varzeão exigir que as crianças e jovens da mesma, recebam uma educação que também contemple os pressupostos civilizatórios africanos e indígenas. Devido ao fato da escola, na atualidade, não valorizar esses conhecimentos, aliado ao desinteresse dos jovens pelo conhecimento tradicional dos mais velhos, há um risco em potencial de perda da “cultura africana” e com isso do conhecimento etnobotânico.

6.2.1 Síntese das principais fortalezas, debilidades, ameaças e oportunidades ao desenvolvimento rural sustentável da comunidade do Varzeão

A Figura 11 sintetiza as principais potencialidades e desafios encontrados ao desenvolvimento rural sustentável do varzeão, já discutidas anteriormente. Esta síntese representa o produto final da metodologia DAFO, que será usada para fazer uma análise da realidade local, reflexões e possíveis recomendações a um plano de desenvolvimento local.

FIGURA 11. - SÍNTESE DA ANÁLISE DAFO CONTENDO AS POTENCIALIDADES E DESAFIOS AO DRS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO VARZEÃO



FONTE: AUTORA (2010)

7 CONSIDERAÇÕES, REFLEXÕES E ANÁLISES FINAIS

Nesta pesquisa se ousou elencar o conhecimento etnobotânico dos quilombolas do Varzeão a partir de sua realidade local, respeitando seus valores, forma de falar e de entender o mundo e o desenvolvimento.

Assim, além de se constatar que a Comunidade Quilombola do Varzeão conhece 112 espécies de vegetais, distribuídas em 9 categorias de uso, com destaque para o uso terapêutico das espécies, também se evidenciou que esse conhecimento, considerado uma fortaleza ao DRS, corre sérios riscos de se perder, devido a fatores tanto do contexto interno da comunidade como no externo.

No obstante, essa pesquisa tinha outros objetivos e para que fossem atingidos, verificou-se quais e quantos dos vegetais conhecidos pelos quilombolas teriam finalidades medicinais, as partes mais utilizadas, o modo de preparo e indicações de uso. Constatou-se que das 112 espécies citadas, houve destaque para a categoria medicinal para humanos. Nessa categoria, os quilombolas demonstraram conhecer 85 espécies de vegetais, distribuídas em 81 gêneros e 46 famílias botânicas, com destaque para a família Asteraceae com 14 espécies. As folhas são as partes dos vegetais mais utilizadas por eles para preparar os remédios, correspondendo a 50% do total mencionado. Dessa forma, concluiu-se que a maior fortaleza presente hoje na comunidade é o seu conhecimento sobre o uso medicinal das espécies do seu ecossistema local. Pode ser que esse fato tenha contribuído para que a comunidade sobrevivesse todos esses anos totalmente excluída das políticas públicas de saúde.

Ao observar o contexto local ficou evidente que todo esse conhecimento se encontra fragilizado por vários motivos, internos à comunidade (como o desinteresse dos jovens) e externos como as plantações de *Pinus* no entorno da mesma. O desinteresse dos jovens pelo conhecimento dos mais velhos precisa ser considerado, pois pode levar à perda do conhecimento e da cultura, pela falta de perpetuação. Esse fato parece estar vinculado à falta de valorização dos valores civilizatórios africanos e indígenas presente em nossa sociedade, que por sua vez é reproduzido pela escola. No entanto essa fragilidade poderá ser amenizada se a comunidade, organizada politicamente, impor o cumprimento da lei n.º 11.645/2008, exigindo que os professores

que forem lecionar na escola da comunidade receba a formação necessária para trabalhar com os pressupostos civilizatórios das culturas africanas e indígena.

Da mesma forma, a ameaça ao conhecimento etnobotânico dos quilombolas representada pelas plantações de *Pinus*, também poderá ser mitigada usando-se como instrumento a Portaria n.º 125/2009 que regulamenta plantações de exóticas como o *Pinus*. Espécies de *Pinus* e demais exóticas, sem o devido manejo, podem ocasionar a contaminação biológica do ecossistema local e comprometer seriamente a biodiversidade, impedindo dentre tantas outras coisas, que os quilombolas tenham ao seu dispor as espécies necessárias à sua reprodução social.

Não obstante, foram observadas outras fragilidades na comunidade que precisam ser amenizadas para que o conhecimento etnobotânico possa ser usado em um futuro plano de desenvolvimento local. Um exemplo é a baixa escolaridade entre os quilombolas, pois dentre as 53 pessoas em idade de freqüentar a escola regular ou supletiva, 14 (7,42%) não possuem nenhuma escolaridade e 28 pessoas (14,84%) entre os jovens e adultos em idade produtiva, possuem o ensino fundamental incompleto, sendo que alguns pararam de estudar nas séries iniciais do ensino fundamental. Também desconhecem o uso da tecnologia digital. Essa fragilidade poderá ser amenizada pela escola local.

Dentre as oportunidades que a comunidade poderá usar para promover o seu DRS merece destaque a existência de recursos financeiros por parte do governo federal para o financiamento dos seus projetos e a possibilidade dos mesmos contarem com ações de Ater, fundamentadas em uma política nacional de assistência técnica e extensão rural, com ênfase no DRS de comunidades tradicionais e pequenos produtores de um modo geral. Porém, essa oportunidade encontra-se ameaçada pela constatação da falta de formação dos agentes de Ater e pela falta de estrutura oferecida pelo Instituto Emater aos seus agentes de desenvolvimento em Dr. Ulysses. No que se refere aos recursos financeiros, é possível afirmar que a forma com estão sendo disponibilizados hoje, por meio de editais, e divulgados por intermédio da rede mundial de computadores, poderá limitar ou restringir o acesso ao crédito, pois acessar esses recursos exige conhecimentos específicos na área de elaboração de projetos, dentre

outros, que os quilombolas não possuem no momento, portanto, em um futuro plano de desenvolvimento local, há que se considerar essa questão.

Outra ameaça ao DRS da comunidade quilombola, qualquer que seja seu potencial a ser considerado em prol do seu DRS, é o fato das estradas vicinais se tornarem inadequadas em épocas de chuvas, isolando e impedindo o acesso da comunidade à educação, saúde, possibilidade de escoamento de produtos, dentre outros. Embora seja um dos maiores desafios ao DRS da comunidade do Varzeão, a existência da Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, que em seu bojo contempla a obrigatoriedade dos órgãos públicos providenciarem infraestrutura (incluindo a adequação de estradas) para o DRS das comunidades tradicionais parece apontar para uma solução.

Espera-se ter demonstrado que a complexidade existente no contexto do desenvolvimento rural sustentável de uma comunidade quilombola, exige uma outra forma de pensar, diferente da que está presente em nossa sociedade, onde prevalece a globalização neoliberal. Constatou-se que trabalhar a problemática do desenvolvimento rural sustentável exige dos profissionais envolvidos a noção de outras dimensões além da econômica. Necessitarão levar em conta, a histórica, a ambiental, a legal, a cultural, e todas as outras que estiverem envolvidas nesse processo. Para tanto, o paradigma linear, ainda presente nas instituições de pesquisa, por ter como característica o estudo dos problemas fora do seu contexto, sozinho parece não ser suficiente para promover um desenvolvimento rural sustentável baseado na justiça social e ambiental, na equidade e no respeito aos valores do outro, por isso a necessidade de pensar o desenvolvimento rural sustentável a partir do pensamento complexo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. de. **Introdução à etnobotânica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

ALMEIDA, A. W. B de. Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais. In: Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. **Territórios quilombolas**. Boletim Informativo do NUER nº2, vol.2, 2005.

ARCANJO, F. E. Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado 306/95: Soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a.34.133,p.287-304, jan/mar.1997.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006, p. 212

ATTUCH, I. M. **Conhecimentos tradicionais do cerrado**: sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira. 118 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BÂ, A. H. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena: Casas das Áfricas, 2003.

BANKOVA; *et al.* Phytochemical evidence for the plant origin of Brazilian propolis from São Paulo. *Z-Natuforsch*, C 54, (5-6), p. 401-405, 1999.

BANKOVA, V. S. Recent trends and important developments in propolis research. *Oxford Journals, Alternat Med.* n.º1, v.2, p.29-32, 2005. Disponível em:< <http://ecam.oxfordjournals.org/cgi/content/abstract/2/1/29>> Acesso em : 20 de janeiro de 2010.

BARBOSA RODRIGUES, J. **A botânica**: nomenclatura indígena e seringueiras. Rio de Janeiro: IBAMA/Jardim Botânico, Imprensa Nacional, 1992.

BUDEL, J. M.; DUARTE, M.R; SANTOS, C. A. M. Parâmetros para análise de carqueja: comparação entre quatro espécies de *Baccharis* spp. (Asteraceae). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, n.º1, vol.14, p.41-48, 2004.

BARROS, J.F.P de. **O segredo das folhas**: sistema de classificação de vegetais no candomblé jêje-nagô do Brasil. Rio de Janeiro Pallas/UERJ, 1993.

_____. **Na minha casa**: prece aos orixás e ancestrais. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BARROS, J. F. P. de; NAPOLEÃO, E. **Ewé òrìsà**: uso litúrgico dos vegetais nas casas de candomblé Jêje-nagô. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 09 jan. 2003 Disponível em:< www.planalto.gov.br/.../Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 28 de janeiro de 2010. Acesso em: 28 de janeiro de 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. MDA/SAF/DATER: 2004.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro. **Certidão de auto-reconhecimento da comunidade negra do Varzeão como Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**. Livro de Cadastro Geral n.º06, Registro n.567, fl.77. Brasília, 19 de maio de 2006.

_____. **Portaria N.º 971**, de 3 de maio de 2006. Aprova a política nacional de práticas integrativas e complementares (PNPIC) no sistema único de saúde. Brasília (DF), 4 de maio de 2006. D.O.U, seção 1, p.20-5.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. Texto de 01 de setembro de 2006, consolidado com as contribuições apresentada pelos membros da Comissão para a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT de 30, 31 de agosto e 01 de setembro de 2006. Subsídios para as Oficinas Regionais a realizarem-se no período de 14 a 23 de setembro de 2006. Disponível em:< www.mds.gov.br/.../povos...tradicionais.../politica-nacional-de-desenvolvimento>. Acesso em: 28 de dezembro de 2006.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Programa Brasil Quilombola**: comunidades quilombolas brasileiras, regularização fundiária e políticas públicas. Brasília:2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Chamada de projetos de Ater - 2008**. Brasília: 2008. Disponível em:<<http://www.iter.mg.gov.br/noticias.php?type=1&cod=130>>. Acesso em 28 de janeiro de 2010.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CAMACHO, V. C. A.; ALMEIDA, B. L. A construção coletiva do plano de desenvolvimento sustentável: uma experiência do município de Doutor Ulysses-PR. In: Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. CAMARGO, G.; CAMARGO, F. M.; FÁVARO, J. L. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2004.

CAMPOS, M. D. Etnociência ou etnografia de sabers, técnicas e práticas? In: Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste, 1.,2002, Rio Claro(SP). **Anais**. Rio Claro(SP): UNESP/CNPq, 2002. p.47-92.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CASSEL, E.; *et. al.* Extraction of Baccharis Oil by Supercritical CO₂. **Revista Industrial & Engineering Chemical Research**, v. 39, n. 12, p. 4803-4805, 2000.

CASTELLUCCI, S.; *et. al.* Plantas medicinais relatadas pela comunidade residente na Estação Ecológica d Jataí, Município de Luis Antonio/SP: uma abordagem etnobotânica. **Revista Brasileira de plantas Mediciniais**. V.3, n.1, p.51-60, 2000.

CLÉMENT, C. R. 1492 and the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources. I The Relation Between Domestication and Human Population Decline. **Economic Botany** 53(2):188-202. 1998.

COSTA, M. A. G. **Aspectos etnobotânicos do trabalho com plantas medicinais realizado por curandeiros no município de Iporanga**, SP.134 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Agrônômicas/Horticultura). Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2002.

CREPALDI, M. O. S. Etnobotânica na Comunidade Quilombola Cachoeira do Retiro, Santa Leopoldina, espírito Santo, Brasil (Dissertação de mestrado). 65f. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Escola Nacional de Botânica Tropical, 2007.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e prática. São Paulo: Gaia, 1994.

DIAS, V. Planta conhecida como leiteiro de vaca inibe letalidade de veneno de cascavel. Agência USP de notícias. Ago, 2004. Disponível em:<www.usp.br/agen/repgs/2004/imprs/138.htm>. Acesso em: 16.10.07.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentável: da crítica dos modelos aos novos paradigmas, 1992. Disponível em:<www.preac.unicamp.br/eaunicamp/arquivos/diegues_rattner.pdf> Acesso em 28 de janeiro de 2010.

DORIGONI, P. A. et. al. Levantamento de dados sobre plantas medicinais de uso popular no município de São Jpão do Polêsine, RS, Brasil. I – Relação entre enfermidades e espécies utilizadas. **Revista Brasileira de plantas Medicinai**s. V.4, n.1, p.69-79, 2001.

EVANGELISTA-RODRIGUES, A. produtos apícolas: avanços na produção e comercialização. Universidade Federal da Bahia. <Disponível em: www.abz.org.br/.../3713-Produtos-Apcolas-Avanos-Produo-Comercializao.html> Acesso em: 28 de janeiro de 2010.

FRANÇA, N. P. Conservação e desenvolvimento: o caso dos quilombolas do campinho da independência (APA de Cairuçu, Paraty, RJ). Tese (Doutorado na Escola de Engenharia de São Carlos), 140 f. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P.**Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FORD, R. Ethnobotany: historical diversity and syntesis. In: R. Ford. The nature and status for ethnobotany. Ann Arbor, Museum of Anthropology, Michigan University, 1980.

GALEANO, G. Forest use the Pacific Coast of Chocó, Colombia: a quantitative approach. **Revista Economic Botany**, n.º54, vol.3, p.358-376.

GARLET, T.M. B; IRGANG, B. E. Plantas medicinais utilizadas na medicina popular por mulheres trabalhadoras rurais de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de plantas Mediciniais**. V.4, n.1, p.9-18, 2001.

GOMES, F. dos S. **Histórias de quilombos**: mocambos e comunidades de senzalas no rj, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papyrus, 2005.

GUERRA, M. P.; NODARI, R. O. Biodiversidade: aspectos biológicos, geográficos, legais e éticos, p.13-28. In: SIMÕES, C. M. O.; et al. (Org.). **Farmacognosia**: da planta ao medicamento. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GUIMARÃES, R. P. Desarrollo sustentable: ¿Propuesta alternativa o retórica neoliberal? **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales (Eure)**, nº61, p.-41-56, 1995.

_____. Desenvolvimento sustentável: da retórica à reformulação de políticas públicas. In: A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. BECKER, B. K.; MIRANDA, M.(Orgs). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro, p-13-44, 1997.

_____. A ecopolítica da sustentabilidade em tempos de globalização corporativa p.23-56. In: As dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. GARAY, I; BECKER, K. Petrópolis: Vozes, 2006.

HAVERROTH, M. **Etnobotânica**: uso e classificação dos vegetais pelos Kaingang, Terra Indígena Xaçepó. Recife: Nupeea: SBEE, 2007.

HEIRINCH , M.; et al. Medicinal Plants in méxico: healers consensus and cultural importance. **Soc. Sci. Méd.** v.47, n.11, p.1859-1871, 1998.

HERNANDÉZ-XOLOCOTZI, E. **El concepto de etnobotánica**. In: A. BARRERA (ed.). La etnobotánica: tres puntos de vista y una perspectiva. Xalapa, Instituto Nacional de Investigaciones sobre Recursos Bioticos, 1983.

HERSCH-MARTINEZ, P; CHÉVEZ, L. G. Investigación participativa en etnobotánica: alguns procedimentos coadyuvantes en ella. **Dimensión Antropológica** 8, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Manual de classificação da vegetação brasileira. Série Manuais Técnicos em Geociências, n.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira: 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

KABWASA, O.,N. O eterno retorno. **O correio da Unesco**. N.º12, p.14-15, 1982.

LOURENZANI, A. E. B. S.; LOURENZANI, W. L. ; BATALHA, M. O. Barreiras e oportunidades na comercialização de plantas medicinais provenientes da agricultura familiar. **Informações Econômicas**. v.34,n.3,p.15-25, 2004.

MALLERBA, J. Entrevista com o professor Boaventura de Souza Santos, **Cadernos de METEP**, ano 7, n.6. Maringá: DFE/CCH/UEM, 1995. p.9-34.

MARCUCCI *et al.*, 2001. Phenolic compounds from Brazilian própolis with pharmacological activities. **Journal of Ethnopharmacology**, v.74, n.2, 2001, p.105-112.

MARIOTTI, H. **Pensamento complexo**: suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS, I. Matéria-prima nacional. **Revista Globo Rural**, 2004. Disponível em:< <http://globoruraltv.globo.com/GRural/0,27062,LTO0-4370-134607,00.html>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2010.

MINAYO, M. C. de SOUZA. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____(Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001a

_____. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

NEGRELLE, R. R. B.; FORNAZZARI, K.R.C. Estudo etnobotânico em duas comunidades rurais (Limeira e Ribeirão Grande) de Guaratuba (Paraná, Brasil). **Revista Brasileira de plantas Mediciniais**. V.9, n.2, p.36-54, 2007.

O'DWYER, E. C. (Org.) Terra de Quilombos, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

PARANÁ. **Portaria N.º 125**, de 07 de agosto de 2009. Reconhece a lista oficial de espécies exóticas e estabelece normas de controle e dá outras providências. Curitiba, 07 ago. 2009. Disponível em: <www.institutohorus.org.br/.../Portaria_IAP_125_2009_Lista_Oficial.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2009.

PASA, M. C. **Etnobiologia de uma comunidade rebeirinha no Alto da Bacia do Rio Aricá Açu, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil**. 174 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

PEREIRA FILHO, J. Cresce o espaço das plantas na medicina. **Gazeta Mercantil**, São Paulo. p. 8-9, 11 a 17 abr. 2001.

PHILLIPS, O.; GENTRY, A. H. The useful plants of Tamboapata. Peru: I statistical hipoteses tests with a new quantitative technique. **Economic Botany** 47(1):15-32 a, 1993.

_____. The useful plants of Tamboapata. Peru: II statistical hipoteses tests with a new quantitative technique. **Economic Botany** 47(1):33-43b, 1993.

PINTO, L. de B. A importância da diversidade entre os iguais: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento no Pontal do Paranapanema – SP. Tese (Doutorado). 127 fl. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2005.

PINTO, E. P. P.; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais, em comunidades rurais, em área de Mata Atlântica – Itacaré, BA. **Acta Botânica Brasílica**, v.20, n.4, p.751-752, 2006.

RUSCHEINSKY, A.; DE VARGAS, S.H.N. Acroecologia e reforma agrária: integração possível e necessária. In: RUSCHEINSKY, A, *et al.* Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. In: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Terra e cidadania**. Curitiba: ITCG, 2008.

RODRIGUES, V. E. G.; CARVALHO, D. A. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio dos cerrados na região do Alto Rio Grande – Minas Gerais. **Revista Brasileira de plantas medicinais**. V.9, n.2, p.17-35, 2007.

SAID, E.W. **Representações do intelectual**: as conferências Reitch de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS *et al.* Brazilian própolis: physicochemical properties, plant origin and antibacterial activity on periodontopathogen. **Revista Phytotherapy research**, n.º3, vol.17, p.285-289, 2003.

SANTOS, J. F. L. ; AMOROZO, M.C.M; MING, L.C. Uso popular de plantas medicinais na comunidade rural de Vargem Grande, Município de Natividade da Serra, SP. **Revista Brasileira de plantas Mediciniais**. V.10, n.3, p.67-81, 2008.

SHIRAISHI NETO, J. **A particularização do universal**: povos e comunidades tradicionais face às Declarações e Convenções Internacionais. In: SHIRAISHI NETO (Orgs). Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SILVA, V. A. **Etnobotânica dos índios Fulni-ô (Pernambuco, Nordeste do Brasil)**. 128 f. Tese (Doutorado em Agronomia), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1997.

SIMÕES, C. M. O, et. al. **Plantas de medicina popular do rio grande do sul**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1988.

SOUZA, N. A. **Arranjos produtivos locais: o caso de chapas e laminados de Ponta Grossa**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2005.

SOUZA, L. F. Recursos vegetais usados na medicina tradicional do Cerrado (comunidade de Baús, Acorizal, MT, Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**. V.9, n.4, p.44-54, 2007.

STENBOCK, W. **Etnobotânica, conservação e desenvolvimento local: conexão necessária em políticas do público**. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia, vol 3. (Orgs.): RUMI, R. K. et al. Recife: Nupeea/SBEE, 2006.

ROSSATO, S. G.; LEITÃO-FILHO, H.; BEGOSSI, A. Ethnobotany of Caiçaras of the Atlantic Florest Coast (Brazil). **Economic Botany**, 53(4), p. 387-395, 1999.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, M. Apontamentos gerais sobre gestão. 2003. A análise DAFO. Disponível em: < www.dtr.iel.org.br/util/analise_swot.pdf >. Acesso em 10/01/2010.

TEIXEIRA, A. Biodiversidade e Políticas ambientais: renovando conceitos para a promoção do desenvolvimento. Prefácio à **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. In: GARAY, I.; BECKER, B. K.(Orgs.). Petrópolis: Vozes: 2006, p.09-19.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas, Petrópolis (RJ): Vozes, 2003, 685 p.

VERDI, G.L.; BRIGHENTI, C. M. I.; PIZZOLATTI, G. M. 2005). Gênero *Baccharis* (Asteraceae): aspectos químicos, econômicos e biológicos. **Revista Química Nova**, n.º1,v.28, p.85-94,2005.

ZILLER, S. R. A estepe gramíneo-lenhosa no segundo planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque à contaminação biológica. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias. Curitiba, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA O PROJETO: “AS POTENCIALIDADES ETNOBOTÂNICAS DA COMUNIDADE NEGRA DO VARZEÃO: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA?”	137
APÊNDICE 2 - QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM GESTOR A.....	145
APÊNDICE 3 – QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM GESTOR B.....	148
APÊNDICE 4 – QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM GESTOR C.....	151
APÊNDICE 5 – QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.....	154

APÊNDICE 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA O PROJETO: “AS POTENCIALIDADES ETNOBOTÂNICAS DA COMUNIDADE NEGRA DO VARZEÃO: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA?”

GUIA PARA LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO (1ª PARTE)

Nome do entrevistado:

N. Familiar:

Cadastro nº Data da entrevista:/...../.....

1. INFORMAÇÕES SOBRE O NÚCLEO FAMILIAR (LEVANTAMENTO SÓCIO-AMBIENTAL):

1.1 Quantas pessoas vivem no domicílio? Total =.....

(...) 0 – 10 anos

(...) 30 – 40 anos

(...) 10 – 20 anos

(...) 40 – 50 anos

(...) 20 – 30 anos

(...) mais de 50 anos

1.2 Há outras pessoas morando junto? Qual o parentesco? Qual a idade?

1.3 Qual o nível de instrução dos integrantes da família?

	Alfab.	Não – alfab.	1ª a 4ª comp.	1ª a 4ª incomp.	EF comp.	EF incomp.	EM comp.	EM incomp.	Superior
Pai									
Mãe									
Filhos									
Outros									

1.4 Religião predominante na família:

(...) Católica

(...) Evangélica

(...) Outra:.....

1.5 Todos trabalham na propriedade?

(....) Sim

(....) Não

1.6 Quem trabalha fora desenvolve qual atividade?

.....

.....

1.7 Tem alguém aposentado? Quantos?**2. SOBRE A SOBREVIVÊNCIA****2.1 Quais os alimentos preferidos pela família?**

	Alimentos preferidos	Comprados	Cultivados / Quintal	Da Floresta
Café da Manhã				
Almoço				
Lanche				
Jantar				

2.2 Faz algum tipo de artesanato?

(...) Sim

(...) Não

Qual?

Em que situação?

(...) Uso próprio

(...) Para vender

(...) Outros

Fabri. De utens. Domest. / Artes	Material	Adquiridos	Extraídos Floresta

2.3 Eletrodomésticos:

(...) Tv (...) Videocassete (...) DVD (...) Rádio (...) Aparelho de som (...)

Geladeira(...) Fogão a gás (...) Freezer

(...) Outro eletrodoméstico

3. SOBRE O LAZER E QUALIDADE DE VIDA DA FAMÍLIA**3.1 O que a família faz para se divertir?**

.....

.....

3.2 O que costuma fazer em dias santos e feriados?

Planta Méd.	Não Arbórea	Nativa Cultivada	Exótica	Ext. da Floresta	Floresce? Quando?	Frutifica? Quando?	Látex?	Text. Folha	Alt. Da planta	Cons.

4.2 SE NÃO USA PLANTAS MEDICINAIS NO PRESENTE:

4.2.1 Se já usou no passado e não usa mais, por que?

.....

4.2.2. Se nunca usou, por quê?

.....

4.2.3 Você gostaria de saber alguma coisa, ou tem alguma dúvida, sobre plantas medicinais? O quê?

.....

.....

4.2.4 Tem benzedadeiras na comunidade? Você costuma freqüentar?

.....

4.2.5 Já fez alguma simpatia?

.....

.....

Obs.: Se houver horto ou canteiro, procurar saber se pode tirar fotos ou amostras para exsiccatas e quando.

Anexo 1. cont. da questão 4 – SOBRE USO DE PLANTAS MEDICINAIS:

5. DADOS DA PROPRIEDADE

5.1 Área total da propriedade e/quintal:

5.2 Forma de apropriação da terra:

(...) Proprietário (...) Posseiro (...) Caseiro (...) Arrendatário(...) Outros

5.3 Tipo de habitação:

(...) Alvenaria (...) Madeira (...) Estuque

5.4 Tem esgotamento sanitário?

(...) Fossa Negra (...) Fossa séptica (...) Não tem

5.5 Qual o destino dado ao lixo orgânico?

5.6 Qual o destino dado a outros lixos?

5.7 Tem iluminação? Desde quando?

5.8 Quais os eletrodomésticos que acham imprescindíveis?

6. HISTÓRICO DA PROPRIEDADE

6.1 Tempo de moradia?

6.2 Como era aqui quando a família chegou? Havia floresta? Capoeira?

6.3 A casa sempre foi no mesmo lugar? Por que mudou?

6.4 Em relação ao lugar: O que mudou e por que mudou?

7. MANEJO DA PROPRIEDADE E/OU QUINTAL

Como denominam o espaço próximo à casa?	
O que tem nesse espaço (horta, pomar, galinheiro, etc.?)	
Quem cuida desse espaço?	
Fazem lavoura ou roça? O que plantam? (anuais)	
O que plantam no pomar? Ou próximo à casa (frutíferas)?	
Plantam árvores solteiras? Quais?	
Planta árvores consorciadas? Quais?	
Onde conseguem material para o plantio?	
Quantas horas / dia são gastas com o quintal?	
Quantas horas/dia são gastas na lavoura?	
Que plantas dão certo quando plantadas juntas? Quais não dão certo?	
Quais os implementos agrícolas que vocês usam?	
Usam algum tipo de adubo ou insumo na lavoura?	

8. MANEJO DA FLORESTA

	Plantas extraídas da Floresta	Arbórea	Herbácea	Látex	Alt. Da planta	Textura / Folhas
Ornamental						
Alimentação / Temperos						
Proteção (inveja, etc.)						
Faz. Utensílios domésticos (artesanatos)						

9. RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

9.1 Acha importante preservar a floresta? Por quê?

9.2 Qual a importância das árvores que estão às margens dos rios?

9.3 Qual a importância dos animais que vivem na floresta?

9.4 O que você acha das pessoas que caçam?

9.5 O que você acha das plantações de pinos no local?

APÊNDICE 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal

Curitiba, 07 de maio de 2008

QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM GESTOR A

- 1) Qual o seu entendimento por desenvolvimento?

- 2) E sobre DRS?

- 3) Tem aumentado a distância entre ricos e pobres. Em 1960 o salto foi de 30 vezes, 63 vezes em 1990 e 79 vezes em 1999. O senhor não acha que esses dados nos permitem questionar fortemente as teorias que postulam que o simples processo de crescimento possa resolver os problemas da pobreza, desigualdade e justiça social?

- 4) Quais os principais programas e ou políticas do Governo Federal para a agricultura?

- 5) Dentre esses programas e ou políticas quais os que o senhor considera prioritários e por quê?

- 6) Quais os programas e ou políticas públicas existentes no Paraná que o senhor considera prioritários e por quê?

- 7) Qual o seu entendimento sobre Povos e Comunidades Tradicionais?

- 8) Existe dentro do seu órgão uma equipe ou mesmo uma pessoa que trabalhe com as CT? Se existir, essa equipe ou pessoa recebeu formação para desenvolver esse tipo de trabalho? Por quê?

- 09) “A sabedoria exige uma nova orientação da ciência e tecnologia”. Para tanto, é necessário que haja métodos criativos, acessíveis à maioria e, sobretudo aplicáveis em pequena escala. Ou seja, práticas em pequena escala jamais poderão prejudicar o meio ambiente a ponto de devastá-lo, se comparadas à enorme degradação ambiental provocada pelas empresas transnacionais

amparadas por uma globalização perversa” (Schumacher, 1973). Apesar desse texto ter sido escrito há mais de três décadas, o Plano Nacional de Agroenergia Brasileiro, pautado na missão de “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira...” diz que o Brasil assumiu a liderança mundial na geração e implantação de uma moderna tecnologia de agricultura tropical. Na sua opinião como é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo? Ou seja, ter políticas para os pequenos (incluindo as comunidades tradicionais) e ao mesmo tempo ampliar a área para a agroenergia sem com isso ampliar a área desmatada e sem reduzir a área utilizada na produção de alimentos?

10) Expresse sua opinião sobre o PRONAF FLORESTAS.

11) Em 2007 o governo estadual destinou uma verba muito grande para o incentivo de plantio de pinus no Vale do Ribeira. Comente a questão levando em consideração o problema ambiental, territorial dos quilombolas e do desemprego no Vale.

12) O Decreto 6040 de 02/02/2007 em seu Art.1º institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, estabelecendo I-o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

Art.2ºA PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

PERGUNTA: O que o Estado (o seu órgão) tem feito para garantir isso? Qual o projeto ou programa que existe no seu órgão que tem técnicos com condições de entender essa situação específica?

13) Vários representantes de movimentos sociais se referiram ao debate que existe hoje entre agricultura familiar (visão do Graziano: se não estamos no mercado somos atrasados) e agricultura camponesa. Eles dizem que essa política (por exemplo, o Pronaf) que está aí para a agricultura familiar não atende o

agricultura camponesa (faxinalenses, quilombolas e outros) por vários motivos: não se preocupa com a dimensão política, cultural e nem histórica do desenvolvimento, apenas com a dimensão econômica; não discute a questão agrária, mas discute o mercado (o comércio da produção). Do jeito que o Pronaf está hoje (tecnificar a propriedade, repetindo a revolução verde) ele é fatal para o uso comum pois favorece o uso individual. Qual a sua posição sobre isso?

14) Qual o seu entendimento sobre qualidade de vida para os Povos e Comunidades Tradicionais?

15) Os poderes do seu cargo são limitados. Se não fossem, quais as atitudes que tomaria para melhorar a qualidade de vida desses Povos ou Comunidades Tradicionais?

16) Diga o que pensa da seguinte situação: embora tenha orçado o governo federal deixou de gastar R\$ 100,2 milhões que eram destinados à ações de reconhecimento dos direitos quilombolas e afro-descendentes (orçamento passado), representando 49,68% do total a ser gasto; entre 2004-2007 o MDA, responsável pela regularização fundiária (e outros programas de fomento a agricultura) gastou apenas 21.75% de seu orçamento. Não obstante, a rubrica mais gasta foi a do Fome Zero. A então ministra Matilde Ribeiro, justificou os fatos acima, dizendo que os órgãos do Estado tem demonstrado um “desconhecimento histórico”. Expresse sua opinião.

17) Os programas e a política para a “agricultura familiar” servem para a agricultura das comunidades tradicionais? Em que sentido?

Resposta: política de dupla-mão. É preciso adequar as políticas para a diversidade. As políticas que temos são mais gerais. A SEAB hoje tem políticas para a segurança alimentar dessas comunidades (leite das crianças, os programas que garantem com a propriedade a segurança alimentar. Ainda não são suficientes para a qualidade de vida).

18) Em sua opinião, deixei de fazer alguma pergunta, relevante para entender o processo de desenvolvimento rural sustentável das comunidades quilombolas? Qual?

APÊNDICE 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal

Curitiba, 29 de maio de 2008

QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM GESTOR B

- 1) Fale um pouco sobre sua trajetória profissional. Como trabalhar no seu órgão antes e agora. Há quantos anos você trabalha nesse órgão? Qual a sua formação acadêmica? Qual o cargo que você ocupa?
- 2) Você considera seu trabalho importante para a melhoria da qualidade de vida de Povos e Comunidades Tradicionais? Por quê?
- 3) O que você entende por desenvolvimento?
- 4) E sobre DRS?
- 5) Qual a importância do trabalho dos técnicos do seu órgão para o desenvolvimento rural sustentável das comunidades rurais em geral e para as Comunidades e Povos Tradicionais?
- 6) Você conhece o trabalho desenvolvido pelo seu órgão em outros estados para atender Comunidades Tradicionais Quilombolas? Quais? Apresenta diferenças de encaminhamento com o trabalho desenvolvido no Paraná? Quais?
- 7) Como você conceitua Comunidades Tradicionais Quilombolas (sem consulta) ?
- 8) Você conhece a legislação que ampara os Povos e Comunidades Tradicionais Quilombolas (sem consulta)? Na sua empresa foi lhe oferecida possibilidade de formação nesse assunto? Explique?
- 9) Os técnicos e técnicas que trabalham sob sua orientação tiveram oportunidade de formação para o trabalho com Comunidades Tradicionais Quilombolas? Quando
- 10) Existe hoje uma metodologia de trabalho dentro do seu órgão para o trabalho com as Comunidades Quilombolas que contemple as especificidades desse grupo? Se existir você poderia discorrer um pouco sobre o assunto?
- 11) No seu modo de ver o que está faltando para que o trabalho dos técnicos do seu órgão ser ainda mais eficaz e eficiente junto aos quilombolas?
- 12) O que o Estado tem feito para garantir o decreto 6040 e o 4887 ? Qual projeto ou programa existente no seu órgão que tem técnicos com condições de entender a situação específica e atuar para garantir os direitos constitucionais dos Povos e Comunidades Tradicionais?

13) Quais os programas e ou políticas públicas existentes no Paraná para pequenos e médios produtores que você considera prioritários e por quê?

14) Existe política pública específica seja no nível federal, seja no nível estadual para Povos e Comunidades Tradicionais? Qual?

15) Quais os programas e ou políticas que o governo estadual vem usando para atender as necessidades dos Povos e Comunidades Tradicionais? Tem sido eficaz ou apresenta limitações? Quais?

16) O Plano Nacional de Agroenergia Brasileiro, pautado na missão de “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira...” diz que o Brasil assumiu a liderança mundial na geração e implantação de uma moderna tecnologia de agricultura tropical. **Na sua opinião como é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo? Ou seja, ter políticas para os pequenos (incluindo as comunidades tradicionais) e ao mesmo tempo ampliar a área para a agroenergia sem com isso ampliar a área desmatada e sem reduzir a área utilizada na produção de alimentos?**

17) O que você sabe sobre o PRONAF FLORESTAS?

18) Em 2007 o governo estadual destinou uma verba muito grande para o incentivo de plantio de pinus no Vale do Ribeira. Comente a questão levando em consideração o problema ambiental, territorial dos quilombolas e do desemprego no Vale.

19) Embora o governo (tanto o federal quanto o estadual) não veja nenhuma diferença entre agricultura familiar e camponesa (faxinalenses, quilombolas e outros) colocando todo mundo no mesmo barco, vários representantes de movimentos sociais afirmam que essas duas agriculturas são diferentes. Você concorda com eles? Por quê?

20) O que você acha da seguinte situação: embora tenha orçado o governo federal deixou de gastar R\$ 100,2 milhões que eram destinados à ações de reconhecimento dos direitos quilombolas e afro-descendentes (orçamento passado), representando 49,68% do total a ser gasto; entre 2004-2007 o MDA, responsável pela regularização fundiária (e outros programas de fomento a agricultura) gastou apenas 21.75% de seu orçamento. Não obstante, a rubrica mais gasta foi a do Fome Zero. A então ministra Matilde Ribeiro, justificou os fatos acima, dizendo que os órgãos do Estado tem demonstrado um “desconhecimento histórico”. Expresse sua opinião.

21) Você já ouviu falar sobre a Carta de Belém e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (sem consulta)? Saberia discorrer em poucas palavras sobre esses dois documentos?

22) Estas questões que você está respondendo ajudarão na elaboração de um dos capítulos de uma tese que realizou um levantamento etnobotânico em uma Comunidade Tradicional Quilombola. Autores como STENBOCK (2007), afirmam que os resultados e conclusões de trabalhos como este poderiam contribuir e muito para a

adequação de políticas públicas locais e regionais. Entretanto, isso não vem acontecendo por diversos motivos: falta de compromisso do pesquisador com o Código de Ética da Sociedade Internacional de Etnobiologia, pouca articulação entre os órgãos públicos e a academia, que parecem ter verdadeira repulsa em assumir a necessidade de inclusão dos conhecimentos /valores/tradicionais nos projetos políticos. **A que você atribui isso? Tem alguma sugestão para que a academia contribuísse de forma efetiva com a elaboração de políticas públicas que beneficiasse os Povos e Comunidades Tradicionais?**

23) Autores como STENBOCK (2007), afirmam que as políticas públicas apresentam em geral forte vínculo com o projeto de desenvolvimento neoliberal, fundamentado na globalização e considerando a inclusão social como resultado, inclusive, do abandono de valores/conhecimentos locais e tradicionais, em prol da assimilação de aspectos culturais do capitalismo ocidental. E que quando existe alguma contribuição da academia nessas políticas, esta contribuição costuma ter uma origem lógica positivista e centralizadora da mesma. **Você concorda com esta afirmação? Justifique.**

24) Como funcionário (a) desse órgão estatal você tem algum sonho? Qual?

25) Deixei de fazer alguma pergunta que você considera relevante para o entendimento da problemática da melhoria da qualidade de vida das Comunidades Quilombolas? Qual?

A entrevista chegou a fim. Eu e as Comunidades e Povos Tradicionais agradecemos sua colaboração neste trabalho. *“A diversidade é uma pluralidade de possibilidades.”* Morin (2000)

APÊNDICE 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal

Curitiba, 29 de maio de 2008

QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM GESTOR C

- 1) O seu nome é conhecido dentro do movimento negro paranaense. Sabemos que seu interesse pela temática quilombola está relacionada a sua história: de **militância na política partidária e do movimento negro**. Você poderia falar sobre sua trajetória e como estas faces de sua militância se relacionam? Quando foi criado o órgão que você trabalha? Qual a finalidade do mesmo?
- 2) Qual a relevância da participação de membros do movimento negro na formação de equipes para o trabalho com comunidades quilombolas visto que esta é uma questão que, segundo a então ministra Matilde Ribeiro, os órgãos do Estado tem demonstrado um “desconhecimento histórico”
- 3) Em seu discurso na “Escola de Governo” na terça-feira dia 13 de maio de 2008, o senhor afirmou que o Paraná foi o último Estado oficialmente a reconhecer e estudar CTQ. A que atribui isso?
- 4) Como avalia o fato de deputados como o Colato e o Micheleto terem feito tanta pressão para derrubar o Decreto 4887?
- 5) Alguns representantes da sociedade civil organizada têm apontado que a falta de diálogo entre o governo do Paraná a SEPPIR e Fundação Palmares tem prejudicado algumas parcerias que poderiam beneficiar os quilombolas. O que o senhor pensa disso?
- 6) Saberá explicitar quais as políticas e ou programas do governo federal e do estadual que efetivamente beneficiaram ou que estão prestes a beneficiar as Comunidades Quilombolas?
- 7) Qual o seu conhecimento sobre DRS ?(pessoal)

9) O que o Estado do Paraná tem feito para garantir o Decreto 6040/07 e o decreto 4887/ ? Tem conhecimento de algum projeto ou programa existente na SEAB/Emater ou em outra secretaria estadual que possuam técnicos com condições de entender a situação específica dos quilombolas? O que se poderia fazer para resolver essa questão?

10) Qual a sua posição sobre a portaria de 26 de novembro de 2007 que regulamenta um novo procedimento para o auto-reconhecimento de remanescentes de quilombo ?

11) O Plano Nacional de Agroenergia Brasileiro, pautado na missão de “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira...” diz que o Brasil assumiu a liderança mundial na geração e implantação de uma moderna tecnologia de agricultura tropical. **Na sua opinião como é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo? Ou seja, ter políticas para os pequenos (incluindo as Comunidades Tradicionais) e ao mesmo tempo ampliar a área para a agroenergia sem com isso ampliar a área desmatada e sem reduzir a área utilizada na produção de alimentos?**

12) Muitas Comunidades têm sido cerceadas por problemas ambientais gravíssimos: é o caso do pinus em Varzeão, da soja transgênica em Manoel Ciriaco, da usina hidrelétrica e da problemática do chumbo em Adrianópolis e do lixo que a prefeitura de Palmas costuma jogar na área dos quilombolas. No seu modo de ver os problemas citados acima poderiam se enquadrados como “Racismo Ambiental”? Justifique.

13) Embora o governo (tanto o federal quanto o estadual) não veja nenhuma diferença entre agricultura familiar e camponesa (faxinalenses, quilombolas e outros) colocando todo mundo no mesmo barco, alguns representantes destes grupos afirmam que essas duas agriculturas são diferentes. Qual sua opinião pensa disso?

14) O que acha de a “Agenda Social Quilombola”, anunciada pelo governo federal, a ser coordenada pela SEPPIR, não incluir o Ministério da Agricultura ?

15) Saberá explicar porque o governo federal (estou me referindo a ministra Dilma da Casa Civil) tem dificultado a liberação de verbas para a construção de escola em Comunidades Quilombolas?

16) Ouça a seguinte situação: embora tenha orçado o governo federal deixou de gastar R\$ 100,2 milhões que eram destinados à ações de reconhecimento dos direitos quilombolas e afro-descendentes (orçamento passado), representando 49,68% do total a ser gasto; entre 2004-2007 o MDA, responsável pela regularização fundiária (e

outros programas de fomento a agricultura) gastou apenas 21.75% de seu orçamento. Não obstante, a rubrica mais gasta foi a do Fome Zero. A então ministra Matilde Ribeiro, justificou os fatos acima, dizendo que os órgãos do Estado tem demonstrado um “desconhecimento histórico”. Expresse sua opinião.

18) As respostas deste questionário ajudarão na elaboração de um dos capítulos de uma tese que realizou um levantamento etnobotânico em uma Comunidade Tradicional Quilombola. Autores como STENBOCK (2007), afirmam que os resultados e conclusões de trabalhos como este poderiam contribuir e muito para a adequação de políticas públicas locais e regionais. Entretanto, isso não vem acontecendo por diversos motivos: falta de compromisso do pesquisador com o Código de Ética da Sociedade Internacional de Etnobiologia e pouca articulação entre os órgãos públicos e a academia, que parecem ter verdadeira repulsa em assumir a necessidade de inclusão dos conhecimentos /valores/tradicionais nos projetos políticos. **Concorda com afirmação acima? Tem alguma sugestão para que a academia contribua de forma efetiva com a elaboração de políticas públicas que beneficiasse os Povos e Comunidades Tradicionais?**

19) Autores como STENBOCK (2007), também afirmam que as políticas públicas apresentam em geral forte vínculo com o projeto de desenvolvimento neo-liberal, fundamentado na globalização e considerando a inclusão social como resultado, inclusive, do abandono de valores/conhecimentos locais e tradicionais, em prol da assimilação de aspectos culturais do capitalismo ocidental. E mais, quando existe alguma contribuição da academia nessas políticas, esta contribuição costuma ter uma origem lógico positivista e centralizadora da mesma. **Concorda com esta afirmação? Justifique.**

20) Acha que a saída da Ministra Marina da Silva trará conseqüências negativas para as Comunidades Tradicionais? O que o senhor acha da escolha do Minc para ministro?

21) Como representante de um órgão estatal tem algum sonho para as Comunidades Tradicionais? Qual?

22) Caso tivesse poderes ilimitados e pudesse resolver o problema da falta de acesso às políticas públicas das Comunidades Quilombolas que ações seriam realizadas?

23) Deixei de fazer alguma pergunta que o senhor considera relevante para o entendimento da problemática da melhoria da qualidade de vida das Comunidades Quilombola ? Qual?

APÊNDICE 5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal

Curitiba, 29 de maio de 2008

QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- 1) Fale um pouco sobre sua história de vida (no que se refere a militância política e entrada na academia).
- 2) Qual a sua formação acadêmica? Em que área está atuando? Fale sobre como você acabou atuando nesta área e há quanto tempo?
- 3) O que sabe sobre desenvolvimento e drs?
- 4) Saberá dizer quais os principais programas e ou políticas dos governos estadual e federal para a agricultura realizada para comunidades e povos tradicionais?
- 5) Dentre esses programas e ou políticas quais os que considera prioritários e por quê?
- 6) Dentre os programas e ou políticas que o governo estadual vem usando para atender as necessidades dos Povos e Comunidades Tradicionais? Tem sido eficaz ou apresenta limitações? Quais?
- 7) O que sabe sobre Decreto 6040 de 02/02/2007 ? E o Decreto 4887?**
- 8) O Plano Nacional de Agroenergia Brasileiro, pautado na missão de “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira...” diz que o Brasil assumiu a liderança mundial na geração e implantação de uma moderna tecnologia de agricultura tropical. **Na sua opinião como é possível fazer as duas coisas ao mesmo tempo? Ou seja, ter políticas para os pequenos (incluindo as comunidades tradicionais) e ao mesmo tempo ampliar a área para a agroenergia sem com isso ampliar antes área desmatada e sem reduzir a área utilizada na produção de alimentos?**
- 9) Expresse sua opinião sobre o PRONAF FLORESTAS.

10) Concorda com a posição do ex-Secretario Nacional de Agricultura Familiar e atual secretário da SEAB, de que não há diferença entre agricultura familiar e camponesa (faxinalenses, quilombolas e outros)?

11) O que pensa da seguinte situação: embora tenha orçado o governo federal deixou de gastar R\$ 100,2 milhões que eram destinados à ações de reconhecimento dos direitos quilombolas e afro-descendentes (orçamento passado), representando 49,68% do total a ser gasto; entre 2004-2007 o MDA, responsável pela regularização fundiária (e outros programas de fomento a agricultura) gastou apenas 21.75% de seu orçamento. Não obstante, a rubrica mais gasta foi a do Fome Zero. A então ministra Matilde Ribeiro, justificou os fatos acima, dizendo que os órgãos do Estado tem demonstrado um “desconhecimento histórico”. Expresse sua opinião.

12) O que sabe sobre a Carta de Belém e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (pessoal)?

13) Suas respostas ajudarão na elaboração de um dos capítulos de uma tese que realizou um levantamento etnobotânico em uma Comunidade Tradicional Quilombola. Autores como STENBOCK (2007), afirmam que os resultados e conclusões de trabalhos como este poderiam contribuir e muito para a adequação de políticas públicas locais e regionais. Entretanto, isso não vem acontecendo por diversos motivos: falta de compromisso do pesquisador com o Código de Ética da Sociedade Internacional de Etnobiologia, pouca articulação entre os órgãos públicos e a academia, que parecem ter verdadeira repulsa em assumir a necessidade de inclusão dos conhecimentos /valores/tradicionais nos projetos políticos. **Concorda com isso? Tem alguma sugestão para que a academia contribua de forma efetiva com a elaboração de políticas públicas que beneficiasse os Povos e Comunidades Tradicionais?**

14) Autores como STENBOCK (2007), também afirmam que as políticas públicas apresentam em geral forte vínculo com o projeto de desenvolvimento neo-liberal, fundamentado na globalização e considerando a inclusão social como resultado, inclusive, do abandono de valores/conhecimentos locais e tradicionais, em prol da assimilação de aspectos culturais do capitalismo ocidental. E que quando existe alguma contribuição da academia nessas políticas, esta contribuição costuma ter uma origem lógica positivista e centralizadora da mesma. **Concorda com esta afirmação? Justifique.**

15) Como representante de um movimento social tem algum sonho? Qual?

16) O DECRETO 6040 institui política agrícola desde a questão étnica, o que pensa sobre a criação de políticas públicas pautadas em características identitárias auto-atribuídas (aresur, 4887);

17) Nos últimos anos no Paraná (como em todo o Brasil), tornaram-se visíveis movimentos camponeses pautados em identidades étnicas auto atribuídas, como faxinais e quilombolas. Percebe-se, não obstante, que ambos os grupos possuem grau de mobilização política bastante diferente (exemplo: o Segundo Enc. Estadual de

Faxinalenses, por eles organizado, enquanto os quilombolas ainda engatinham nessa questão de mobilização). Como explica esta diferenciação?

18) Qual o programa dos movimentos sociais e das comunidades e povos tradicionais para a política agrícola (qual política de crédito e qual política agrária)?

19) Deixei de fazer alguma pergunta que o senhor considera relevante para o entendimento da problemática da melhoria da qualidade de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais? Qual?

A entrevista chegou a fim. Eu e as Comunidades e Povos Tradicionais agradecemos sua colaboração neste trabalho. *“A diversidade é uma pluralidade de possibilidades.”* Morin (2000)